

AO CODIGO CIVIL PORTUGUEZ

EDIÇÃO OFFICIAL DA IMPRENSA NACIONAL

REPERTORIO

ALPHABETICO E REMISSIVO

COORDENADO PELO ADVOGADO

ALÍPIO FREIRE DE FIGUEIREDO ABREU CASTELLO BRANCO



LISBOA

IMPRENSA NACIONAL

1867



Abandonado — V. *Exposto*.

Abandono — por elle se perde a posse, art. 482.º n.º 1.º = o das cousas moveis abandonadas em estações de transporte e viação, dá direito a occupação, e n'esta occupação e entrega como se procederá nos caminhos de ferro, malas postas, correios, alfandegas e outras, art. 412.º = o dos animaes e de outras cousas legitima, e em que termos, a propriedade, art. 383.º e seguintes = quando se pôde fazer do predio serviente, art. 2277.º

Abatimento de rendas — quando se pôde exigir do senhorio, art. 1611.º, 1612.º e 1613.º

Abertura — de testamento cerrado, como será aberto e publicado, art. 1932.º e seguintes.

Abertura da herança — tem lugar pela morte do auctor da herança no lugar do seu domicilio, e como se abre, art. 2009.º e §§. V. art. 2010.º e seguintes.

Abonação — consiste na responsabilidade e solvabilidade do fiador, art. 827.º = como pôde provar-se e em que termos se deve dar, art. 828.º e 829.º V. art. 837.º

Abonador — a sua obrigação não se extingue, aindaque pela herança se confunda a obrigação do devedor e a do fiador, art. 841.º

Abonador do fiador — quaes os seus beneficios, art. 837.º = em que caso é responsavel para com os outros confiadores, art. 846.º

Absolvição — do réo nos tribunaes criminaes ou correccionaes, não illide a acção de perdas e damnos, art. 2505.º

Acção — a de despejo é sempre summaria, art. 1632.º = sobre o predio indiviso, ou sobre a diminuição do valor dos quinhões, se deve intentar contra todos os quinhoeiros, art. 2193.º = a do desherdado para impugnar a desherdação prescreve dentro de dois annos, art. 1884.º = por divida de fóros é summaria, art. 1685.º = de perdas e damnos tem o auctor de obras litterarias e artisticas contra o que as reproduzir fraudulentamente, art. 611.º = tambem lhe compete a acção criminal, art. 612.º = *de rescisão dos contratos*, como se admitte, art. 687.º e seguintes. V. *Rescisão*. = a de investigação de paternidade illegitima é prohibida e com que excepções, art. 130.º V. art. 132.º = a de investigação de maternidade é permitida, mas em que termos, art. 131.º e 132.º = a de maternidade e de paternidade só podem ser admittidas em vida dos pretensos paes, e com que excepções, art. 133.º e seus §§ = para impugnação de legitimidade dos filhos, V. art. 107.º e seguintes. V. art. 113.º = a de nullidade de testamento por defeito de formulas ou de solemnidades externas, por que tempo prescreve e como contado, art. 1967.º = quando prescreve a de reparação do damno do caçador, art. 390.º § 3.º = a de interdicção será proposta, e em que termos, perante o juiz do domicilio do desasiasado art. 347.º = como se delibera sobre este requerimento e acção, idem = a de perdas e damnos por despezas feitas com a cousa emprestada, quando prescreve, art. 1522.º = por soldadas devidas, quando prescreve, art. 1387.º § unico = em falta de prova resolve-se, por jura-

mento do amo, art. 1387.º = de perdas e danos, quando tem lugar no contracto de aprendizagem, art. 1425.º § unico.

Ação orfimal — em que casos se dá no marido contra a mulher, art. 1209.º § 1.º V. § 3.º idem.

Ação e sentença judicial — legitimam os filhos, art. 119.º n.º 2.º V. § 2.º idem = de rescisão de doação por superveniencia de filhos do doador, art. 1482.º e seguintes = a quem se transmite somente, art. 1487.º V. art. 1488.º e 1489.º = prescreve por um anno, art. 1490.º e 1491.º V. *Rescisão*, *V. Jurisdição*, *V. Doação inofficiosa*, *V. Direito de acção*, *V. Acções*.

Acessão — é um dos direitos de fruição, art. 2287.º n.º 2.º = e dá-se quando com a coisa que é propriedade de alguém se incorpora outra coisa que lhe não pertencia, art. 2289.º = pôde ser produzida pela acção da natureza, ou por industria do homem. § unico. idem.

Acessão immobiliaria — em que consiste este direito e com que responsabilidade, art. 2304.º e seguintes. V. *Assessores*.

Acessão industrial — ou por facto do homem, o que é, pôde ser mobiliaria ou immobiliaria, e em que consistem estas, art. 2299.º = direitos e obrigações respectivas, art. 2300.º e seguintes, e 2304.º e seguintes = quanto ao direito de accesso, serventia ou transitio, V. art. 2301.º e seguintes.

Acessão natural — ao dono da coisa ou do predio pertence tudo o que, por effeito da natureza ou casualmente, acrescer a mesma coisa ou ao mesmo predio, art. 2290.º e seguintes.

Accesso — é um dos direitos de fruição, art. 2287.º n.º 3.º

Accessões naturaes — são abrangidas pela hypotheca, art. 891.º n.º 1.º = só por effeito d'estas se pôde constituir dote na constancia do matrimonio, art. 1141.º

Acções — são o meio de nos restituirmos ao uso dos nossos direitos, art. 2537.º = para as que forem meras possessórias não é necessario certidão de registo de posse, art. 2542.º § unico = podem ter registo provisorio, art. 967.º n.º 4.º V. art. 970.º e seguintes = sobre posse, V. art. 484.º e seguintes. V. art. 490.º e seguintes = as de manutenção e a de restituição de posse por quem podem ser intentadas e contra quem, art. 504.º = de nulidade e rescisão dos inventos, art. 634.º e seguintes. V. art. 637.º e § unico = contra os juizes se podem intentar, e quaes, art. 2402.º e 2403.º = as regras relativas ás acções pertencem ao codigo do processo, art. 2538.º

Acções de companhias — V. *Captives a juro*.

Acções persecutorias — para as propor o tutor do menor, é pelo conselho de familia auctorizado, art. 224.º n.º 4.º

Acções reaes — quaes e diferentes outras, estão sujeitas a registo, art. 949.º n.º 3.º

Accusação — a do filho contra seu pae, quando auctorisa a desherdação, art. 1876.º n.º 1.º V. art. 1877.º e 1878.º

Aceitação — em que caso se deve realizar na parte mesmo em que for prejudicial ao aceitante, art. 2440.º = de qualquer coisa em partilha com preço declarado, e em que casos, suspende a hasta publica e que effeitos produz, art. 2134.º e 2135.º = quando não é precisa nas doações, art. 1478.º

Aceitação beneficiaria da herança — quando esta se der nos inventarios entre maiores, elle é applicavel o que fica disposto nos art. 2044.º, 2048.º, 2049.º, 2050.º, 2051.º e 2066.º

Aceitação de herança — como se pôde fazer, art. 2018.º = alem das forças da herança não é o herdeiro responsavel, art. 2019.º V. §

nico e art. seguintes = não pôde reclamar-se, e quando, art. 2034.º = os seus effeitos retrotraem-se ao dia da abertura d'ella, art. 2063.º = a beneficio de inventario quem a pôde requerer e como, art. 2044.º e § unico. V. art. 2045.º e seguintes = em que casos se haverá a herança por aceitaada, pura e simplesmente, art. 2051.º

Aceitação expressa — por falta d'esta não se pôde annular a doação ante-nupcial feita entre esposados, art. 1169.º

Aceitação simples e repudio de herança — comprehende um acto inteiramente livre e voluntario, art. 2021.º = disposições respectivas, art. 2022.º e seguintes = é expressa ou tacita, e em que casos consiste uma e outra, art. 2027.º e 2028.º = a cessão d'ella quando não envolve acceptação, sendo feita gratuitamente em favor de todos os co-herdeiros, art. 2029.º

Aceite — é preciso o da doação, e se esta no proprio acto não for aceita como se procederá para a competente aceitação, art. 1466.º

Achador — faz sua a coisa achada e em que termos, art. 419.º e 420.º = o do animal perdido ou extraviado deve restituí-lo e em que termos proceder, art. 406.º e seguintes = tem direito para haver as despesas feitas com o animal, art. 409.º = e tem as responsabilidades do art. 410.º

Acontecimento futuro incerto — é a base do contracto aleatorio, art. 1537.º

Acquisição de direitos — suas diferentes formas e disposições respectivas, art. 359.º n.º 1.º e seguintes.

Acto — o verdadeiro, mas celebrado pelo devedor em prejuizo do credor, quando pôde ser rescindido, art. 1033.º

Acto entre vivos — por elle se pôde constituir o usufructo, art. 2198.º = não pôde ahi ser testemunha o que o não pôde ser em actos de ultima vontade, art. 2492.º, 2493.º e seguintes. V. *Direito de acção*, *V. Actos*.

Actos — quando não obrigam os praticados pelo mandatario, art. 1369.º = quando celebrados em prejuizo de terceiro podem ser rescindidos, por quem e em que termos, art. 1030.º e seguintes.

Actos de ultima vontade — V. art. 2492.º e seguintes.

Actos e contractos — quaes os que se podem rescindir e em que termos, art. 353.º e 354.º

Actos juridicos — todos os que se podem praticar se podem mandar fazer por outro, não sendo meramente pessoais, art. 1332.º

Additamento — nos assentos do registo civil. V. *Declaração*.

Adjudicação — V. *Arrematação*.

Administração — da herança, quando se deve conferir a outra pessoa, art. 2052.º = dos bens do menor. V. *Menor*. = dos bens do ausente, sendo casado e não havendo filhos, art. 82.º e seguintes = sendo casado e havendo filhos, art. 90.º e seguintes = a dos bens communs, e sem excepções, pertence ao marido, art. 1117.º § unico = dos bens do casal pertence ao marido, sem que por convenção ante-nupcial possa d'este direito ser privado, art. 1104.º = quando encarregada ao socio não tem dependencia de approvação ou desapprovação dos socios, art. 1266.º V. § unico idem e art. 1267.º, 1268.º e seguintes = a dos bens pertence ao marido, art. 1189.º = quando pertence á mulher e em que termos, art. 1190.º = e uso da coisa commum, como serão regulados, art. 2179.º

Administração da herança — tem lugar havendo instituição de herança, debaixo de condição suspensiva, art. 1822.º e § unico. V. art. 1823.º e 1825.º

Administração dos bens dos filhos — perde-a a mãe que pas-

sar a segundas nupcias se n'ella não for mantida por deliberação do conselho de família, art. 162.º = se for mantida n'esta administração deve prestar caução, idem § unico = se a mãe tornar a envolver recobra aquella administração e o usufructo dos bens dos filhos, art. 164.º

Administração dos paes — quando lhes pertence a dos bens dos filhos, art. 146.º = quando lhes não pertence, art. 147.º V. art. 148.º e 149.º

Administrador — quando se nomeia um ao menor, e por quem, art. 225.º V. *Tutor*, V. *Curador*. = o da herança, quando tem os mesmos direitos e obrigações que os curadores provisórios dos bens dos ausentes, art. 1825.º V. *Herança*. = quando pôde pagar as dividas e os legados da herança, art. 2066.º V. §§ 1.º e 2.º idem = deve dar contas não chegando os bens para pagamento de dividas e legados, e sob que responsabilidade, art. 2059.º e §§ = do concelho, como procede á publicação e abertura do testamento cerrado, art. 1333.º V. art. 1934.º e seguintes.

Administrar — o predio indiviso, só pôde o possessor, art. 2191.º

Adquirente — quaes os seus direitos contra o alheador, art. 1046.º e seguintes.

Adquirição de bens — não pôde ter a mulher sem auctorisação do marido, sob que excepção e em que casos pôde pedir supprimento ao juiz da respectiva auctorisação, art. 1193.º § unico. V. art. 1194.º e seguintes. V. *Adquirir*, V. *Adquisição*.

Adquiridos — a communhão d'estes bens acaba, nos mesmos casos em que acaba a communhão universal, art. 1132.º = como serão repartidos entre os socios familiares, art. 1295.º V. *Adquirir*.

Adquirir — os incapazes de adquirir por testamento tambem não podem adquirir por successão legitima, art. 1978.º = não pôde por perscrpção o que possui em nome de outro a coisa possuida, e com que excepção, art. 510.º = por qualquer dos modos legitimos se podem haver em dominio as servidões continuas e apparentes, art. 2272.º e seguintes = por testamento, quaes as pessoas que têm este direito, art. 1779.º V. art. 1776.º, 1777.º e seguintes = quaes as que o não têm, art. 1779.º, 1780.º e seguintes.

Adquisição — o que é, e quaes os respectivos direitos e obrigações, art. 1046.º e seguintes.

Adulterio — o da mulher é causa legitima de separação de pessoas e bens, art. 1204.º n.º 1.º = tambem o é o do marido, e em que termos, idem n.º 2.º = o conjugue adultero não pôde casar com o seu cumplice condemnado como tal, art. 1058.º n.º 3.º = nem d'elle haverá alguma coisa por doação ou testamento, art. 1064.º

Advogado — como é punido, contrahendo com a parte receber uma porção do pedido na acção, art. 1334.º § unico = quaes os salarios que devem receber, art. 1359.º = não pôde advogar pela parte contraria aquella de quem aceitou procuração na mesma causa e sob que pena, art. 1360.º = em que caso é para sempre prohibido de advogar em juizo, art. 1361.º = não pôde abandonar a procuradoria sem substabelecer a procuração, ou avisar o constituinte para que nomeie outro e sob que penas, art. 1362.º = as suas retribuições prescrevem pelo lapso de dois annos, e quando começam a correr, art. 540.º § unico.

Afiançar — quem o pôde fazer e em que termos, art. 818.º e seguintes.

Aforamento — este contracto quando se dá, art. 1653.º = é perpetuo este contracto de emphyteuse, e quando é considerado e tido como arrendamento, art. 1654.º = deve celebrar-se por escriptura publica e em que termos, art. 1655.º e seguintes. V. art. 1689.º

Agua — tudo quanto por acção das aguas se unir aos predios confinantes com rios ou quaesquer correntes de agua, pertence a esses predios, art. 2291.º V. art. 2292.º = a terra que naturalmente, e sem obra do homem, arrastam na sua corrente, são obrigados a recebe-la os predios inferiores, art. 2282.º

Agua publicas — a todos é permitido o uso d'ellas conformando-se com os regulamentos administrativos, art. 431.º e sem prejuizo dos interesses da navegação e fluctuação. V. §§ 1.º e 2.º idem.

Agua salgadas — das costas, enseadas, bahias, fozes, rios e esteiras, e o leito d'ellas, são cousas publicas, art. 380.º n.º 2.º

Albergaria — o que é, e tal contracto se deduz dos factos sem precisão de estipulação, art. 1419.º = obrigações e responsabilidade do albergueiro e do hospede, art. 1420.º e seguintes. V. *Dividas*.

Albergueiro — suas responsabilidades, art. 1420.º e seguintes. V. art. 1422.º

Aloance — o do tutor vence juro, art. 253.º = não havendo bens para indemnisação, é applicavel a lei penal, art. 255.º

Alfandegas — como se procederá ali na occupação ou entrega das cousas moveis abandonadas, art. 412.º

Alfnetes — sobre este titulo se pôde fazer convenção ante-nupcial a favor da mulher, art. 1104.º V. art. 1106.º e 1107.º = para estes é obrigatorio o registro provisório, art. 968.º e seguintes. V. *Apanagio*.

Alheador — quando é obrigado á indemnisação, art. 1046.º e seguintes = quando não responde pela evicção, art. 1051.º V. art. 1052.º e seguintes.

Alhear — podem os quinhoeiros, e como, art. 2195.º

Alienação — é um dos direitos que resulta da propriedade, art. 2169.º n.º 5.º = a da coisa legada pelo testador extingue o respectivo legado, art. 1811.º n.º 1.º = tem logar por qualquer dos modos por que pôde ser adquirida, art. 2357.º = não se presume, salvo estabelecendo a lei a presumpção, art. 2358.º = este direito é inherente á propriedade, e ninguem pôde ser obrigado a alhear ou não alhear, salvo nos casos prescriptos na lei, art. 2359.º = pôde ter logar por obrigações contrahidas pelo proprietario, ou por expropriação em utilidade publica, art. 2360.º e § unico = de coisa certa e determinada, a sua transferencia se opera por mero effeito do contracto, sem dependencia de tradição ou de posse, salvo o accordo das partes em contrario, art. 715.º = na alienação de causas indeterminadas, V. art. 716.º = dos bens do menor, pôde realizar-se com auctorisação do conselho de família, art. 224.º n.º 16.º = quando pôde rescindir-se, art. 1038.º = de bens immobiliarios não pôde fazer a mulher e sob que nullidade, art. 1190.º e § unico = pôde contudo fazer-se com auctorisação do conselho de família, e em que termos, idem. V. art. 1193.º e 1194.º e seguintes = não a pôde fazer o marido de bens immobiliarios, nem estar em juizo sobre questões de propriedades sem outorga da mulher, art. 1191.º e §§ = quando é prohibida, e em que termos, a mulher que passa a segundas nupcias, art. 1237.º = dando-se dos animaes em parceria pecuaria quaes os direitos do proprietario, art. 1317.º = só quem a pôde fazer, pôde hypothecar, art. 894.º = da coisa já alienada pelo mesmo vendedor dá direito ao primeiro comprador de reivindicar, e em que termos, art. 718.º V. *Venda*.

Alienar — não podem os paes alienar ou hypothecar os bens dos filhos, excepto nos casos do art. 150.º = a disposição que o prohibe é havida como fideicommissaria, como tal defeza, art. 1871.º n.º 1.º = ninguem pôde os direitos que eventualmente possa ter de pessoa viva, art. 2042.º V. *Alienação*.

Alimentos — comprehendem tudo o que é indispensável ao sustento, habitação, vestuário e a educação, sendo menor o alimentado, art. 171.º e § unico — a obrigação de os prestar é reciproca entre descendentes, ascendentes e entre irmãos, e em que termos, art. 172.º e seguintes — transmitem-se com a herança a obrigação de os prestar, e em que casos, art. 176.º — os filhos legítimos e que não tiverem pae, mãe, avós ou irmãos que possam prestar-l'hos, serão alimentados até aos dez annos por quaesquer outros parentes até decimo grau, preferindo os mais proximos, art. 177.º — são proporcionados aos meios d'aquelle que houver de presta-los e á necessidade do que houver de recebe-los, art. 178.º — quando cessa a sua obrigação, art. 179.º e 180.º — quando se podem reduzir, art. 181.º — não pôde renunciar-se o direito a elles, mas pôde renunciar-se o direito a pedir os vencidos, art. 182.º — em que caso se podem prestar em casa do alimentante, art. 183.º — quando devem ser pagos, art. 184.º — devem os paes aos filhos, art. 140.º — estes ou mezaes que por conta dos menores se devem pagar a seus irmãos ou ascendentes, são arbitrados, e quando, em conselho de família, art. 224.º n.º 19.º — para os de família, e em que termos, se podem vender os bens doaes immobiliarios, art. 1149.º n.º 2.º — pertencem ao menor, ainda no caso de pena que lhe impõe o § 1.º do art. 1060.º — de marido e mulher, em caso de separação, resolve o respectivo conselho de família, art. 1207.º n.º 2.º — tem o conjuge sobrevivente pelos bens do finado, seja qual for a natureza d'estes, e aindaque de outro matrimonio o finado deixasse filhos, art. 1231.º — é valido o empréstimo que para alimentos contrahir o menor, art. 1536.º n.º 3.º — os devidos por direito de família não podem ser objecto de compra e venda, art. 1538.º — em que caso se oppõe á compensação, art. 767.º n.º 3.º — á viuva, quando lhe pertencem como indemnisação do homicidio na pessoa de seu marido, art. 2384.º n.º 2.º V. n.º 3.º § unico e art. 2385.º e 2387.º — este preceito em legado abrange alem do sustento, o vestuário, habitação e educação, sendo menor o legatario, art. 1831.º e seus §§ — os que foram legatarios devem ser pagos pelo usufructuario universal da herança, art. 2231.º V. art. 2232.º e seguintes — quando recusados sem justa causa pelo filho ao pae, auctorisca este para a desherdação d'aquelle, art. 1876.º n.º 3.º V. art. 1877.º e 1878.º — para os haver a favor dos filhos esurios como se procede, art. 281.º — a estes, e em que termos, tem direito com hypotheca legal o respectivo credor, art. 901.º n.º 5.º V. *Pensões* — sobre o respectivo registro. V. § unico do art. 932.º

Alma — os respectivos suffragios não os paga a herança, salvo sendo ordenados em testamento, art. 2116.º

Aquilador — sua obrigação, e quando responde por perdas e danos, art. 1416.º V. art. 1417.º e 1418.º V. *Recovagem*.

Aquilaria — V. *Dividas*.

Ateração — nos assentos do registro civil. V. *Declaração*.

Alternativa — existindo em consas legadas, e perecendo uma, qual o direito do legatario, art. 1812.º

Alugar — pôde o usufructuario a cousa em usufructo, art. 2207.º

Aluguer — se diz o commodato, logoque seja retribuido, art. 1508.º V. art. 1716.º — cousas que se podem alugar, disposições respectivas e quaes, V. art. 1633.º e seguintes — respectiva prescrição, art. 543.º § 1.º V. art. 544.º V. *Pensões*.

Amanuenses — os do tabellião não podem ser testemunhas no testamento, art. 1966.º n.º 6.º

Amigavelmente — se pôde fazer a divisão da cousa commun, art. 2181.º V. art. 2182.º e seguintes.

Ano — quaes seus direitos e obrigações para com o servçal, art. 1370.º e seguintes. V. art. 1378.º e seguintes — como se resolve este contracto, art. 1385.º e seguintes. V. *Servico domestico*.

Andares — quando diversos de um edificio pertencerem a diversos proprietarios, quaes os respectivos direitos e obrigações quanto a reparos, art. 2371.º e 2333.º

Animaes — quando, e como serão em parceria pecuaria, com o ajuste de se repartirem os lucros, e sobre que reciprocos direitos e obrigações, art. 1301.º e seguintes. V. *Parceria pecuaria*.

Animaes bravios — em que termos é lícito a todos caça-los e d'elles apropriar-se, art. 384.º e seguintes. V. art. 400.º e seguintes — quanto aos que já tiveram dono, V. art. 440.º e seguintes, V. art. 441.º

Animaes domesticos — abandonados, perdidos ou extraviados: os abandonados podem ser livremente occupados pelo primeiro que os encontrar, art. 404.º — perdidos, em que termos o podem ser, e como deve proceder quem os encontrar, art. 405.º e seguintes — o achador que não cumprir com as obrigações que lhes impõe a lei, que responsabilidades e obrigações tem, art. 410.º

Anno — regula-se pelo calendario gregoriano, art. 560.º § 1.º

Annullação de matrimonio — V. art. 165.º

Apanagios — quaes, e em que termos, tem o conjuge sobrevivente, art. 1231.º — para seu pagamento tem direito com hypotheca legal o conjuge sobrevivente, art. 934.º V. art. 931.º

Apostas — V. art. 4539.º e 4543.º

Appellação — tem lugar sempre por parte do ministerio publico da sentença que decretar a interdicção, art. 317.º n.º 7.º

Approvação — do testamento cerrado como se faz, art. 1922.º

Aprendiz — seu tempo de trabalho, art. 1427.º e 1428.º — quando e como responde pela indemnisação do prejuizo, art. 1420.º V. *Contracto de aprendizagem*.

Apresentação do testamento — é preciso que seja declarada no auto de approvação do testamento cerrado, art. 1922.º n.º 7.º — a do documento em juizo, ou em alguma repartição publica, constitue a data do escripto ou documento, art. 2436.º n.º 3.º

Apropriação — é um direito originario, e em que consiste, art. 369.º n.º 4.º e art. 366.º — sobre as cousas que podem ser objecto d'ella, V. art. 369.º e seguintes — como se legitima, art. 383.º e seguintes. V. *Direito de appropriação*.

Arbitros — por este meio se pôde fazer a divisão da cousa commun, art. 2181.º V. art. 2182.º e seguintes.

Archivo testamentario — haverá um na secretaria de cada governo civil, para deposito de testamentos, e em que termos feito, art. 1928.º e seguintes.

Arras — V. art. 931.º

Arrematação — adjudicação ou transmissão de algum predio por qualquer modo feita, não prejudica os privilegios mobiliarios especiaes que se achem a esse tempo constituidos, art. 1021.º — quando tem lugar em partilhas e por que preço, art. 2134.º — dos bens do menor, não a pôde fazer o seu tutor, art. 244.º n.º 2.º — providencias respectivas quanto aos bens dos menores, art. 271.º e seguintes — por esta se apropria o credor do predio arrematado ou sendo-lhe adjudicado, art. 903.º — esta arrematação ou adjudicação se fará sempre, seja qual for o valor do predio, idem.

Arrematar — em partilhas, quem o pôde fazer, art. 2136.º

Arrendamento — dos predios rusticos, obrigações do senhorio

quanto ao predio arrendado, e seus direitos, art. 1606.º, 1607.º e seguintes = obrigações e direitos do arrendatário, art. 1606.º e seguintes = V. art. 1585.º e seguintes = sobre o dos bens do estado, V. art. 1604.º e 1605.º = quando se não rescinde por morte do senhorio, art. 1619.º = quando se presume renovado, art. 1618.º V. art. 1620.º = quando como tal, é considerado o contracto de emphyteuse, art. 1654.º = da consa em usufructo, pôde faze-lo o usufructuario, art. 2207.º = dos bens dos menores e providencias competentes, art. 263.º e seguintes = reputa-se onus real, e em que termos é sujeito a registro, art. 949.º n.º 6.º V. *Arrendamentos*, V. *Arrendar*.

Arrendamentos — dos immoveis dos menores, são auctorizados pelo conselho de familia, art. 224.º n.º 14.º = não deve porém o p.º exceder á epocha da maioridade, idem = de predios rusticos, diferentes disposições especiaes, art. 1627.º e seguintes = de predios urbanos, disposições especiaes, e respectivas, art. 1623.º e seguintes = os contractos de arrendamento quando têm registro definitivo, art. 978.º n.º 7.º V. art. 980.º V. *Parceria agricola*, V. *Arrendatario*, V. *Arrendar*.

Arrendar — o predio indiviso, só pôde o possessor, art. 2191.º = não pôde o tutor os bens do menor, art. 244.º n.º 2.º

Arrendatario — dos predios rusticos, é obrigado a cultivá-los, e em que termos, e sob qu.º responsabilidades, art. 1627.º = suas obrigações e direitos, art. 1608.º e seguintes.

Arresto — tem lugar, e em que termos, nos objectos contrafeitos, ou nos respectivos instrumentos, art. 637.º V. art. 638.º = interrompe a prescripção, e em que termos, art. 352.º n.º 3.º

Arrolamento de bens — providencias respectivas, art. 2067.º e seguintes.

Artes liberaes — quanto aos serviços prestados, V. art. 1409.º

Arvores — é licito plantá-las em qualquer distancia da linha divisoria do predio vizinho, art. 2317.º = mas este pôde cortar as raizes e ramos no seu terreno, idem = direito de se apanharem os fructos no predio alheio, e obrigação de restituição de qualquer prejuizo, art. 2318.º = sobre o arrancamento das arvores e fructos respectivos, V. art. 2319.º e seguintes. V. *Águas*. — ou arbustos, e quaes, quando d'ellas se pôde utilizar o usufructuario, art. 2210.º = quaes as que pertencem ao proprietario, idem = quanto a outras matas ou arvores o direito respectivo, V. art. 1211.º e seguintes.

Ascendentes — quando herdeiros, como se reparte a herança entre elles, art. 1997.º e seguintes. V. art. 1993.º e seguintes = constituem a segunda ordem da successão, art. 1969.º n.º 2.º V. *Alimentos*. = não podem ser procuradores contra os descendentes, art. 1354.º n.º 8.º não podem ser testemunhas nas causas dos descendentes, art. 2511.º n.º 2.º

Ascendentes ou descendentes — qual o seu direito aos bens doados entre marido e mulher, seus ascendentes ou descendentes. e a quem sobreviverão, art. 1167.º

Assentos — dos reconhecimentos e das legitimações, ha para elles um livro especial, e o que deve conter, art. 2488.º e seguintes = de obitos, sem elle nenhum cadaver será sepultado, e como e por quem se farão as competentes declarações, art. 2481.º e seguintes = como se procederá fallecendo alguém nos hospitaes civis ou militares, ou no dos expostos, art. 2484.º e § unico = como se fará o do cadaver cuja identidade não seja possível reconhecer, art. 2486.º e 2487.º = do casamento como se farão e serão registados, art. 2475.º e seguintes. V. art. 2171.º = como se farão os do registro, nascimento, casamento, obito, legitimação e reconhecimento de filhos, art. 2446.º e seguintes.

V. art. 2459.º e seguintes, e art. 2469.º = quanto ao registro de nascimento em casas especiaes, V. art. 2470.º e seguintes. V. *Prova*.

Assignatura — a do testador é preciso que se declare existir no auto de approvação do testamento cerrado, art. 1922.º n.º 1.º = quando a não houver do official publico que lavrar o acto, é este nullo, art. 2495.º = tambem é nullo o acto que não for assignado pelas partes, idem n.º 4.º V. § unico, idem. V. *Assignaturas*.

Assignaturas — a rogo ou de cruz, que prova fazem em juizo, art. 2434.º = as que se fizerem em escriptos particulares dão direito ao apresentante a exigir declaração, se o escripto ou assignatura pertence ao proprio que assignou, art. 2435.º = quando se consideram datadas com relação a terceiros, art. 2436.º = a dos titulos particulares quando precisa reconhecida para o respectivo registro, n'este caso como procede o conservador, art. 181.º e §§.

Associação — é um direito originario e em que consiste, art. 359.º n.º 3.º e art. 365.º V. *Direito de associação*, V. *Associações*.

Associações — quando e em que termos representam uma individualidade juridica, art. 32.º = é necessario porém que estejam legalmente auctorizadas, art. 33.º V. art. 34.º = não podem adquirir por titulo oneroso bens immobiliarios, e com que excepção, art. 35.º V. § 1.º e seus §§ = quaes são as havidas como perpetuas, art. 35.º § 2.º = extinguindo-se por qualquer motivo os seus bens serão incorporados na fazenda nacional, quando por lei não tenham outra applicação, art. 36.º = as de interesse particular são regidas pelas regras do contracto da sociedade, art. 39.º

Aterros — sobre o direito respectivo, V. art. 2290.º e seguintes.

Autoridade administrativa — em que caso tem ingerencia nas disposições testamentarias, art. 1750.º

Autoridade propria — por ella nenhum se pôde restituir ao uso dos seus direitos, salvo nos casos declarados na lei, art. 2535.º V. art. 2536.º e 2537.º

Autor — de escriptos publicados, seus direitos, art. 574.º e seguintes. V. art. 607.º e seguintes, V. art. 603.º e 604.º

Autor de herança — perecendo este e seus herdeiros ou legatarios no mesmo desastre, sem que se possa averiguar quaes os primeiros finados, reputam-se fallecidos ao mesmo tempo, sem que se verifique a transmissão da herança, art. 1738.º

Autores — de obras de musica, desenho, pintura, esculptura ou gravura, seus direitos, art. 602.º V. art. 607.º e seguintes.

Autores dramaticos — seus direitos, art. 574.º e seguintes. V. art. 607.º e seguintes.

Autorisação — a marital como pôde ser dada, art. 1194.º e seguintes = quando a pôde revogar o marido, e quaes as obrigações a que por ella fica ligado, e em que termos, art. 1198.º e seguintes.

Ausencia — a dos paes suspende, e em que termos, o poder paternal, art. 168.º n.º 2.º

Ausencia do reino — quando dá direito ao fiador para demandar o devedor para que o exonerar da fiança, art. 843.º n.º 3.º

Ausente — sobre curadoria provisoria dos bens do ausente, V. art. 55.º e seguintes = sobre curadoria definitiva, V. art. 64.º e seguintes = tem hypotheca legal nos bens de seus tutores, curadores ou administradores, art. 906.º n.º 2.º V. art. 948.º = sendo herdeiro haverá sempre inventario, art. 2064.º = no prazo de sessenta dias será concluido, idem §§ 1.º e 2.º = sendo herdeiro se procede judicialmente a inventario e partilhas, art. 2012.º V. *Ausentes*.

Ausentes — em serviço da nação não corre contra elles a pre-

scripção, art. 551.º n.º 4.º = da sua herança ou legado dará o testamentário conhecimento ao respectivo juiz, art. 1904.º V. *Menores*.

Auto — de abertura de testamento, quando se faz, em que termos e por quem, art. 1933.º e seguintes, V. art. 1936.º

Auto de aprovação — na do testamento cerrado, quaes as declarações que deve fazer o tabelião e como deve principiar esse auto, art. 1922.º — deve ser lido, datado e assignado, art. 1922.º § 1.º — na presença das testemunhas como será concluído o testamento, idem § 2.º

Auto publico — por elle tem logar a partilhação, art. 123.º

Autos de conciliação — são admitidos a registo definitivo, art. 978.º n.º 2.º V. art. 980.º

Avaliação — quando e de que forma motiva segunda praça e arrematação, art. 271.º e seguintes — objectos de ouro e prata, quando se faz por peritos e como, art. 2092.º — quando os louvados não souberem avaliar são nomeados peritos, e por quem, art. 2093.º — as dos predios urbanos e rusticos como se fará, art. 2094.º — em todo o caso declaram as bases que tomaram para a avaliação, idem — como se faz no dominio directo, art. 2096.º § unico — como se faz nas beneficencias, art. 2097.º — quando se considerar exorbitante assim o declarará qualquer interessado, declarando ao mesmo tempo o maior preço e se todos concordarem n'elle, por elle e não pelo da avaliação se regulará a partilha, art. 2131.º e 2132.º

Avaliações — no inventario entre maiores, como se farão quanto ao valor, e quanto á escolha de louvados, art. 2089.º — no inventario entre menores, o conselho de familia nomeia os louvados, art. 2090.º — no inventario entre maiores e menores, um louvado é nomeado pelo conselho de familia, e outro pelos maiores, e o terceiro pelo juiz, art. 2091.º § unico, V. art. 2092.º e seguintes.

Avonço — esta declaração não se admite no registo civil, salvo quando o proprio avô ou avó a faz pessoalmente, ou por seu procurador assignando, art. 2467.º

Avós — quando não podem vender a filhos ou netos, art. 1565.º § unico.

B

Bahias — são cousas publicas, art. 380.º n.º 2.º

Baldios — os municipaes e parochiaes, são communs, art. 384.º n.º 1.º

Baptismo dos filhos — V. *Nascimento*.

Barcagem — V. *Direitos*, V. *Recogem*.

Barqueiros — são havidos como depositarios para todos os effeitos, art. 1412.º — quando respondem per perdas e damnos, art. 1415.º

Beneficencias — quaes se abrangem pela hypotheca e sob que excepções, art. 891.º n.º 2.º — as extraordinarias nos bens dos menores, autorisam-se pelo conselho de familia, art. 224.º n.º 14.º — quaes a que têm direito, e sobre que valor, o possuidor de boa fé e o possuidor de má fé, art. 499.º e §§ V. art. 500.º e seguintes — compensam-se com as deteriorações, art. 501.º — em que caso motivam no fim do arrendamento a entrega do predio ao senhorio, art. 1614.º — quando as pôde fazer na coisa usufruida o usufructuario, art. 2217.º — como se consideram e avaliam, art. 2097.º — quando se descontam a favor do alheador, art. 1047.º § 5.º — seu pagamento feito ao marido em bens dotaes, art. 1163.º — o augmento de rendimentos que d'ellas provierem, feitas á custa do possessor no predio indiviso, revertem a favor d'ella, art. 2191.º

Beneficencia pupilar — V. *Thesouros*.

Beneficio de divisão — entre os comfadores, art. 835.º § unico, V. art. 836.º

Beneficio de inventario — este direito, quando e em que tempo se não perde, art. 2045.º V. *Aceitação beneficiaria da herança*.

Bens — quaes os exceptuados da communhão, art. 1109.º n.º 1.º e seguintes, V. § unico, idem — quando os perde o cabeça de casal, art. 2171.º — todos os adquiridos na constancia do matrimonio por qualquer titulo, como são considerados e regidos no caso de se ter pactuado o casamento com simples communhão dos adquiridos, art. 1130.º e seguintes — quaes os que se podem emprazar, art. 1664.º e seguintes V. art. 1689.º — todos os immobiliarios estão sujeitos a registo e como registe, art. 1722.º — quaes os immoveis por disposição da lei, art. 375.º — quaes os moveis por natureza, art. 376.º — os do interdicto não se podem vender sem auctorisação do conselho de familia, art. 327.º § 1.º — com todos os seus se pôde dotar a mulher, art. 1135.º V. art. 1136.º e 1137.º — os futuros quando devem ser especificados, e como, no contracto de casamento, art. 1137.º § unico — os do marido, segundo o regimen dotal, são havidos como proprios, art. 1155.º V. art. 1157.º — os das corporações perpetuas, extinctas estas, pertencem á fazenda nacional, e sobre que limitação, art. 36.º — todos se entregam aos filhos, com os seus rendimentos, depois da emancipação ou de chegarem á maioridade, art. 117.º

Bens adquiridos — pelos socios, quando se presumem da sociedade, art. 1245.º

Bens communs — como são repartidos entre os conjuges ou seus herdeiros, e em que termos, art. 1123.º V. art. 1124.º

Bens da herança — devidoo passar precipitamente para alguém, ou que pertençam a terceiro, como se devem descrever, e neste caso quando se devem entregar, art. 2078.º e § unico — são descriptos pelo cabeça de casal, debaixo de juramento, art. 2073.º — no caso de venda será feita em hasta publica, e sob que excepção, art. 2055.º

Bens doados — quando são restituídos ao doador, ou o seu valor, art. 1484.º — como se conferem e trazem á collação os seus valores, art. 2111.º e §§.

Bens dos conjuges — pela annullação do casamento ficam sujeitos aos mesmos effeitos da dissolução do matrimonio por morte, art. 1095.º

Bens dos menores — seus arrendamentos, e providencias respectivas, art. 263.º e seguintes — sua venda, e providencias competentes, art. 266.º e seguintes — os dos menores e interdictos como podem ser vendidos, art. 1511.º — os bens doaes, os nacionaes, e os bens penhorados, tambem e somente podem ser vendidos nos termos prescriptos na lei citada, art. 1554.º — para empréstimos activos e passivos, hypotheca e alienações, é necessaria auctorisação do conselho de familia, art. 224.º n.º 16.º — d'elles não pôde dispor o tuteo por titulo gratuito, art. 244.º n.º 1.º V. *Menores*.

Bens dotaes — os alheados quando podem ser reivindicados e por quem, art. 1150.º e §§ — abrangem todas as especies de bens, com os que de futuro se possam adquirir, devem declarar-se no contracto e em que termos, art. 1134.º e seguintes — não podem constituir-se em dote outros bens alem dos especificados, a não ser por accessões naturaes — disposições respectivas aos bens dotados e qualidades d'estes, V. art. 1137.º e seguintes — são devidos com todos os seus rendimentos, e quando se pôde exigir a sua restituição, art. 1144.º e 1145.º — de quaes se pôde dispor, art. 1147.º e seguintes — sobre

a sua alienação, V. art. 1150.º e seguintes — não podem ser prescriptos, art. 1152.º — quaes os que não são havidos como dotaes, sendo contudo communs os seus rendimentos, art. 1153.º V. art. 1154.º e 1155.º — todos os seus fructos pendentes e rendimentos são divisíveis, art. 1162.º — sobre a sua restituição V. art. 1165.º — sobre a sua restituição, V. *Venda*, V. *Marido*, V. *Bemfeitorias*, V. *Despezas*, V. *Dividas*.

Bens do testador — d'elles não toma conta o testamenteiro, sem que primeiro sejam arrolados e como, art. 1900.º § unico.

Bens em usufructo — os tributos, e quaesquer outros encargos ali impostos, quem os paga, art. 2238.º

Bens futuros — não podem ter logar nas doações, e o que se entende e são bens futuros, art. 1453.º

Bens immoveis — como se descrevem, art. 2075.º — os seus arrendamentos têm registo definitivo, art. 978.º n.º 7.º — como serão descriptos, art. 2074.º — livres e desembargados, o fiador que os não tiver dá direito ao credor para o não aceitar, art. 824.º

Bens immoveis dotaes — não prescrevem durante o matrimonio, art. 551.º n.ºs 1.º e 3.º — os moveis prescrevem, mas responde por elles o marido, idem — os que a mulher adquirir depois do casamento, ainda não sendo dotaes, pertencem á mulher, salvo havendo estipulação em contrario, art. 1153.º V. art. 1154.º

Bens incommunicaveis — o producto ou troca d'estes, não entra na sociedade universal, art. 1245.º

Bens mobiliarios — quando se presume pertencerem ao socio que os adquiriu na sociedade familiar, art. 1286.º — a sua entrega se faz d'elles doação, art. 1458.º § 1.º V. art. 1111.º — pôde d'elles dispor o marido, e sob que responsabilidades, art. 1118.º e 1119.º

Bens moveis — o seu valor será declarado no contrato dotal, art. 1138.º — d'elles, e sobre que responsabilidade sendo dotaes pôde dispor o marido, art. 1148.º

Bens nacionaes — V. *Bens*.

Bens ou cousas immobiliarias — sem outra qualificação, o que se comprehende n'esta expressão, quando na lei civil ou nos actos e contractos se usar, V. art. 377.º e § unico — em que casos se não pôde dar a posse d'estes bens, e sob que pena, art. 954.º — sem commun accordo entre marido e mulher, d'elles se não pôde dispor por alienação, art. 1119.º — no caso de divergencia, como pôde ella ser supprida, idem § unico — são inalienaveis, e sobre que excepções, art. 1149.º — quando, e em que termos podem d'elles dispor os conjuges depois da separação, art. 1216.º — quem os não pôde comprar, art. 1561.º e seguintes — são propriedades da sociedade familiar, art. 1287.º — só em estes, não estando fora do commercio, pôde recair a hypotheca, art. 899.º V. *Penhora em bens immobiliarios*, V. *Mobiliarios*, V. *Immobiliarios*.

Bens precipuos — respectiva collação a que está obrigado o successor, art. 2113.º e 2114.º V. *Collação*.

Bens sonogados — o herdeiro que sonegar alguns perde o direito a beneficio de inventario, art. 2053.º — pelo cabeça de casal, por este facto, pertencendo-lhe os bens, perde-os; se não lhe pertencerem, incorre na pena de furto, art. 217.º

Biblioteca publica de Lisboa — seu direito a dois exemplares de todas as obras litterarias, e dramaticas e artisticas, 604.º — é obrigada a publicar mensalmente na folha official os seus respectivos registos, art. 605.º V. art. 606.º

Boa fé — é precisa, e quando, na prescripção de cousas moveis, art. 532.º V. § unico — é precisa na prescripção negativa e em que consiste, art. 535.º § unico — é necessaria no momento da aquisição, art. 520.º — de boa fé, ou de má fé, pôde ser a posse, como meio de adquirir, art. 475.º — qual a posse de boa fé, e a de má fé, art. 476.º — presume-se emquanto o contrario se não provar, art. 478.º — que direitos dá ao possuidor que a exercitou, art. 494.º, 495.º e seus §§ — quando se reputa ter cessado, art. 495.º § 4.º V. *Possuidor* — é auctorisa, e em que factos, a responsabilidade da sociedade para com o socio, art. 1261.º — é precisa para o mandatario haver os prejuizos do constituinte, art. 1344.º — quando e em que caso produz effeito sômente, art. 1278.º § 1.º — quando se transmite ao novo adquirente, art. 1037.º — quando não aproveita ao alheador, art. 1047.º — quando aproveita no caso de nullidade de qualquer casamento, art. 1091.º e 1092.º — providencias respectivas havendo-a sobre objectos confundidos, art. 2302.º

Borrão — se o tem ou não o testamento cerrado escripto pelo testador, deve o tabellião declarar no respectivo auto de approvação, art. 1922.º n.º 4.º



Cabeça do casal — é obrigado a dar parte ao curador dos orphãos, em que praso e sob que pena, do decesso d'aquelle que deixasse menores ou ausentes, art. 189.º — paga as custas do inventario, e como as descontará, art. 2157.º — continua na administração da herança até se ultimarem as partilhas, art. 2082.º — promove a cobrança e arrecadação das dividas, e quando, art. 2083.º V. § unico, idem — recebe todos os fructos e rendimentos, e satisfaz os encargos ordinarios, art. 2085.º — não pôde alhear bens da herança, menos fructos e objectos, e quando, idem — sobre seus direitos, V. art. 2086.º — quando pôde ser removido, art. 2088.º — descrevendo creditos dolosamente, ou direitos e encargos com titulos simulados, falsos ou falsificados, alem de reparar o prejuizo, é punido com as penas de furto ou de falsificação, conforme as circumstancias, art. 2080.º — havendo co-herdeiro menor ou incapaz, procede a inventario, e em que termos, art. 2071.º — quaes as declarações que deve fazer, art. 2072.º e seguintes — sonegando bens de que herdeiro, perde-os, e não o sendo incorre na pena de furto, art. 217.º — o que é, a quem pertence sê-lo, e em que consiste este encargo, art. 2067.º, 2068.º e seguintes.

Caça — em que terrenos e em que tempo se pôde exercitar, art. 384.º e seguintes. V. art. 400.º — os limites do periodo em que deve cessar a liberdade da caça, serão assignados pelas camaras municipales, art. 386.º — direitos do caçador sobre o animal ferido, art. 384.º e seguintes — direitos do proprietario sobre a caça em seus predios, art. 391.º, 392.º, 393.º e 394.º V. art. 400.º

Caçador — V. *Caça*.

Caducua — quando se torna a testamentaria, art. 1904.º § unico.

Calumnia manifesta — obriga a custas o conselho de familia, art. 239.º

Camaraes municipaes — são consideradas como particulares relativamente á prescripção dos bens e direitos susceptiveis de dominio privado, art. 516.º — sua intervenção e em que termos, sobre as substancias vegetaes arrojadas ás praias, art. 469.º e seguintes — assi-

gnam os limites em que annualmente a liberdade da caça deve cessar, art. 386.º — nas aguas concelhias ou particulares, e quanto ao modo e tempo da pescaria, é regulada pelas camaras municipaes, art. 398.º — archivam, e quando, os livros do registo civil, art. 413.º — emquanto ao exercicio dos direitos civis, são havidas como pessoa moral, salvo na parte em que a lei ordenar o contrario, art. 37.º e 38.º — tem hypotheca legal, art. 906.º n.º 1.º V. art. 916.º e 917.º — suas obrigações quanto aos expostos abandonados, art. 284.º e § unico. V. *Municipalidades*.

Caminho — V. *Direito de accesso ou transitio*.

Caminhos de ferro — como se procederáahi na occupação e entrega das cousas moveis abandonadas, art. 412.º

Canaes — correntes de agua doce, navegaveis ou fluctuaveis, com seus leitos ou alveos, e as fontes publicas, são cousas publicas, art. 380.º n.º 3.º V. § 1.º d'este artigo e §§ 2.º e seguintes do mesmo.

Cancellação — por ella acabam os effeitos do registo, art. 965.º

Cancellamento — consiste na declaração da extinctão do respectivo registo, como e por quem feita, art. 989.º — como se fará sendo provisorio o registo, art. 990.º — quando se faz por disposição da lei, art. 991.º — o do registo definitivo por quem pôde ser requerido, art. 992.º e seguintes — quando é nullo, art. 998.º — como será declarado nullo, art. 999.º — o da acção como se faz, art. 990.º § 1.º — por effeito da recusa como se faz, art. 990.º § 2.º — sobre o de registo provisorio é definitivo, V. art. 988.º e seguintes.

Canos de despejo — sua construcção e providencias respectivas, art. 2338.º V. *Fossos*.

Capacidade — é precisa para a validade do contracto, art. 643.º V. art. 644.º e seguintes — a *juridica*, nos direitos e obrigações do homem, é que ella consiste, art. 1.º — estes direitos e obrigações como se entendem, art. 2.º — como se limitam e como são regidos, art. 3.º — d'onde se derivam, art. 4.º — a lei civil reconhece e especifica esses direitos e obrigações, e assegura a fruição de uns e o cumprimento de outros, art. 5.º — como se adquire a capacidade juridica, art. 6.º — *para obrigar-se*, o fiador que a não tiver, não pôde ser aceito pelo credor, art. 824.º — é precisa para qualquer se obrigar como fiador, art. 824.º n.º 1.º — a do testador é regulada pelo estado em que se achar ao tempo em que o testamento se fizer, art. 1765.º — para adquirir por testamento, V. art. 1778.º e 1779.º

Capitães a juizo — ou qualquer outro interesse, ou em fundos publicos, ou acções, não pôde levanta-los o usufructuario senão para os inverter, e em que casos, art. 2237.º e §§ — os do menor dados a juros são levantados com authorisação do conselho de familia, art. 224.º n.º 15.º

Cartas de sentença — V. *Sentenças*.

Casados — quando não podem reciprocamente vender, art. 1564.º § unico — não pôde começar nem correr a prescripção entre elles, art. 551.º — os ligados por casamento não dissolvido não podem contrahir casamento, art. 1071.º n.º 5.º — disposições sobre o respectivo testamento, art. 1766.º — sem commun consentimento não podem emprazar seus bens, art. 1668.º

Casamento — a sua acta é remetida, e por quem, ao official do registo civil, art. 2476.º e § unico — annullando-se, a respectiva sentença será averbada e em que termos, art. 2480.º — quando não produz effeitos civis neste reino o contrahido entre portuguezes em reino estrangeiro, art. 1061.º V. art. 1066.º — o respectivo consentimento dos contrahentes quando pôde prestar-se irrevogavelmente, art. 1067.º

— são portanto nulos os contractos que obrigam para o futuro a casamento, art. 1067.º V. § unico — sua duração e fim, art. 1056.º — como é celebrado pelos catholicos e pelos que o não são, art. 1057.º — as pessoas a quem é prohibido, art. 1058.º — quaes os effeitos das respectivas infrações, art. 1059.º e 1060.º — quando se concederão como feitos sem separação de bens, art. 1060.º V. art. 1069.º e seguintes — sobre a licença para casamento dos filhos, V. art. 1061.º, 1062.º e 1071.º — o do menor, bem como as convenções ante-nupciaes, são autorisadas pelo conselho de familia, não sendo tutor d'este o avô, art. 224.º n.º 18.º — realisa, em que termos e por que forma, a emancipação do menor, art. 304.º e seguintes — legitima os filhos o assento dos casamentos em que os contrahentes os reconhecem, art. 149.º n.º 1.º V. § 1.º idem. V. art. 120.º e 121.º — de viuvo ou viuva, quando não produz communicação de bens, art. 1235.º — quando se presume segundo o costume do reino, art. 1238.º — quando para este é feita a doação, a superveniencia de filhos não a revoga, art. 1483.º n.º 2.º — segundo o costume do reino em que consiste e quaes as excepções, art. 1408.º e seguintes — aindaque annullado, sempre, e em que termos, produz os effeitos civis, sendo contrahido em boa fé, art. 1091.º V. art. 1092.º e seguintes. V. *Contractos*. — dos menores. V. *Consentimento*. V. *Sociedade conjugal*.

Casamento catholico — só no juizo ecclesiastico, e em que termos, pôde ser annullado, art. 1086.º e seguintes. V. art. 1096.º e seguintes — quando produz os effeitos civis e sob que excepções, art. 1069.º — o contrahido entre subditos portuguezes não catholicos tambem produz todos os effeitos civis e em que termos, art. 1072.º e 1073.º — a infracção do que fica disposto n'este artigo produz a nulidade do casamento, art. 1074.º — qual a forma de contrahir o casamento civil, art. 1075.º e seguintes — quanto a prova do casamento, V. art. 1083.º e seguintes — sobre a annullação do casamento e de seus effeitos, V. art. 1086.º e seguintes — quanto ás respectivas convenções sobre os bens, V. art. 1091.º e seguintes — dos casamentos segundo o costume do reino, V. art. 1408.º e seguintes — quanto á separação dos bens e simples communhão dos adquiridos, V. art. 1425.º e seguintes — disposições sobre o regimen dotal, V. art. 1434.º e seguintes — quanto ás diferentes doações, V. art. 1466.º e seguintes.

Casamento civil — em que casos não pôde contestar-se o de pessoa fallecida na posse d'este estado em prejuizo de filhos de taes pessoas, art. 1084.º

Casamentos — disposições communs ás duas especies de casamentos, art. 1058.º e seguintes — disposições especiaes sobre o casamento catholico, art. 1069.º e seguintes — disposições especiaes sobre o casamento civil, art. 1072.º e seguintes — sobre as convenções dos esposos relativas a seus bens, V. art. 1096.º e seguintes — sobre os que se fazem segundo o costume do reino, V. art. 1408.º e seguintes — quanto á separação dos bens ou de simples communhão dos adquiridos, V. art. 1425.º e seguintes — quanto ao regimen dotal, V. art. 1434.º e seguintes — sobre doações entre esposados, V. art. 1466.º e seguintes — sobre doações de terceiro ao esposado, V. art. 1475.º — sobre as doações entre casados, V. art. 1478.º e seguintes — quanto aos direitos e geraes obrigações dos conjuges, V. art. 1484.º e seguintes — sobre a interrupção da sociedade conjugal e da separação de bens, V. art. 1203.º e seguintes, V. art. 1219.º e seguintes — quanto ao apañagio dos conjuges viuvos, V. art. 1231.º e 1232.º — quanto ás segundas nupcias, V. art. 1233.º e seguintes — como se provam, art. 2444.º e seguintes. V. *Registo de casamentos*. V. *Matrimonio*.

Caso fortuito — se por elle tiverem perecido os moveis não ha obrigação dos paes, de os restituirem aos filhos, art. 154.º § unico.

Caso julgado — é um dos prescriptos meios de prova, art. 240.º, 241.º, 242.º e 250.º.

Caso julgado executorio — em materia crime, constitue presunção legal no civil, art. 250.º.

Caução — quando a podem pedir e a quem, os herdeiros do ausente solteiro, art. 64.º § unico. V. art. 69.º e 70.º — a esta é obrigado o morador usuario da mesma forma que o usufructuario, art. 221.º — prestando-a, quando pôde o herdeiro condicional tomar posse da herança, art. 182.º § unico — deve prestar a mãe binuba, na administração dos bens dos filhos, art. 162.º § unico — em esta é solidariamente responsavel seu marido, art. 163.º — quando a devem prestar os legatarios e credores, recebendo o legado e divida antes de feita a partilha da herança devedora, art. 207.º §§ 1.º e 2.º V. art. 2058.º — a presta-la pôde ser obrigado o herdeiro beneficiado havendo perigo de extravio, art. 2052.º — quando a deve prestar o usufructuario de capitães postos a juro ou a qualquer outro interesse, art. 2117.º § 4.º — quando a presta o proprietario de fundos a juro ou a qualquer outro interesse, art. 2237.º § 5.º — quando a presta o usufructuario e como, art. 2221.º n.º 2.º — em que casos não tem logar esta caução, idem § 1.º V. § 2.º — não aprestando o usufructuario, qual o direito do proprietario, art. 2222.º — prestando-a o conferente sobre disputas de collação não se suspende a partilha, art. 2112.º = dos bens do ausente. V. art. 69.º e 70.º — sobre caução ou garantia dos contractos, V. art. 818.º e seguintes.

Causa — a sua invocação, ou seja aquella falsa ou verdadeira, sendo contraria á lei, produz sempre nullidade da disposição, art. 1746.º — os que n'ella têm interesse não podem ser testemunhas, art. 2511.º n.º 1.º

Causa legitima — é precisa para ter logar a renuncia de algum socio e a respectiva dissolução, art. 1279.º § unico.

Causas crimes — n'estas em que a mulher seja ré, pôde estar em juizo, sem autorisação do marido, art. 1192.º n.º 1.º

Cedencia — por ella se perde a posse, art. 482.º n.º 2.º — a feita pelo dono do predio dominante acaba a servidão, art. 2279.º n.º 3.º

Cedente — deve assegurar a existencia e a legitimidade do credito ao tempo da cessão, mas não a solvencia do devedor, art. 794.º V. art. 711.º

Cegos — não podem testar em testamento cerrado, art. 1764.º § unico — não podem ser testemunhas em testamento, art. 1966.º n.º 5.º

Cegos e surdos — não podem ser testemunhas nas causas que dependerem d'estes sentidos, art. 2510.º n.º 2.º

Censo — é propriedade imperfeita, art. 2189.º n.º 2.º — reputa-se onus real e é sujeito a registro, art. 949.º § 2.º n.º 4.º — o consignativo de preterito quando pôde ser reunido pelo censuario, art. 1650.º V. art. 1651.º e 1652.º — *consignativo do futuro*, o que é, art. 1644.º — a cessão perpetua do capital prestado é da natureza d'este contracto, art. 1645.º — só por escriptura publica se pôde celebrar, e quaes as regras que lhe são applicaveis quando é distractavel e quando se pôde reembolsar o capital, art. 1646.º e seguintes — *reservativo*, o que é; fica prohibido para o futuro, e sendo estipulado com este nome será havido como emphyteutico, e que regras lhe são applicaveis, art. 1706.º e seguintes.

Certidões — das deliberações de conselhos de familia são admittidas a registro definitivo, art. 978.º n.º 3.º V. art. 980.º — todas as que

se pedirem se devem passar em relação ao registro, art. 985.º — respectivas responsabilidades dos conservadores, art. 986.º e 987.º

Certificado do registro — é passado pelo conservador, e faz prova em juizo de se ter realizado o registro, art. 963.º § unico.

Cessão — feita sem que se dê noticia ao devedor, pôde este oppor ao cessionario a compensação dos creditos que tiver contra o cedente, sejam anteriores ou posteriores á cessão, art. 777.º — verifica-se no cessionario pelo facto do contracto, mas quanto ao devedor ou a terceiro, é preciso que lhe seja notificada, art. 789.º — quando no mesmo dia se fizerem differentes, qual o direito respectivo, art. 790.º e 791.º — por ella passa o credito para o cessionario com todos os direitos e obrigações accessórias, art. 793.º — pôde fazer o credor, e sem dependencia de consentimento do devedor, art. 785.º — em que casos se não pôde fazer e sob pena de nullidade, idem § unico — por esta, e em que termos feita, adquire o que paga os direitos de credor, art. 779.º — nesta deve o cedente assegurar a existencia e a legitimidade do credito, art. 794.º — *em pagamento*, quando é permitida aos casados, art. 1564.º § unico — perpetua do capital quando se dá, art. 1645.º — quando se não pôde fazer da representação de obra dramatica, art. 711.º

Cessionario — não o pôde ser o tutor de direitos ou creditos contra o seu pupillo, excepto no caso de subrogação legal, art. 244.º n.º 3.º

Cidadão portuguez — só este pôde plenamente gosar de todos os direitos que a lei civil lhe reconhece e assegura, art. 17.º — como se adquire esta qualidade, art. 18.º e seguintes — como se perde, art. 22.º e seguintes. V. art. 23.º — em viagem, ou residente em paiz estrangeiro, está sujeito ás leis portuguezas, concernentes á sua capacidade civil, ao seu estado e á sua propriedade immobiliaria situada no reino, quanto aos actos que n'elle devem produzir o seu effeito, art. 24.º — contrahindo obrigações em paiz estrangeiro, pôde ser demandado no reino pelos nacionaes ou estrangeiros com quem as haja contrahido, art. 25.º

Cirurgiões — V. *Médicos*.

Citação — é dispensada a citação do credor para ver depositar a quantia em divida, sendo elle incerto, art. 559.º — quaes a que se deve proceder para registro da mera posse, art. 524.º — se faz aos interessados na herança para verem arrolar os bens da mesma, e por quem, art. 1900.º § unico — a que se faz ao possuidor ou devedor, interrompe a prescrição, e sob que excepções, art. 552.º n.º 2.º — para a precisa para o julgamento da cancellação da hypotheca, art. 517.º V. art. 948.º — para a expurgação da hypotheca de predios, quando tem logar, e termos em que se faz, art. 938.º e 939.º V. art. 940.º e seguintes — *edital*, é precisa a do ausente antes da sentença, art. 65.º — para conciliação, interrompe e em que termos a prescrição, art. 552.º n.º 3.º V. art. 511.º

Gloaca — quanto á forma da sua construcção e providencias respectivas, V. art. 2338.º

Goação — annulla o contracto, quando, e em que consiste, art. 666.º e § unico. V. art. 667.º — a prova da sua não existencia no acto de testar é necessaria, e de que forma na pessoa do testador, art. 1913.º — que d'ella estava livre o testador no acto de apresentar seu testamento cerrado, precisa o tabellião declara-lo no respectivo auto de aprovação, art. 1922.º n.º 6.º

Código civil — foi approved e faz elle parte da presente lei. C. L. 1.º julho 1867, art. 1.º — quando principia a ter vigor, idem, art. 2.º e 3.º — as suas disposições que absolutamente depende-

rem da existência de repartições publicas ou de outras instituições não creadas só obrigam desde que taes instituições funcionarem. C. L. 1.º julho 1867, art. 4.º == revoga toda a legislação anterior nas materias que comprehender e abranger, idem, art. 5.º == toda a modificação que de futuro ahi se fizer, e sobre materia ahi contida, será considerada como fazendo parte do código e como inserida no logar proprio, seja qual for a forma. C. L. 1.º julho 1867, art. 6.º == para melhoramento do mesmo e solução de difficuldades se nomeará uma comissão, idem, art. 7.º == para a execução do código civil fará o governo os regulamentos necessários, idem, art. 8.º == a torna-lo extensivo ás provincias ultramarinas foi o governo auctorisado, e em que termos, C. L. 1.º julho 1867, art. 9.º

Código commercial — por elle e pelas leis administrativas, será regulada a occupação das embarcações e de outros objectos naufragados, art. 428.º

Cofre — um com duas chaves e em poder de quem existirá na secretaria de cada governo civil e para que fim, art. 1928.º e 1929.º

Co-herdeiro — quando serve de cabeça de casal, art. 2069.º e 2070.º

Collação — como se deve fazer e liquidar nas cousas doadas, e do-tadas, art. 2107.º § unico == quando tem logar nas doações de ambos os conjuges, art. 2108.º == não são a ella obrigados os ascendentes que concorrem á successão do descendente doador, art. 2102.º == as doações feitas ao consorte do filho não estão sujeitas á collação, e sendo feitas a ambos os consortes, confere o filho metade do valor da cousa doada, art. 2103.º == quaes as despesas dos paes que entram na collação, art. 2104.º == o que é, e quando pôde accusar-se, art. 2098.º e 2099.º == qual a que devem conferir os netos que succederem aos avós, representando seus paes, art. 2100.º == em que outros casos e como tem logar a collocação, art. 2101.º e seguintes == havendo disputas entre co-herdeiros sobre a obrigação de conferir, não se suspende partilha, prestando caução o conferente, art. 2112.º

Collações — nos bens que devem passar precipuos, é o successor obrigado a conferir as beneficencias, e se por titulo oneroso tiverem sido adquiridas á escolha do successor, será conferido, ou o seu preço, ou a estimação d'elle, art. 2113.º e 2114.º == em bens partiveis, V. art. 2089.º e seguintes.

Comdevedores — quando e em que caso ficam exonerados, art. 763.º

Comfiadores — quando se não verifica entre elles o beneficio da divisão, art. 835.º § unico.

Com-interessados — a transacção de um não obriga os outros, art. 1716.º

Commercio — pôde ser exercido pela mulher casada, e em que termos, art. 1194.º e seguintes. V. *Trabalho*.

Commissão — foi uma nomeada, e em que termos, para a revisão do código civil, C. L. 1.º julho 1867, art. 7.º

Commodante — suas obrigações para com o commodatario, art. 1521.º

Commodatario — deve restituir a cousa emprestada no prazo convençionado, art. 1510.º — sobre quaesquer duvidas quanto ao prazo do emprestimo. V. art. 1511.º e seguintes == respectivos direitos e obrigações do commodante e commodatario, art. 1513.º e seguintes.

Commodato — o que é, art. 1507.º, 1508.º V. art. 1509.º V. *Commodatario*.

Communhão — como se adquire, em todo, ou em parte nos muros e paredes meias, art. 2328.º e seguintes.

Communhão de bens — na de todos os presentes e futuros, e com que excepções, é que ella consiste, art. 1108.º e 1109.º == quaes os bens que se não communicam, idem n.º 1.º e seguintes == a de bens, e em que termos tem logar no contracto de sociedade, art. 1240.º e seguintes == sempre se suppõe existir quando não haja expressa exclusão dos adquiridos, art. 1125.º V. art. 1130.º e seguintes == a de bens adquiridos, produz a divisão dos mesmos entre os conjuges, e em que termos, art. 1123.º == acaba ou pela separação, ou pela dissolução do matrimonio, art. 1121.º == quando a não ha no segundo casamento de viuvo ou viuva, art. 1235.º

Compascuo — reputa-se onus real, e é sujeito a registro, art. 949.º § 2.º n.º 1.º == é propriedade imperfeita, art. 2189.º n.º 5.º V. *Dirreito de compascuo*.

Compensação — quando a pôde fazer o usufructuario, art. 2220.º == em que casos se não pôde dar, art. 767.º == Este direito pôde ser renunciado, art. 771.º == quando não tem logar, art. 772.º e seguintes == não lhe obsta serem as dividas pagas em diversos logares, e sob que excepção, art. 776.º == não lhe obsta serem as dividas pagas em diff-rentes logares, pagas que sejam as despesas respectivas, art. 776.º == é para o devedor, um meio, e em que termos, para des-obrigar-se da sua divida, art. 765.º e seguintes == opera de direito os seus effeitos, e extingue ambas as dividas, com todas as obrigações correlativas, art. 768.º == não tem logar entre os prejuizos motivados pelo mandatario, e os proveitos que tenha diligenciado para o constituinte, art. 1337.º == por ella se livra o devedor, art. 751.º

Competencia — V. *Juizo ecclesiastico*, V. *Fôro civil*.

Competente — para prover sobre a pessoa e bens dos menores, é o juiz do domicilio do menor, art. 188.º — esta competencia não obsta ás providencias conservatorias e necessarias ácerca dos bens que o menor tenha em outros julgados, art. 188.º § 1.º V. § 2.º idem.

Composições amigaveis — para as fazer o tutor do menor, é auctorisado pelo conselho de familia, art. 224.º n.º 17.º

Compra — não a pôde fazer o tutor, dos bens do tutelado, art. 244.º n.º 2.º == quaes as pessoas que a podem realizar, e com que excepções, art. 1560.º e seguintes. V. art. 1563.º e seguintes.

Compra e venda — quando se pôde rescindir este contracto com o pretexto de lesão, art. 1582.º == quando é de nenhum effeito, art. 1567.º V. *Contracto de compra e venda*

Comprador — pertence-lhe a cousa comprada, desde que o contracto é celebrado, art. 1549.º == quando pôde requerer a rescisão do contracto, art. 1572.º == suas obrigações, art. 1583.º — quando pôde depositar o preço, art. 1584.º

Comprar e vender — não podem reciprocamente os casados, art. 1564.º V. § unico, idem.

Comproprietario — na indivisão nenhum é obrigado a permanecer, e em que tempo, e em que casos pôde requerer a partilha respectiva, art. 2180.º == quando gosa dos direitos que têm os herdeiros, art. 2186.º

Comproprietarios — V. *Venda*. == quando e em que termos podem dispor do objecto commum, art. 2177.º == devem com os consortes contribuir com as despesas communs e de commum utilidade, art. 2177.º == quando podem requerer a partilha, art. 2180.º == quando se lhe dá o nome de possesores, e aos outros comproprietarios o nome de quinhoeiros, art. 2190.º § 1.º

Concessão — pela do pai, mãe, ou do conselho de família, se emancipa o menor. com que efeitos e em que termos, art. 304.º e seguintes.

Conciliação — V. *Autos de conciliação*.

Concubina — é nula e quando a doação que lhe for feita por homem casado, art. 1480.º

Concurso — V. *Direitos iguaes*, V. art. 15.º V. *Concursos*.

Concursos — no pagamento dos credores pelo preço dos bens do devedor, não pôde haver preferência que não seja fundada em privilegio ou em hypotheca, art. 1005.º — em estes não ha differença entre creditos que são apresentados por qualquer dos títulos que podem ser admittidos a registro, art. 1025.º — nos mobiliarios certos e determinados, prefere o que tem privilegio especial ao que o tem geral sobre todos os moveis, art. 1007.º — mas a fazenda publica prefere a todos os credores, art. 1008.º — n'estes concursos se providenciou com as declarações e distincções dos art. 1009.º e 1011.º — dos creditos immobiliarios quem é pago em preferencia, em respectivo concurso de privilegios, e como se faz a gradação, art. 1012.º e seguintes — não pôde haver concurso nas hypothecas senão entre as que recaem no mesmo predio, art. 1015.º V. art. 1016.º — no concurso de hypothecas entre si, o pagamento como se fará, art. 1017.º — na falta de registro da hypotheca, como se procede no pagamento, art. 1018.º — quando são admittidas a concurso, e n'este preferirão as hypothecas anteriores á promulgação d'este codigo, art. 1019.º — o concurso d'estas hypothecas entre si, será regulado pela legislação a que estavam sujeitos antes da referida promulgação, art. 1019.º § unico, V. art. 1020.º

Condennação — a dos paes suspende o poder paternal, envolvendo interdicção temporaria d'este poder, art. 168.º n.º 3.º — a criminal dos paes termina o poder paternal, envolvendo interdicção perpetua d'este poder, art. 170.º n.º 2.º

Condenmados — quaes os que não podem testar, art. 1764.º n.º 2.º

Condição — sobre a dos contractos não verificada, V. art. 682.º — quando é nula a imposta ao herdeiro legatario, art. 1808.º — a nula no contracto, produz nullidade da obrigação, art. 683.º — quando é nula a do testador, art. 1809.º — quando não suspende a execução do testamento, art. 1810.º — sobre a herança ou legado, direitos e obrigações respectivas, art. 1848.º — *suspensiva*, sendo dabaixo d'esta instituição herdeiro, a herança se põe em administração, e até quando, art. 1822.º e § unico, V. *Condições*.

Condições — em disposição testamentaria, V. art. 1743.º e seguintes — de contractos, V. art. 672.º e seguintes.

Confessores — quando não podem haver herança do testador, art. 1767.º V. art. 1770.º

Confissão — o que é, e suas diferentes fórmias, art. 2408.º e seguintes — a judicial constitue prova plena contra o confitente, e sob que excepções, art. 2412.º — a extra-judicial meramente verbal, é inadmissivel nos casos em que não pôde admittir-se prova testemunhal, e quando pôde ser admittida e com que efeitos, art. 2416.º — é indivisivel, e com que efeitos, art. 2417.º — quando pôde a parte ser havida como confessa, art. 2411.º § unico — a judicial constitue prova plena contra o confitente e sob que excepções, art. 2412.º e §§ — só pôde revogar-se por erro de facto, art. 2413.º — a das partes é um meio de prova, art. 2407.º n.º 1.º

Confictos — entre paes e filhos menores, se nomeia tutor a estes, art. 153.º

Confusão — de direitos e seus resultados, V. art. 796.º e seguintes — caso em que a não ha, art. 800.º — desfazendo-se, renasce a obrigação com todos os seus accessorios, art. 801.º — a do usufructo com a da propriedade, extingue o usufructo, art. 2241.º n.º 3.º

Confusão de objectos — direitos e obrigações respectivas, art. 2299.º e seguintes.

Conjuge — ao sobrevivivo, nos casamentos por communhão e nos outros, na parte sómente em que pôde ter partilha, pertence ser cabeça do casal, art. 2068.º n.º 1.º — constitue a quarta ordem de successão, art. 1969.º n.º 4.º — o sobrevivivo tem direito hypothecario legal nos bens do conjuge fallecido para pagamento do apanagio, art. 906.º n.º 4.º — o sobrevivivo quando succederá, art. 2003.º — na falta de todos os parentes e do conjuge, herdamos as transversaes, em que termos e em que grau, art. 2004.º — o que der causa á separação, que bens e direitos perde, art. 1213.º — o que por morte do outro se achar sem meios de subsistencia tem direito a ser alimentado pelos rendimentos dos bens do fallecido, sejam de que natureza forem, e por que tempo, não passando a segundas nupcias, e aindaque haja filhos do outro matrimonio, art. 1231.º — não é obrigado a prestação de contas, art. 324.º — achando-se judicialmente separado de pessoa e bens, ou separado de facto por desavenças com o outro, não pôde ser tutor d'este, art. 330.º n.º 1.º — requerendo a interdicção do marido, é defensor d'este o ministerio publico, art. 315.º § unico. — V. *Crime de homicidio*, V. *Adulterio*, V. *Conjuges*. — *adultero*, quando não pôde dispor a favor do seu cumplice, art. 1771.º V. art. 1773.º

Conjuges — pela morte de um fica o outro na posse dos bens, art. 1122.º — seus direitos e obrigações, art. 1184.º e seguintes — podem sempre restabelecer a sociedade conjugal, art. 1218.º — direitos e obrigações d'aquelle que sobreviver, art. 155.º e seguintes.

Conselheiros — um ou mais, pôde o pae nomear em seu testamento, para dirigirem e aconselharem a mãe viúva em certos casos, ou em todos aquelles em que o bem dos filhos o exigirem, art. 174.º — cessa esta faculdade paternal, dada a interdicção do poder paternal, idem § unico — só podem ser nomeados os que podem ser tutores, art. 160.º — sua auctoridade no abuso do poder materno, art. 161.º

Conselho de beneficencia pupillar — este, ou a magistratura que o substituir, não pôde impor ao exposto ou abandonado, nem estipular obrigações em nome d'elle que vão alem dos quinze annos de sua idade, art. 288.º V. art. 289.º e seguintes.

Conselho de familia — é necessario para a tutela dos filhos legítimos e illegítimos, art. 187.º — é convocado logoque se apresente a acção de interdicção, e em que termos se procede, art. 317.º n.º 1.º e seguintes. V. art. 318.º — nomeia o protutor e de que fórma, art. 205.º e 206.º — sua convocação, formação e deliberações, art. 207.º e seguintes — suas attribuições, art. 224.º e seguintes — não pôde nomear-se ao menor mais que um tutor, art. 225.º — das suas decisões quem pôde recorrer para o conselho de tutela, art. 226.º — não confirmadas as suas decisões tem logar recurso e em que termos, art. 226.º § 2.º e seguintes. V. *Vogaes*. — quando nomeia novo tutor e protutor, art. 231.º — sobre a escusa dos seus vogaes, V. art. 233.º — quando pôde ser condemnado em custas, art. 239.º — examina e em que termos as contas do tutor, art. 250.º e seguintes — quando e em que termos pôde auctorisar a mulher á venda de bens immobiliarios, art. 1141.º — suas attribuições sobre a hypotheca a favor do menor e mais interessados, art. 918.º e seguintes — quando nomeia os louvados, art. 2141.º V. art. 2091.º — delibera sobre o abuso da auctoridade materna e no-

meia tutor aos filhos menores, art. 161.º § unico — nomeará pessoa que se encarregue da administração dos bens dos filhos da viúva, que passando a segundas nupcias não tiver sido encarregada da referida administração, art. 169.º § unico — compete-lhe confirmar, em que caso, a nomeação de tutor nomeado aos menores, art. 127.º — quando auctorisa a emancipação, em que termos e com que efeitos, art. 304.º e seguintes — por elle, e como constituido, se procede ao exame competente, a fim de conciliar marido e mulher, quanto á separação de pessoa e bens, e não o conseguindo resolve e sobre que pontos, art. 1206.º e 1207.º — as suas decisões são homologadas pelo juiz de direito e sem recurso, e com que excepção, art. 1208.º V. *Tutor*, V. *Decisões*, V. *Recursos*, V. *Certidões*.

Conselho de tutela — por quem é constituido, art. 226.º § 1.º — da sua decisão, confirmando a do conselho de família, não ha recurso, idem § 2.º — ha recurso para a relação se aquella decisão não for confirmada, idem § 3.º — qual o effecto d'estes recursos, idem § 4.º

Consentimento — o mutuo é preciso para a validade do contracto, art. 643.º V. art. 647.º e seguintes, e art. 656.º — annulla o contracto sendo extorquido por coacção, art. 666.º § unico. V. art. 667.º e 668.º — o dos interessados quando pôde sanar a nullidade, art. 40.º § unico — o respectivo alvará para o casamento do menor, e por contracto dotal, não se passa sem o registo provisório do dote e de outros documentos que forem exigidos por lei, e sob que pena para o escrivão, art. 929.º

Conservador — como será punido o que omitir nos registos algumas das disposições do art. 959.º V. art. 961.º — sobre suas outras omissões, V. art. 962.º — entrega um certificado do registo, e em que termos e com que effects como prova, art. 963.º § unico — não tem responsabilidade pela recusa dos registos, salvo havendo dolo na recusa, art. 982.º — quando é suspenso e responsavel por perdas e damnos, art. 980.º § unico — em que casos se pôde recusar a admitir a registo os titulos, art. 981.º e §§.

Conservadores — suas responsabilidades pelas perdas e damnos, art. 986.º e §. V. art. 987.º V. *Conservatorias*.

Conservatorias — se em mais do que em uma estiver situado o predio registando, o registo se fará em cada uma d'ellas, art. 950.º § unico.

Consignação de rendimentos — quando e em que termos se dá este contracto, art. 873.º e seguintes — reputa-se oans real e é sujeito a registo, art. 949.º § 2.º n.º 7.º — quando, e em que casos se dá, art. 874.º e 876.º e seguintes.

Consortes — sobre o direito quanto ao objecto commum, e á obrigação das despesas communs, V. art. 2177.º e 2178.º — em muros e paredes meias, respectivos direitos e obrigações, art. 2328.º e seguintes.

Constituição das hypothecas — como e por quem são constituídas, art. 916.º e seguintes — quanto á hypotheca a favor da mulher casada, V. art. 925.º e seguintes.

Constituindo — pôde revogar o mandato, e em que termos, art. 1364.º e 1365.º

Constituinte — suas obrigações em relação ao mandatario, art. 1344.º e seguintes — suas obrigações e direitos em relação a terceiro, art. 1330.º e seguintes, V. *Mandato judicial*.

Construção — de depositos de materias nocivas, V. art. 2338.º — é licito a qualquer proprietario faze-las ou edificar em terreno proprio, conformando-se com os regulamentos administrativos e sobre que restricções, art. 2324.º e seguintes. V. art. 2327.º = V. *Trinotos*.

Consules — podem os portuguezes, ou vice-consules, servir de tabellão na celebração e approvação dos testamentos de subditos portuguezes, e em que termos, art. 1962.º e seguintes — quaes os effectos d'este testamento em Portugal, art. 1965.º

Contas — o conjuge é obrigado a presta-las, art. 324.º — é o tutor obrigado a dá-las, e em que termos, art. 249.º e seguintes — quaes as despesas abrangeis, idem, art. 232.º — sobre o respectivo alcance e saldo, V. art. 251.º e seguintes, V. art. 257.º § unico — quando não são os paes obrigados a presta-las, art. 152.º — prestam-se porém dos bens de que os paes foram meros administradores, art. 152.º § unico — quando devo presta-las o administrador da herança aos credores e legatarios, art. 2059.º — quando as deve prestar o administrador da herança ao herdeiro e sob que responsabilidade, art. 2060.º — a presta-las aos herdeiros, são obrigados os testamenteiros, art. 1903.º — em que caso se dão a auctoridade administrativas, idem, § unico — *de tutela*, são examinadas e approvadas pelo conselho de família, art. 224.º n.º 20.º — deve presta-las o cabeça do casal, art. 2063.º — as do tutor, em que caso são dadas ao emancipado, art. 257.º — deve prestar o mandatario de toda a sua gerencia, art. 1339.º — a prescrição da obrigação de as prestar, quando começa a correr, art. 546.º

Contracto — o verdadeiro, mas celebrado pelo devedor em prejuizo do credor, quando pôde ser rescindido, art. 1033.º — o que é, e suas distincções, art. 641.º e seguintes — o que é preciso para a sua validade, art. 643.º — de compra e venda, o que é e quando se considera de troca ou escambo, art. 1544.º e 1545.º — quaes as estipulações que se podem fazer, e com que effects, e sobre que condições e seus effectos, art. 1546.º e seguintes — sobre que objectos pôde recontr este contracto, art. 1553.º e seguintes — quaes as pessoas que podem comprar e vender, art. 1554.º e seguintes — sobre obrigações dos vendedores e entrega da coisa vendida, V. art. 1568.º, 1569.º e seguintes, V. art. 1581.º e 1582.º — quanto á venda a retró, V. art. 1583.º e seguintes — quanto á forma do contracto de compra e venda, V. art. 1589.º e seguintes — o de bens mobiliarios não depende de formalidade alguma, e só depende da forma do respectivo titulo nos termos prescriptos nos art. 1588.º e 1590.º — quanto aos bens immobiliarios sem registo não produz effecto em relação a terceiro, art. 1591.º — *de alvará*, o que é, quando se diz contracto de risco ou de seguro, quando se chama jogo ou aposta, art. 1537.º, 1538.º e 1539.º V. art. 1540.º, 1541.º e seguintes — em que as partes concederam a seus advogados ou procuradores alguma parte do pedido na acção, é nullo, art. 1538.º — como é punido o exercicio de tal contracto, idem, § unico — *de risco ou de seguro*, quando se dá este contracto, art. 1538.º V. art. 1540.º — de mandato ou procuradoria, o que é, como se pôde realizar, art. 1318.º — como se constitue, e prova quaes os seus effects, e por que meio se torna valido, art. 1319.º e seguintes — de parceria rural, V. art. 1298.º e seguintes — de parceria pecuaria, V. art. 1304.º e seguintes — de sociedade particular, art. 1242.º e seguintes — da sociedade, suas disposições geraes, art. 1240.º e seguintes — de prestação de serviços, sua divisão, denunciação e preceitos respectivos, art. 1370.º e seguintes — contracto dotal, V. *Consentimento*, — de serviço domestico por toda a vida, é nullo, art. 1371.º — *de albergaria*, quando se dá, e respectivos direitos e obrigações entre albergueiro e hospede, art. 1419.º e seguintes — *de penhor*, quando e sómente produz os seus effects, art. 858.º

Contracto de aprendizagem — o que é, como pôde ser rescindido e respectivos direitos e obrigações, art. 1424.º e seguintes —

como termina este contracto, art. 1430.º — o de emprestimo, em que consiste, quando se diz commodato, é essencialmente gratuito, e que natureza toma, e com que effeitos, sendo retribuidos, art. 1506.º e seguintes — os respectivos direitos e obrigações se transmitem tanto aos herdeiros do que empresta como aos d'aquelle que recebe, art. 1509.º V. *Mutuo*.

Contracto bilateral — providencias respectivas quando algum dos contrahentes deixar de o cumprir, art. 709.º V. *Transacções*, V. *Convenções*, V. *Contractar*, V. *Contractos*.

Contracto de deposito — o que é, quem o pôde realizar, e sobre que regras, providencias sobre o seu prego e prova da respectiva exoneração, art. 1431.º e seguintes — os respectivos direitos e obrigações. V. art. 1435.º e seguintes.

Contracto de doação — o que é, quem o pôde fazer, e em que termos, e diferentes disposições respectivas, art. 1452.º e seguintes.

Contracto de empraçamento — quando se dá este contracto, art. 1653.º — o perpetuo, é celebrado por escriptura com registo em relação a terceiro, e com que solemnidades se deve celebrar, respectivo pagamento e mais disposições, art. 1654.º e seguintes — bens que podem ser empraçados, art. 1664.º e seguintes — pessoas que podem dar ou receber de empraçamento, art. 1667.º e seguintes — direitos e obrigações dos senhores directos e dos foreiros, art. 1670.º e seguintes — quando se extingue este contracto, art. 1686.º e 1687.º V. art. 1689.º — resolve-se ou na prestação de factos ou na prestação de cousas, art. 710.º — a pena imposta nos contractos é dependente da convenção das partes, com a excepção unica do art. 672.º e 674.º V. art. 674.º — dependendo de terceiro a sua resolução, e este a resolver dolosamente, o contracto se julga não resolvido, art. 684.º — sobre a sua interpretação. V. art. 684.º e seguintes — se for nullo nulla será a condição que estipular esta prestação em pena de não cumprimento do mesmo, sem que a nulidade da pena produza a nulidade do contracto, art. 673.º — quaes as cousas que não podem ser objecto do contracto, art. 674.º — de censo reservativo, providencias respectivas, art. 1706.º e seguintes.

Contracto de locação — o que é, quando se diz arrendamento e quando é aluguer, art. 1595.º e 1596.º — quem o pôde fazer, art. 1597.º e 1598.º — quem pôde aceitar a locação e por que tempo, art. 1599.º e 1600.º V. art. 1604.º e seguintes.

Contracto de usura — o que é e disposições respectivas, art. 1436.º e seguintes.

Contractos — ante-nupciaes feitos por escriptura publica e nos limites da lei, quanto a seus bens, têm plena validade, art. 1096.º — não os havendo, entende-se e sob que excepção que são feitos segundo o costume do reino, art. 1098.º V. art. 1099.º — se declaraem que querem a simples communhão dos adquiridos, qual o respectivo effeito, art. 1100.º — sobre outras diferentes declarações ante-nupciaes. V. art. 1101.º e seguintes — em nome do pupillo não os pôde fazer o tutor, e com que excepção, art. 244.º n.º 5.º — dos menores, não os constituem em obrigação juridica, e sob que excepção, art. 98.º — mas estes contractos não podem todavia ser impugnados pelos estipulantes sob fundamento na incapacidade do menor, art. 99.º — a responsabilidade da sua não execução é regulada nos termos dispostos nos art. 702.º e seguintes, art. 2271.º — pelos mesmos principios se regula a responsabilidade que derivar de quaesquer outras obrigações, idem — os de arrendamento, quando têm registo definitivo, art. 978.º n.º 7.º — quando celebrados em prejuizo de terceiro

podem ser rescuididos, por quem e em que termos, art. 1030.º e seguintes — sua caução e garantia, art. 818.º e seguintes. V. *Fiança* — sobre os effeitos e cumprimentos dos contractos. V. art. 702.º e seguintes — são nulos quando se não deprehender a vontade dos contrahentes, art. 684.º — sobre a sua forma externa, V. art. 686.º — são habéis para elles todos os não exceptuados pela lei, art. 644.º — são feitos ou pelos outorgantes ou por pessoas devidamente autorizadas, art. 645.º — quando produzem o devido effeito, sendo assignados por outro sem a devida autorisação, art. 646.º — sobre o mutuo consenso, V. art. 647.º e seguintes — sobre o seu objecto, V. art. 669.º e seguintes — quanto a sua interpretação, V. art. 684.º e seguintes — sobre suas condições e clausulas, V. art. 672.º e seguintes — sobre a sua forma externa, V. art. 677.º e seguintes — sobre o seu effeito e cumprimento, V. art. 702.º e seguintes — sobre a prestação de factos e prestação de cousas, V. art. 714.º e seguintes — quanto a prestação com alternativa, V. art. 733.º e seguintes — quanto ao lugar e tempo da prestação, V. art. 739.º e seguintes — quanto ás pessoas que podem fazer a prestação e pessoas a quem se deve fazer, V. art. 747.º e seguintes — quanto ao pagamento e consignação em deposito, V. art. 750.º e seguintes. V. *Contracto*. — os dos casamentos só podem prestar-se irrevogavelmente no proprio acto da sua celebração; são portanto nulos os que obrigam para futuro o casamento, art. 1067.º V. § unico.

Contractos ante-nupciaes — a declaração dos conjuges de pretendem casar com simples communhão dos adquiridos que resultados tem, art. 1130.º V. art. 1131.º e seguintes.

Contractos civis — pelas regras geraes d'estes contractos e em que caso se regulam os contractos de recovagem, baregem e de alquilaria, art. 1441.º V. *Actos e contractos*, V. *Obrigações*.

Contrafactores dos inventos — em que consiste, e suas incapacidades e respectivas acções contra elles intentadas, art. 1336.º e seguintes. V. *Usu-palcores*.

Contrastes e ensaiadores — avaliam as joias, e como, art. 2092.º

Contribuições — as correspondentes ao fôrro deve-as pagar o senhor directo, art. 1675.º § unico — quando n'estas é obrigado o usuario ou morador usuario, art. 2259.º e 2260.º — as que forem directamente impostas ao capital ou á propriedade durante o usufructo reaccirão sobre o proprietario e sobre o usufructuario, nos termos que dispõe o art. 2299.º e seus §§.

Convenção — em pagamentos de moeda convencionada, é mantida pela lei, art. 724.º V. art. 725.º e seguintes — não a havendo expressa sobre o tempo do serviço domestico, se entende ser por anno no serviço rustico, e por mez em qualquer outro serviço, art. 1373.º — a expressa entre irmãos, ou entre paes e filhos maiores, expressa faz a sociedade familiar, art. 1281.º e 1282.º — a tacita é a que resulta dos factos indicados no art. 1282.º — por aquella pôde existir a sociedade, art. 1244.º

Convenções ante-nupciaes — V. *Casamentos*, V. *Contractos*.

Corporação ou sociedade — por mais de trinta annos se lhes não pôde estabelecer usufructo, e este se extingue, extincta que seja a corporação ou sociedade, art. 2244.º

Corporação perpetua — sendo legataria em usufructo e sem determinação de tempo, se-lo-ha por trinta annos somente, art. 1835.º

Corporações perpetuas — quaes são, e no caso de se extinguirem são encorporados os seus bens na fazenda nacional, e com que limitação, art. 36.º

Correios — como se procederá ahí na occupação ou entrega das cousas moveis abandonadas, art. 412.º

Correntes de agua — arrancando plantas, e arrastando terrenos, e mudar de direcção, quaes os direitos respectivos, art. 2290.º e seguintes — quaes são communs, art. 381.º n.º 2.º V. §§ 1.º e 2.º, idem.

Correntes navegaveis de agua doce — são cousas publicas, art. 380.º n.º 3.º V. § 1.º d'este artigo e §§ 2.º e seguintes do mesmo.

Costas — são cousas publicas, art. 380.º n.º 2.º

Cousa — tudo quanto por effeito da natureza ou casualmente lhe acrescer, pertence ao dono da coisa, art. 2290.º — quando se duvida, se a coisa foi perdida ou abandonada, presumir-se-ha perdida, art. 321.º

Cousa julgada — é o effeito que produz a transacção entre as partes, art. 1718.º

Cousa legada — não estando em commercio extingue o respectivo legado, art. 1811.º n.º 2.º — sendo transformada pelo testador, de forma que não conserve nem forma nem denominação, torna sem effeito o respectivo legado, idem, n.º 3.º

Cousa litigiosa — não a podem alienar, e com que excepção, os que não podem ser cessionarios, art. 1713.º

Cousas — são tudo quanto carece de personalidade, e todas as cousas que não estão fóra do commercio podem ser objecto de appropriação, art. 369.º e 370.º — podem as cousas estar fóra do commercio por sua natureza ou por disposição da lei, e quaes são aquellas e quaes estas, art. 371.º e 372.º — são moveis ou immoveis, e quaes aquellas e quaes estas, art. 373.º, 374.º e 375.º V. art. 376.º e seguintes — ou na sua prestação, ou na prestação de factos, se resolve o contracto, art. 710.º — a sua prestação por effeito do contracto, em que pôde consistir, art. 714.º — as estas, e direitos certos e determinados podem ser objecto de posse, art. 479.º — quaes as que se dizem publicas, communs e particulares, art. 379.º — quaes as publicas, art. 380.º e §§ — quaes as communs, art. 381.º — quaes as particulares, art. 382.º — ou na sua prestação, ou na prestação de factos, se resolve o contracto, art. 710.º

Cousas acrescidas — d'estas goza o usufructuario, art. 2206.º

Cousas inanimadas — sua occupação e providencias respectivas, art. 411.º e seguintes.

Cousas moveis perdidas — como podem ser occupadas e sob que obrigações, art. 413.º e seguintes — diferentes providencias quanto ao achador, ao dono e auctoridade, idem — cousas escondidas, V. *Thesouros*, V. *Dote*.

Cousas particulares — o que são e em que consistem, art. 382.º

Creado — V. *Servico domestico*, V. *Servical*.

Creados de lavoura — V. *Dividas*.

Credito — confundido com a divida, na mesma pessoa, extingue e com que resultados a divida e o credito, art. 796.º e seguintes.

Credito predial — os titulos de estabelecimentos de credito predial devidamente autorisados, são admittidos a registo definitivo, art. 978.º n.º 5.º V. art. 980.º — em que termos tem direito com hypotheca legal, art. 978.º n.º 6.º — como se fará o registo da respectiva hypotheca, art. 933.º V. *Creditos*, V. *Dividas*.

Credito social — o socio que tiver recebido por inteiro a sua parte de um credito social, traz á massa social o que recebeu, no caso de insolvencia do devedor, art. 1257.º

Creditos — quaes os que têm privilegio mobiliario e especial nos

fructos dos predios rusticos, art. 880.º e seguintes — quaes os que têm privilegio immobiliario, art. 887.º e seguintes, V. *Dividas*. — os que tiverem privilegio, têm hypotheca legal quando se acharem registados como creditos hypothecarios, art. 907.º V. § unico idem — não ha differença no concurso entre aquellos que são representados por qualquer dos titulos que podem ser admittidos a registo, art. 1025.º os da mulher são pagos primeiro que os do marido pelos bens communs, e sobre que responsabilidade d'este, art. 1124.º — nas sociedades particulares não respondem por elles os socios senão em proporção de suas respectivas partes sociaes, art. 1273.º

Creditos litigiosos — não podem ceder-se nos casos prescriptos no art. 785.º § unico — creditos privilegiados, V. *Concursos*.

Credor — em que casos não pôde ser compellido a receber, art. 747.º § unico — só a elle ou a seu legitimo representante se deve pagar, art. 748.º V. art. 749.º e art. 730.º — o solidario, por diferentes formas, e quaes, pôde livrar o devedor, art. 751.º V. art. 739.º e seguintes — o de uma prestação a que solidariamente estão obrigados varios devedores, pôde exigi-la ou de todos conjuntamente ou de um só, art. 752.º V. art. 753.º e seguintes — quando for incapaz de receber, se paga depositando, e em que termos, art. 739.º e seguintes — quando perde o direito de preferencia, art. 763.º — fica sendo o que paga pelo devedor, e em que casos, art. 779.º — confundida esta qualidade com a de devedor na mesma pessoa, extingue-se o credito e a divida, e com que resultado, art. 796.º e seguintes — substituido por outro obrigando-se para com este o antigo devedor, opera-se a novação, art. 802.º n.º 2.º — não pôde ser obrigado a aceitar o fiador que esteja em algum dos casos do art. 824.º — pôde e quando exigir outro fiador, art. 825.º — quando tem direito a exigir se reforce a hypotheca, art. 901.º — quaes os seus direitos no caso de destruido o predio hypothecado, art. 902.º — não pôde appropriar-se do predio hypothecado na falta de pagamento, salvo por arrematação ou adjudicação, art. 903.º — exonera os credores solidarios, quando, por qualquer facto seu, não poderem estes ficar subrogados nos direitos, privilegios e hypothecas do mesmo credor, art. 853.º — exonera alguns dos fiadores sem consentimento dos outros ficam todos exoneraes em proporção da causa remetida, art. 851.º — aceitando qualquer cousa em pagamento da divida exonera o fiador, aindaque depois venha a perder por evicção a cousa prestada, art. 850.º

Credor pignoratício — seu privilegio, art. 886.º

Credor solidario — o seu juramento deferido a favor do devedor, só faz prova a favor d'este, no que toca á parte d'este credor, art. 2530.º

Credores — os do cedente exercem os seus direitos enquanto a cedencia não for notificada, art. 792.º — quaes os seus direitos sobre o predio que da hypotheca se pretende expurgar, art. 944.º e seguintes — em que caso os não perde, art. 941.º e seguintes — quaes os que têm hypotheca legal, art. 905.º e art. 906.º — á herança, qual o seu direito apparecendo depois de pagos os legatarios, art. 2061.º — durante a formação do inventario podem demandar os herdeiros, e sob que caução e responsabilidade, art. 2056.º § 1.º e 2.º idem — os do finado são chamados por editos para assistirem ao processo de inventario, art. 2048.º — quando podem, e com que effeitos, ser autorisados a aceitar a herança, art. 2040.º — para seu pagamento em inventario devem apresentar seus titulos em que fundam seu direito, art. 2418.º § unico — ao casal partido e dividido entre conjuges, conservam seus direitos, art. 1214.º — seu direito no caso de separa-

ção de bens entre mulher e marido, art. 1228.º = os da sociedade particular preferem aos credores particulares de cada socio, art. 1274.º = mas podem elles penhorar e executar a parte social do devedor, e com que resultados para a sociedade e para os outros socios, art. 1274.º § unico = os do proprietario na parceria pecuaria em que podem somente proceder á penhora, art. 1315.º V. art. 1316.º

Credores e usufructuarios — podem em caso de renuncia do usufructo faze-la rescindir, sendo em prejuizo de seus direitos, art. 2212.º

Crime — quando motiva a revogação da doação, art. 1488.º §§ 1.º e 2.º

Crime de falsidade — encorre em suas penas o que protender com dolo registar um facto que não existe juridicamente.

Crime de homicídio — o conjugue condemnado como auctor ou como cumplice d'este crime contra o seu consorte, não pôde casar com a pessoa que como auctor ou como cumplice haja perpetrado aquelle crime, art. 1058.º n.º 4.º = nem d'ella pôde haver cousa alguma por doação ou testamento, art. 1063.º e 1064.º

Culpa — motiva responsabilidade do tutor para com o seu pupillo, art. 245.º = quando por ella é responsavel o socio, art. 1258.º

Culpa ou Negligencia — quando se dá sobre transferencia de propriedade alienada, art. 717.º §§ 2.º e 3.º V. *Perdas*.

Curador — nas tutelas dos filhos espurios exerce as attribuições do protutor, art. 282.º = se dá, e em que termos ao condemnado por sentença criminal, art. 355.º e seguintes = quando se nomeia ao ventre, e com que effectos, art. 137.º § unico = o dos orphãos promove o andamento e conclusão do inventario a favor do menor, e como for de direito, sob pena de perdas e damnos, art. 158.º = é nomeado ao ausente, art. 60.º = tem 5 por cento do que liquidar, art. 61.º = quando termina a curadoria, art. 63.º = tutor ou administrador no conselho de familia, como deve proceder quanto ao registro das hypothecas anteriores á promulgação d'este codigo, art. 1002.º = assiste aos arrendamentos dos bens dos menores quando se fizerem por mais de tres annos, art. 265.º V. art. 266.º = é necessario para a tutela dos filhos legitimos e illegitimos, art. 187.º = suas obrigações, art. 190.º e seguintes = quando se nomeia em conselho de familia para acellação da herança a surdos-mudos, art. 2026.º = á herança *jacente*, quando se requer pelos legatarios, art. 1838.º § 2.º

Curadores definitivos dos ausentes — sua installação e forma, inventario e caução, direitos e obrigações dos curadores é mais interessados, art. 64.º e seguintes.

Curadores dos orphãos — podem recorrer do que é para onde, art. 226.º = quando o juiz o não ouvir, quanto aos direitos e interesses dos menores, é responsavel por erro de officio, aindaque d'este despacho não resulte prejuizo aos menores, art. 223.º = têm a seu cargo velar pelos interesses e direitos dos menores, e são solidariamente responsaveis por perdas e damnos que lhes causarem em suas promoções, art. 222.º = devem sempre assistir aos conselhos de familia, e têm somente voto consultivo, art. 215.º

Curadoria — a definitiva do ausente solteiro faz terminar a curadoria provisoria do mesmo, art. 63.º n.º 4.º = em que termos é installada aquella, art. 64.º e seguintes = quando tem logar e em que termos, idem = deferida ella, tanto os legatarios como os herdeiros, podem requerer o que lhes pertence, art. 67.º V. art. 68.º = direitos e obrigações dos curadores definitivos e dos mais interessados, art. 71.º

e seguintes = sobre a provisoria dos bens do ausente, V. art. 55.º e seguintes = sobre a curadoria definitiva, V. art. 64.º e seguintes, e art. 78.º e seguintes.

Curatela — se dá, e em que termos, ao criminoso condemnado por sentença, art. 355.º e seguintes = qual a que existe somente enquanto durar a gestação, art. 157.º § unico.

Custas — quando as paga o menor, art. 239.º = quando n'ellas pôde ser condemnado o conselho de familia, idem = as do inventario e suas dependencias são pagas pela herança, excepto no caso de condemnación do herdeiro por seu dolo e má fé, art. 2063.º = quando são por conta do usufructuario, art. 2219.º

Custas do inventario — são pagas pelo cabeça de casal e como as descontará, art. 2157.º

Custas judiciais — quando têm privilegio immobiliario, art. 887.º

D

Damno — d'este nasce a restituição e a indemnisação, quando por elle se offende o direito de propriedade, art. 2169.º n.º 4.º = a obrigação de o reparar por simples quebra de posturas municipaes, prescreve pelo lapso de um anno, art. 539.º § 7.º = quando é por elle responsavel o caçador, art. 330.º e seguintes = a respectiva acção de reparação prescreve por trinta dias, idem, § 3.º = quando tem de ser indemnizado, art. 2323.º § 2.º = *de animal*, a sua reparação quando prescreve, art. 539.º n.º 6.º

Damnus — quando por elles responde o usufructuario, art. 2224.º = quando por elles responde o albergueiro, art. 1421.º V. art. 1422.º V. *Perdas*, V. *Damnus*.

Data — a dos documentos particulares, como e em que casos e tempo se considera realisada, art. 2436.º

Decisões — as do conselho de familia, são tomadas por maioria absoluta, art. 219.º V. art. 218.º V. *Questões*, V. *Recursos*.

Declaração — nenhuma declaração, emenda, rectificação, additamento ou alteração, seja de que natureza for, se pôde fazer nos assentos do registro civil, senão em virtude de sentença passada em julgado, e em que termos e com que excepção, art. 2450.º e § unico.

Declarações — quaes as que deve fazer o cabeça de casal para os devidos effectos do inventario, art. 2072.º

Defensor — é nomeado pelo juiz ao interdito no caso de demencia e em que circumstancias, art. 316.º n.º 2.º § unico.

Deфеza — é um dos direitos que resulta da propriedade, art. 2169.º n.º 3.º = este direito tem o proprietario, repellindo a força pela força em defeza da propriedade, ou de recorrer á auctoridade competente, art. 2354.º = ou por meio de embargo á obra, idem, art. 2355.º = é um direito originario, e em que consiste, art. 359.º n.º 5.º e art. 367.º = fundada em prescripção só tem logar por via de excepção, art. 514.º

Delegação — não se pôde fazer do encargo da testamentaria, art. 1906.º

Delicto — resultando d'elle interesse, e havendo sobre elle transacção, esta não prejudica a acção do ministerio publico, art. 1717.º = qual o commettido pelo filho que auctorisa o pae a desherda-lo, art. 1876.º

Delictos correccionaes — V. *Prejuizos*.

Delirio — motiva a rescisão, e a favor de quem, do acto ou con-

tracto praticado durante elle, feito o protesto, art. 353.º § unico, V. art. 354.º

Demanda — contra o fiador dá direito para este demandar o devedor, art. 844.º n.º 1.º V. *Pleitos, V. Questões*.

Demarcação — dos predios confinantes e respectivos extremos, é um direito que compete ao proprietario, e como será feita, art. 2340.º e seguintes — é imprescriptivel este direito, art. 2345.º

Demencia — relevando da responsabilidade criminal não desobriga da responsabilidade civil, e quando, art. 2377.º e 2378.º

Dementes — não corre contra elles a prescripção enquanto não tiverem quem os represente, art. 549.º V. art. 550.º § 3.º

Denuncia — a do filho contra seu pae auctorisa a desherdação, art. 1876.º n.º 2.º V. art. 1877.º e 1878.º — suspende o poder paternal mas não o direito ao usufructo dos bens do filho menor, art. 169.º

Depoimento — destituido de qualquer outra prova não produz fé em juizo, art. 2512.º V. art. 2513.º e seguintes — só pôde ser exigido de pessoa habil para estar em juizo, art. 2441.º n.º 4.º — sobre que factos se pôde exigir, idem n.º 2.º — o da parte quando requerida para depor sob pena de ser havida por confessa, como tal será tida se a isso se recusar sem justa causa, idem § unico — *de testemunhas*, é um dos meios de prova, art. 2407.º n.º 5.º

Depositarios — quando, e para todos os effeitos, são como taes havidos os barqueiros e recoveiros, art. 1442.º — como taes são havidos os albergueiros e quando, art. 1420.º § unico — das obrigações a que estão sujeitos não os exime a incapacidade de um dos depositantes, art. 1433.º n.º 1.º V. n.ºs 2.º e 3.º idem — dos direitos e obrigações dos depositarios e depositantes, V. art. 1435.º e seguintes e art. 1449.º e seguintes — quando não respondem pelo deposito, art. 1436.º n.º 1.º e 2.º — respondem por perdas e damnos, e quando, art. 1437.º

Deposito — a divida em deposito exclue a compensação, art. 767.º n.º 4.º — por elle, e em que termos e em que casos se constitue o pagamento, art. 759.º e seguintes — o do preço da arrematação do predio hypothecado expurga a hypotheca no mesmo, art. 938.º n.º 2.º

Deposito judicial — quando da cousa depositada se pôde fazer, art. 1448.º — quem pôde realisar o respectivo contracto, art. 1433.º

Deposito provisório — quando o pôde requerer a mulher no caso de separação, art. 1206.º § 4.º

Depositos de substancias corrosivas — providencias respectivas e obrigações do constructor, art. 2338.º

Desassissados — não podem ser testemunhas, art. 2510.º n.º 1.º

Descendentes — constituem a primeira ordem da successão, art. 1969.º n.º 1.º — entre estes e ascendentes, o entre irmãos, é reciproca, e em que termos, a obrigação de alimentos, art. 172.º e seguintes — não podem ser procuradores contra os ascendentes, art. 1354.º n.º 8.º — a sua existencia torna sem effeito a instituição de herdeiro, art. 1814.º V. art. 1815.º — não podem ser testemunhas nas causas dos ascendentes, art. 2511.º n.º 2.º V. § 2.º, idem.

Desconhecido — quando o for haverá sempre inventario, art. 2064.º — o no prazo de sessenta dias será concluido, idem, §§ 1.º e 2.º

Descrição — feita dolosamente de creditos, direitos ou encargos, fundados em titulos simulados, falsos ou falsificados, como é punida, art. 2080.º

Descrição de bens — providencias respectivas, art. 2067.º e seguintes.

Descrições — V. *Livros*.

Desenho — V. *Auctores*.

Desherdação — quando ella tem logar, cessa a obrigação de alimentos, art. 179.º n.º 2.º — quando tem logar contra os filhos, art. 1875.º e seguintes — quando contra os paes ou outros ascendentes ou descendentes, art. 1878.º e seguintes.

Despejo — é procedimento summario, art. 1631.º

Despezas — quaes a que são obrigados, tanto o possuidor de boa fé como o de má fé, art. 498.º e §§ — taxar as que têm de se fazer com o menor e seus bens, pertence ao conselho de familia, art. 224.º n.º 8.º — são abonadas ao depositario pelo depositante, art. 1450.º e § unico — é obrigado a paga-las o dono do animal perdido ou extraviado, art. 409.º V. art. 410.º — são pagas pelo dono da cousa achada, art. 418.º V. art. 420.º — as do deposito da quantia em divida, por quem são pagas, art. 764.º — quando tem privilegio immobiliario, art. 887.º n.º 3.º — quaes as que têm privilegio immobiliario, art. 887.º n.º 2.º — são indemnizadas pelo devedor, as que se fizerem com objecto empenhado, art. 860.º n.º 3.º — quaes as pagaveis ao credor do penhor, art. 861.º n.º 2.º V. art. 867.º — em bens dotaes, como se reputam compensadas, art. 1464.º — as feitas com a entrega do legado quando ficam a cargo da herança, art. 1842.º — quando têm os herdeiros direito a have-las dos legatarios, art. 1800.º — *do casal commun*, obrigações respectivas da mulher casada, art. 1226.º — em relação dos socios na sociedade universal V. art. 1246.º e seguintes — as de manutenção estão a cargo da sociedade familiar, art. 1254.º n.ºs 1.º e 3.º — por estes e respectivos proprietarios, quando responde o proprietario que rectificar a gestão, art. 1725.º — por estas quando responde o gestor, art. 1725.º — quaes as que ficam a cargo do comprador, art. 1532.º — quando a ellas é obrigado o commodatario, art. 1531.º V. art. 1520.º e 1521.º — as communs, e em beneficio commun, estão obrigados os comproprietarios, art. 2178.º — *do funeral*, são pagas pela herança indivisa, haja ou não herdeiros legitimarios, art. 2116.º — quanto aos suffragios pela alma do finado só a herança as paga sendo ordenadas no testamento — as do testamenteiro são abonadas pela herança, art. 1908.º — as miudas, e em que caso são abonadas por declaração jurada, idem, § unico — quando nas servidões constituídas por natureza da cousa, e respectiva necessidade de obras, é o proprietario obrigado a contribuir com ellas, art. 2285.º — quaes as que têm direito a haver o cabeça de casal com os competentes juros, art. 2086.º — *de cultura*, quando a estas é obrigado o usuario ou morador usuario, art. 2259.º e 2260.º — sementes e outras, quando é o proprietario obrigado a pagar ao usufructuario, art. 2203.º § 1.º V. art. 2204.º — em muro commun e andares commun, V. art. 2334.º e 2335.º — quando são abonadas ao tutor, nas contas do menor, art. 252.º V. *Dividas*.

Destruição — pela perda ou destruição se perde a posse, art. 482.º n.º 3.º — havendo-a na cousa transferida por effeito de contracto, por conta de quem corre, art. 717.º

Desuso da lei — não motiva direito para alguém se eximir dos preceitos estabelecidos na lei, art. 9.º

Deteriorações — pôde o usufructuario compensa-las com melhoramentos, art. 2220.º — compensam-se com as benfiteitorias, art. 501.º

Devedor — como assegura o cumprimento da sua obrigação, art. 855.º — em que termos pôde dispor dos bens consignados em pagamento pelos seus rendimentos, art. 874.º §§ 1.º e 2.º — o acto ou contracto verdadeiro por elle celebrado em prejuizo do seu credor, pôde ser rescindido e em que caso, art. 1033.º V. art. 1034.º e seguintes — tem obrigação de indemnizar o fiador e em que termos, art. 838.º —

que excepções pôde oppor ao seu fiador, art. 841.º V. § unico = este ou outro em seu favor pôde hypothecar, art. 893.º = quando pôde hypothecar de novo o predio, art. 914.º = o seu direito, quando o registro da hypotheca se faça em relação a todos os seus bens, art. 909.º = V. art. 702.º e seguintes, e art. 714.º e seguintes = quando está obrigado a um de dois factos cumpre e paga, satisfazendo um à sua escolha, art. 733.º V. art. 734.º e seguintes = o solidario que pagar pelos outros que direitos adquire, art. 754.º V. art. 754.º e seguintes = pôde exonerar-se da sua divida e em que termos, art. 765.º e seguintes = independente do seu consentimento se pôde fazer a cessão do credito, art. 785.º = como se pôde livrar da obrigação cedida, art. 786.º = e sobre que excepções, idem n.º 1.º, 2.º e 3.º V. art. 787.º = confundindo-se esta qualidade com a de credor na mesma pessoa, extingue-se o credito e a divida, e com que resultados, art. 796.º e seguintes = o substituido que excepções pôde oppor ao credor, art. 814.º = substituido por outro fica exonerado e se opera a novação, art. 802.º n.º 2.º = sem consentimento d'este, e entre fiador e credor, se pôde estipular a fiança, art. 821.º = em que caso, e sem consentimento d'este, se pôde prestar fiança entre credor e fiador, art. 821.º = sendo obri. . . a dar fiador não pôde este ser aceite nos casos expostos no art. 821.º

Diario — deve existir nas conservatorias, art. 957.º n.º 1.º

Dias — são de vinte e quatro horas, começando-se a contar depois da meia noite, art. 561.º = o da prescripção é contado por inteiro, aindaque não seja completo n'aquelle em que ella principia, art. 562.º = sendo feriado o ultimo dia da prescripção, só esta se considera finda no primeiro dia seguinte não feriado, art. 563.º

Dignidade moral — a do homem não comprehende só a sua vida e integridade pessoal, mas também o seu bom nome e reputação, art. 360.º

Diminuição de renda — não pôde ter lugar em caso algum, a não ser o estipulado no contracto, art. 1630.º V. art. 1631.º

Dinheiro — se no dote for incluído, será convertido, e em que tempo, em bens immoveis, em inscripções, acções, ou dado a juro, art. 1140.º = do menor, V. *Jóias*.

Direito de liberdade — o que é e o que comprehende, art. 361.º = *de expressão*, é livre, mas o que d'elle abusar em prejuizo da sociedade ou do homem, é responsavel nos termos da lei, art. 363.º = *de acção*, em que consiste, art. 364.º = o que d'elle abusar attentando contra os direitos de outro ou da sociedade, é responsavel nos termos das leis, idem = *de associação*, em que consiste, art. 365.º = *de apropriação*, é o que se chama propriedade, e consiste na faculdade de adquirir nos termos do art. 366.º e § unico = este direito de propriedade se presume pela posse, art. 477.º = *de defeza*, consiste na faculdade de obstar á violação dos direitos naturaes e adquiridos, art. 367.º = *de representação*, quando se dá na linha recta e na transversal, e com que effeitos, art. 1980.º e seguintes = *natural*, quando e em que casos se julga e por elle se decidem as questões, art. 16.º = do homem, art. 1.º e seguintes = não o pôde vender, alugar, nem trespassar, o usuario, ou morador usuario, art. 2253.º V. art. 2260.º = a privação d'elle por tempo de um anno, interrompe a prescripção, art. 552.º n.º 1.º V. n.º 4.º, idem = de aceitar ou repudiar a herança, passa para seus herdeiros, art. 2033.º = *indivisivel*, tem as varias pessoas que simultaneamente forem chamadas á herança, tanto a respeito da posse como do dominio e quanto á partilha, art. 2015.º = *a beneficio de inventario*, perde-se, sonogando no inventario alguns bens da herança, art. 2053.º = de petição de herança, quando pre-

secreve, art. 2017.º = qual o do legatario para haver o legado, e contra quem, art. 1838.º e §§ = *de acrescer*, quando tem logar a favor dos herdeiros, art. 1852.º e seguintes = *de opção*, V. *Opção*. = *de retenção*, tem o mandatario sobre o objecto do mandato, art. 1349.º = *de registrar*, a renuncia d'este direito, ou de qualquer outro que provenha de registro, é nulla, art. 928.º = *transfere-se* e se adquire por contracto, art. 641.º = *de terceiro*, com prejuizo d'este, não pôde admitir-se a compensação, art. 775.º = *litigioso*, é o que foi contestado em juizo contencioso por algum interessado, art. 788.º = o cedido passa ao cessionario pelo facto do contracto, mas quanto ao devedor, ou a terceiro, a cessão só depois de notificada ao devedor pôde produzir os seus effeitos, art. 789.º = o adquirido posteriormente, aindaque semelhante, não fica ligado á transacção anteriormente feita, art. 1715.º = pôde renunciar-se, art. 815.º = o da herança de pessoa viva não pôde ser objecto de compra e venda, art. 1556.º = *de acrescer*, não o ha nas doações, o com que excepção, art. 1467.º = *de alienação*, é uma consequencia do direito de propriedade, art. 2169.º n.º 5.º = *de indemnisação*, é consequencia do direito de propriedade, art. 2169.º n.º 4.º = *de restituição*, é uma consequencia do direito de propriedade, art. 2169.º n.º 4.º = *de exclusão*, é consequencia do direito de propriedade, art. 2169.º n.º 3.º = *de defeza*, é consequencia do direito de propriedade, art. 2169.º n.º 3.º = *de exclusão e de defeza*, a do proprietario alem da defeza, consiste na tapagem e demarcação, e em que termos, art. 2339.º e seguintes e 2346.º e seguintes = *de transformação*, o que é, a quem pertence, e como pôde ser limitado, art. 2315.º e 2316.º = é consequencia do direito de propriedade, art. 2169.º n.º 2.º = *de fruição*, é consequencia do direito de propriedade, art. 2169.º n.º 1.º = que direitos abrange, art. 2287.º e 2288.º = o do solo abrange também toda a sua profundidade, com que excepção, mas também todo o espaço aerio, e em que termos, art. 2288.º = *de propriedade*, e suas distincções, e quaes, em que consiste, art. 2167.º e 2168.º = quaes os direitos que abrange, art. 2169.º = seus limites, art. 2170.º = de propriedade absoluta, o que é, e quando n'isso tal se presume, e qual é a propriedade resolutivel, art. 2171.º e 2172.º = o dos direitos adquiridos como se manifesta, art. 2173.º = de propriedade singular e propriedade commum, o que são, art. 2175.º = disposições respectivas a estes direitos, art. 2176.º e seguintes. V. *Propriedade*. = têm os herdeiros nos bens que lhes pertenceram em partilhas, art. 2158.º = o de beneficio de inventario, quando e em que tempo se não perde, art. 2045.º = quando se resolve, o do auctor do usufructo, ou do direito do usufructuario, extingue-se o usufructo, art. 2241.º n.º 2.º = o de exigir reparação, bem como a obrigação de a prestar, transmite-se com a herança e com que excepção, art. 2366.º = *de indemnisação*. V. art. 2356.º = *de restituição*, V. art. 2356.º = *de tapagem*, em que consiste para com o proprietario e disposições respectivas, art. 2314.º e seguintes = *de accesso ou transitio*, em que consiste, e em que termos, art. 2309.º e seguintes = a obrigação da servidão em quem recairá de propriedade, art. 2311.º = *de alienação*, V. art. 2357.º e seguintes e art. 2357.º e seguintes.

Direitos e obrigações — quaes as que competem aos herdeiros quanto ao acrescimento do que houverem, art. 1838.º = quando podem repudiar-se, e com que resultado, art. 1856.º = os do auctor da herança se transmitem para os herdeiros, art. 2014.º = *do usufructo*, como serão n'ellas, art. 2201.º = nos contractos podem ser transmitidos, art. 711.º = *do estado*, nas heranças, são os mesmos que os de qualquer outro herdeiro, art. 2008.º = só o homem é susceptivel

de direitos e obrigações, art. 1.º — e n'este sentido, o que se entende por direito e obrigação, art. 2.º V. art. 5.º e 8.º = *adquiridos*, formam propriedade, e pelo exercício e posse d'elles, se provam, art. 2173.º = são respeitados pela lei, art. 8.º = quando auctorisam a repellir a força pela força, art. 2367.º V. art. 2370.º e seguintes = respeitam-se e em que termos, art. 358.º § unico = *originarios* o que são, sua destinação, e em que consistem, art. 359.º e seguintes = são alienaveis, e só por lei expressa podem ser limitados, art. 368.º = a violação d'elles produz a obrigação de reparar a offensa, idem = *adquiridos*, por facio e vontade propria e de outrem conjuntamente, art. 641.º e seguintes = adquirem-se pelo facto da posse, e pelo lapso do tempo, art. 505.º = quando se podem renunciar, art. 508.º V. art. 509.º = *immobiliarios*, quando podem ser prescriptos, art. 526.º V. art. 527.º e seguintes = todos os immobiliarios estão sujeitos a registo, e como regulado, art. 1722.º = quaes os que se adquirem por mero facto de outrem, e disposições respectivas, art. 1723.º e seguintes = quanto aos que se adquirem por simples disposição da lei, V. art. 1735.º e seguintes = *dos curadores*, dos bens dos ausentes, art. 71.º e seguintes = pelos direitos e interesses dos menores têm obrigação de velar os curadores geraes dos orphãos, e os magistrados do ministerio publico, que fazem as vezes d'elles, art. 220.º = só o cidadão portuguez plenamente pôde gosar de todos os direitos que a lei civil reconhece e assegura, art. 17.º = em concurso de direitos iguaes, que cessão devem fazer os interessados, e em que termos, art. 15.º = quando a lei os reconhece, legitima os meios indispensaveis para a sua execução, art. 12.º V. art. 13.º e seguintes = *de terceiro*, quando não são prejudicados no predio em contracto entre proprietario e usufructuario, art. 2203.º § 2.º = não ficam prejudicados sendo adquiridos durante a separação dos conjuges, art. 1248.º § unico = ninguém pôde obrigar os direitos que possa ter a herança de pessoa viva, art. 2042.º = *do usufructuario*, quaes são, sua classificação e respectivas disposições de direito, e quaes suas obrigações, art. 2242.º e seguintes = de todos os inherentes á cousa usufruida, gosa o usufructuario, art. 2206.º = os que provêm do emprestimo, se transmittem aos herdeiros respectivos, art. 1509.º = do depositario e do depositante, V. art. 1435.º e seguintes = os do senhorio, tem o arrendatario obrigação de os defender, e em que termos, art. 1608.º n.º 4.º = *conjugues*, não podem ser alterados por qualquer convenção ante-nupcial, art. 1408.º = *paternaes*, não podem alterar-se por qualquer forma ante-nupcial, art. 1403.º = quaes os que adquire o credor pelo penhor, art. 860.º = quaes os dos conjuges, art. 1484.º e seguintes = quaes os dos socios em sociedade particular, art. 1251.º e seguintes = sem que estejam pagos os que se deverem á fazenda não se pôde fazer registo definitivo, art. 980.º = e sob que pena, idem, § unico = a sua renuncia quando pôde rescindir-se, art. 1038.º = dos credores sobre o predio que da hypotheca se pretende expurgar, art. 941.º V. art. 942.º e seguintes = sobre registo de titulos a elle sujeitos, não impedem as partes ou a herdeiros, a sua invocação em juizo, art. 951.º § unico, V. art. 1171.º = o meio de nos restituirmos ao uso dos nossos direitos, são os juizos e as acções, art. 2537.º = *do credor*, adquirem-se pela sub-rogação e em que termos, art. 778.º e seguintes = sobre a sua confusão, V. art. 796.º e seguintes = *do proprietario*, quando possam lesar estes direitos, tem o respectivo usufructuario obrigação de avisar o proprietario, art. 2240.º = *de compascuo*, em que consistem, e de que forma é regulada a communhão de pastagens de terrenos publicos, art. 2263.º = o direito de compascuo em predios particulares é

abolido, e só por concessão expressa dos proprietarios se pôde usar, art. 2264.º § unico, V. art. 2265.º § unico = com pagamento do justo valor, se podem libertar as propriedades por algum titulo obrigadas a pastagens, art. 2266.º = quando em prejuizo dos que têm os credores do usufructuario, este renunciar o usufructo, a renuncia pôde ser rescindida pelos credores, art. 2242.º = na fruição de todos, consiste a propriedade perfeita, art. 2187.º = na fruição de parte d'elles, consiste a propriedade imperfeita, idem, V. art. 2188.º e 2189.º = quando se não podem renunciar nem sobre elles transigir, a confissão da parte sobre taes direitos não constitue prova, art. 2412.º § 2.º = quanto a sua offensa e reparação, V. art. 2361.º e seguintes = dos auctores dramaticos, art. 394.º e seguintes, V. art. 607.º e seguintes = quaes os do auctor em escriptos publicados, art. 574.º e seguintes, V. art. 590.º e seguintes, V. art. 594.º e seguintes, V. art. 607.º e seguintes = *civis* perdem-se por sentença criminal, que passar em julgado, e sob que consequencias, art. 355.º e seguintes = os menores são incapazes de os exercitar, e os seus actos e contractos não os constituem em obrigação juridica e com que excepção, art. 98.º = mas estes actos não podem ser impugnados pelos outros estipulantes, com fundamento na incapacidade do menor, art. 99.º = e *acções*, quando se entenderá que entram elles na doação, art. 1461.º

Dispensa — para casamento civil, quando pôde ser verificada pelo governo, art. 1073.º § unico.

Disposição testamentaria — respectivas solemnidades precisas, art. 1912.º e seguintes.

Disposições testamentarias — diferentes e respectivas, seus effeitos e legitimidade, art. 1739.º e seguintes = sobre a sua variada forma de dispor providenciou, e em que termos, o art. 1791.º e seguintes = quaes as havidas como fideicommissarias, e como taes de-fezas, art. 1871.º e 1872.º

Divida — pela respectiva fiança se não podem contrahir condições mais onerosas, nem por meio d'esta se pôde exceder aquella, art. 823.º = extingue-se pela novação, com todos os direitos e obrigações accessórias, art. 807.º V. art. 809.º = quando nova se contrahir em logar da antiga que fica extincta, effectua-se novação, art. 802.º n.º 1.º = confundida com o credito, na mesma pessoa, extingue-se, e com que resultados, o credito e a divida, art. 796.º e seguintes = a que pagar o devedor com dinheiro emprestado por terceiro, toma este o logar do credor, constando do titulo de emprestimo, que o dinheiro se pediu para pagamento d'aquella divida, art. 789.º = d'ella, e por que meio, e em que termos, se pôde desobrigar o devedor, art. 765.º e seguintes = qual se diz a liquida, art. 765.º § 1.º = qual a que se diz exigivel, idem § 2.º = quando se oppõe a compensação, art. 767.º e seus numeros = *hypothecaria*, não se pôde registrar definitivamente, enquanto se não tiver feito o manifesto dos juros, art. 980.º V. § unico = do testador, quando existir a favor de algum legatario do testador como se attenderá ao legado e á divida, art. 1818.º e seguintes.

Dividas — quaes as que prescrevem por tempo de seis mezes, art. 538.º V. art. 534.º e seguintes = legalisar as passivas do menor e auctorisar o pagamento, não havendo opposição dos interessados, pertence ao conselho de familia, art. 224.º n.º 10.º = *passivas*, quando podem ser pagas durante a formação do inventario, art. 224.º V. § 1.º idem = as da herança, podem ser pagas durante a formação do inventario pelo administrador da herança, art. 224.º V. §§ 1.º e 2.º, V. art. 2038.º e seguintes = sendo diferentes, ao devedor compete escolher e designar aquella a que se refere o pagamento, art. 728.º

V. art. 729.º e 730.º = as de soldadas de creados de lavoura, e de jornaes de operarios, têm privilegio mobiliario especial nos fructos dos predios rusticos respectivos, e até que tempo, art. 880.º n.º 4.º V. § 3.º, idem = as de premio de seguro têm, e até que ponto, privilegio mobiliario especial nos fructos dos predios rusticos respectivos, art. 880.º n.º 5.º = e tambem o tem nos predios urbanos, o credito de predio de seguro, e em que termos, art. 881.º = as despesas de recovagem, barcagem ou alquilaria, e em que valor gosam privilegio mobiliario especial, constituindo uma classe, e em que termos, art. 882.º n.º 1.º V. § 1.º idem = as despesas de pousada ou albergaria, e em que valor, gosam de privilegio mobiliario, art. 882.º n.º 2.º V. § 2.º idem = as despesas pelo preço de quaesquer moveis e machinas, ou custo do seu concerto, gosam do privilegio mobiliario, art. 882.º n.º 3.º V. § 3.º idem = gosam do mesmo privilegio, o credito por divida de renda do predio urbano, no valor dos moveis, idem n.º 4.º = o credito proveniente de premio de seguro de moveis, ou mercadorias, e em que termos, idem n.º 5.º = quando acabam estes privilegios, idem § 1.º e seguintes = gosam tambem de privilegio especial mobiliario constituindo uma classe, as dividas seguintes, e em que termos = o credito pelo preço de materias primas, e em que valor, art. 883.º n.º 1.º, o credito por salarios de operarios fabris idem n.º 2.º = o credito do premio do seguro, idem n.º 3.º e §§ 1.º e 2.º, idem = tambem gosam privilegio geral sobre os moveis as despesas de funeral do devedor e as mais indicadas no art. 884.º, 885.º e 886.º V. *Impostos*. = as do dote paga o marido recebendo-as, ou deixando de as receber por culpa sua as não recebidas, as paga com a entrega dos titulos, art. 1161.º = entre os conjuges com pacto de separação de bens, V. art. 1129.º e 1133.º = as dos esposos anteriores ao matrimonio, são incommunicaveis e sobre que excepções, art. 1110.º V. 1111.º e seguintes = quaes as communicaveis, art. 1113.º §§ 1.º e 2.º V. art. 1114.º e §§ 1.º e 2.º e art. 1115.º = quando as não pôde contrahir a mulher sem autorisação do marido, art. 1116.º Quando, para pagamento d'ellas, se podem vender bens dotaes, art. 1149.º n.º 3.º = os de fóros, censos ou quinhões, e por que tempo têm privilegio mobiliario especial nos fructos dos predios rusticos respectivos, art. 880.º e n.º 1.º V. § 1.º, idem e § 2.º V. art. 881.º n.º 1.º = a de renda, e por que tempo, tem privilegio mobiliario especial nos fructos dos predios rusticos respectivos, art. 880.º n.º 2.º = as que provém de sementes, ou de emprestimos para grangeios ruraes, e de que tempo, têm privilegio mobiliario especial nos fructos dos predios rusticos respectivos, art. 880.º n.º 3.º V. § 3.º idem = todas as anteriores ou posteriores, e sobre que limitada excepção, ficam a cargo da sociedade universal, sendo esta de todos os bens presentes e futuros, art. 1246.º e 1247.º = quando por ellas não têm responsabilidade solidaria os socios em sociedade particular, art. 1272.º = quaes as que estão a cargo da sociedade familiar, art. 1285.º n.º 2.º e § unico = *activas*, quando se entendem como não legadas, art. 1832.º = se a doação se fizer com encargo de as pagar, como se entenderá esta clausula, art. 1469.º = na falta de estipulação quanto ás dividas do doador, qual o direito n'este caso, art. 1470.º e §§ = as do jogo não podem ser pedidas judicialmente, mas tendo-se satisfeito, em que casos as não pôde reclamar o jogador, art. 1542.º e 1543.º = de fóros, é summária a respectiva acção, art. 1685.º = por todas as da herança responde o herdeiro, art. 1792.º = quando são rateadas pelos legatarios, art. 1794.º = quaes as que não paga o usufructuario, art. 2214.º e § unico, V. art. 2235.º e 2236.º = a separação para seu

pagamento, no inventario entre maiores, como se fará, art. 2152.º = nos inventarios de maiores, são attendidas consentindo todos os interessados, art. 2117.º = nas dos menores, interdictos, ou ausentes, só por autorisação do conselho de familia não havendo opposição dos interessados, art. 2118.º = *da herança*, por ellas responde solidariamente a herança, art. 2115.º = mas cada um dos co-herdeiros, depois, só responde pela parte respectiva, idem = quando terá logar o rateio, art. 2125.º = as do filho pagas pelo pae, vem á collação, art. 2104.º V. § 2.º, idem, V. art. 2105.º = activas e passivas, como se descrevem no inventario, art. 2077.º = a sua cobrança e arrecadação, pertence ao cabeça do casal, art. 2083.º V. § unico, idem, V. *Creditos*.

Divisão — a da cousa commum como se pôde fazer, art. 2181.º e seguintes = quando pôde ter logar a dos prazos e com que effectos, art. 1662.º §§ 1.º e seguintes.

Divorcio — V. *Sociedade conjugal*.

Doação — feita por ambos os conjuges conferir-se-ha metade no inventario de cada um d'elles, art. 2108.º V. art. 2109.º e 2110.º = pôde fazer o foreiro e em que termos, art. 1677.º = em que caso e quantidade pôde ser reclamada pelos herdeiros, art. 1789.º e 1790.º = quando caduca, art. 1463.º = sobre o respectivo aceite posterior, V. art. 1101.º = a doação em pagamento quando é permitida aos casados, art. 1101.º § unico = quando a não pôde haver em segundas nupcias senão na terça parte dos bens, art. 1235.º = quando se não transmite aos herdeiros do donatario, art. 1172.º = podem fazê-las os menores e como, art. 1173.º = entre esposados lhes são applicaveis as regras geraes, em tudo ao que não for contrario ao disposto no artigo 1166.º e seguintes, art. 1174.º = por ella nada pôde receber o tutor ou seu descendente, art. 1174.º = casar com a filha sob tutela, art. 1063.º V. § unico idem e art. 1101.º = a favor de fillos ou para seus estabelecimentos, e de bens dotaes immobiliarios, podem fazer os paes, art. 1149.º = quando se entende que abrange os direitos e acções, art. 1461.º = quando se entende que por ella se reserva a terça, art. 1462.º = quando é irrevogavel, art. 1456.º = quando tem a natureza de ultima vontade e produz os effectos testamentarios, art. 1457.º V. § unico, idem = qual a condicional, art. 1454.º § 2.º = a onerosa o que é, art. 1454.º § 3.º = em que parte é somente considerada como doação, art. 1455.º = *verbal*, quando e como se faz, art. 1458.º = doação por escripto particular quando se pôde fazer, art. 1459.º = necessidade do seu registro, idem § unico = sobre sua nullidade, V. art. 1460.º = *remuneratoria* o que é, art. 1454.º = pura o que é, art. 1454.º § 1.º = *inofficiosa* pôde ser revogada e em que termos, art. 1492.º e seguintes = respectiva prescrição, art. 1503.º V. *Doações*.

Doações — o que são, que bens podem abrançar, como e em que termos se podem fazer, suas diferentes qualidades e effectos, quando caducam, sobre que condições se podem fazer, e pessoas que as podem fazer e receber, art. 1101.º e seguintes, V. *Doação*. = para aceitar as que se fazem ao menor é o tutor autorisado pelo conselho de familia, art. 224.º n.º 17.º = quando não estão sujeitas á collação e quando o são em parte, art. 2103.º V. art. 2104.º = as consummadas como se podem revogar, art. 1482.º = quando não é revogada por superveniencia de fillos, art. 1483.º = quaes os effectos das rescindidas, art. 1484.º e seguintes = podem ser revogadas por ingratidão, art. 1486.º e seguintes = quando podem ser revogadas por inofficiosa, art. 1491.º e seguintes = *ou deixas*, é lícito aos esposados estipula-las em seu contracto ante-nupcial entre si, e com que excepções, art. 1166.º e 1167.º = quando ficam sem effecto e em que casos não podem ser an-

nulladas, art. 1168.º e 1169.º V. art. 1170.º e seguintes = por terceiro a favor dos esposos futuros como serão feitas, quaes os seus effeitos e disposições respectivas, art. 1175.º e seguintes = por marido e mulher como serão feitas, e quando podem ser revogadas, art. 1178.º e seguintes = não as pôde receber do menor o seu tutor, salvo depois de prestadas as respectivas contas com quitação geral, art. 244.º n.º 2.º, on no caso previsto no artigo 245.º

Documentos — todos os apresentados para registo civil serão rubricados pelo official do registo, e emmassados com um numero de ordem correspondente ao do registo respectivo, art. 2451.º = produzem um dos unicos meios de prova, art. 2497.º n.º 3.º = quaes os vícios que podem illidir a sua força probatoria, art. 2493.º e seguintes = os officiaes são nulos quando não são feitos em conformidade com o disposto nas leis e regulamentos, que determinam o modo como elles devem ser exarados e expedidos, art. 2494.º = os extra-officiaes quando são nulos, art. 2495.º = quando são falsos, art. 2496.º = quanto aos anteriores ao seculo XVI. V. art. 2497.º = os anteriores ao seculo XVI em que caso se não recebem como meio de prova, art. 2497.º = devem acompanhar as contas do tutor, art. 251.º

Documentos authenticos — quaes são e que prova produzem, art. 2422.º e seguintes = os documentos authenticos passados em paiz estrangeiro, na conformidade da lei d'esse paiz, fazem prova n'este reino, art. 2430.º = são admittidos a registo definitivo, art. 978.º n.º 4.º V. art. 980.º = *particulares*, quaes são e em que casos fazem prova, art. 2431.º e seguintes. V. *Titulos*.

Dolo — o do usufructuario, obriga-o a responder pelos fructos que prematuramente colher, art. 2253.º = se com elle se resolver o contracto, este se julga não resolvido, art. 681.º = motiva responsabilidade do tutor para com o seu pupillo, art. 248.º = motiva a acção da rescisão nas transacções, art. 1719.º = faz que o credor responda pela evicção do objecto do penhor vendido, art. 869.º = tem o conservador, quando sobre aquelle fundamento deixar de fazer os registos, art. 982.º = se com elle se resolver o contracto, este se julga não resolvido, art. 681.º = quando a mulher com dolo tiver procedido em prejuizo do credor, é valida a sua fiança, aindaque não seja commerciante, art. 820.º n.º 2.º = quando alem da punição penal se perde por elle o direito á herança, art. 1937.º = quando justifica a reclamação da acção da herança, art. 2036.º n.º 2.º = não é lícito renunciar previamente á nullidade que provier do dolo ou coacção, art. 668.º = quando exclue o direito ao menor, art. 299.º n.º 2.º § unico.

Dolo e má fé — no exercicio do cargo do testamentario, tornam este responsavel por perdas e damnos, art. 1909.º = no herdeiro, obriga-o ao pagamento de custas e quando, art. 2063.º = na evicção não se pôde renunciar á responsabilidade que possa resultar do dolo e má fé, art. 1055.º = quando anterior a acção de perdas e damnos no contracto de deposito, art. 1433.º n.º 3.º = o dolo com fraude, quando obsta aos contractos, art. 1542.º n.º 1.º = o dolo annulla o testamento, art. 1748.º = e motiva a acção penal, art. 1749.º V. art. 1750.º = nos interessados nas partilhas, motiva a rescisão d'estes provado que seja, art. 2163.º

Domicilio — em casos diversos previstos na lei, o exercicio do direito e o cumprimento de obrigações, é determinado pelo domicilio, art. 40.º = qual é o do cidadão e o das corporações ou associações, art. 41.º = pôde ser voluntario e necessario, e como se definem, art. 42.º = sobre o voluntario e respectiva mudança, V. art. 43.º e 44.º = não havendo residência permanente, é considerado domicilio o

logar aonde o cidadão se achar, art. 45.º = quando se pôde estipular o domicilio particular, art. 46.º e § unico = sobre domicilio necessario, quaes as pessoas a elle sujeitas, e em que termos, V. art. 47.º e seguintes = o necessario cessa desde o momento em que cessa o facto de que depende, art. 54.º

Dominante — se diz o predio que se utiliza da servidão, art. 2267.º

Dominio — com a posse dos bens communs, está em ambos os conjuges na constancia do matrimonio, art. 1117.º V. art. 1127.º = todas as acções que se dirigem a haver o dominio estão sujeitas a registo, art. 949.º n.º 3.º = pôde ser registado, sendo requerido pelo proprietario, art. 949.º § 1.º = com a posse da herança passa para os herdeiros quer instituidos, quer legitimos, desde o momento da morte do auctor da herança, art. 2011.º

Dominio directo — nos bens emphyteuticos pôde ser hypothecado, art. 890.º n.º 3.º

Dominio e posse — a posse e dominio da herança se transmite para os herdeiros quer instituidos, quer legitimos desde o momento da morte do auctor d'ella, art. 2011.º V. *Occupação*.

Dominio util — sobre a hypotheca respectiva, V. art. 898.º e 899.º = pôde ser hypothecado o dos bens emphyteuticos, art. 890.º n.º 3.º

Donatario — no caso de evicção fica este subrogado em todos os direitos do doador, art. 1468.º § unico.

Dono da obra — quando, e no caso mesmo de empreitada, tem responsabilidade de pagamento para com os que trabalhavam e para os donos dos materiais, art. 1405.º

Dote — do pae ao filho é conferido pela morte d'aquelle, art. 2104.º = consiste n'esta indemnisação que por violação de honra e virgindade, deve o aggressor dar á offendida se com esta não casar, art. 2391.º = os seus bens em que termos podem ser vendidos, art. 1554.º = o casamento com dote como é regido, em que pôde consistir e como serão especificados os bens no contracto, art. 1134.º e seguintes = pôde estipular-se a fiança e constituir-se em dinheiro, e como convertido, art. 1139.º, 1140.º e 1141.º = sobre o constituido por paes ou por qualquer outra pessoa, e respectiva responsabilidade, V. art. 1142.º e seguintes = de quaes dos seus bens se pôde dispor e quaes d'elles são inalienaveis, art. 1148.º e 1149.º V. *Bens dotaes*, V. *Bens moveis*, = o constituido por paes e mães se entende que cada um se obrigou por metade, art. 1146.º = se os paes não declararem que dotam por suas terças, o dote é levado em conta na legitima da dotada, deduzindo-se somente da terça dos paes aquillo em que o dito dote exceder a legitima, art. 1147.º = é restituído á mulher ou a seus herdeiros, havendo separação ou dissolvido que seja o matrimonio, art. 1156.º V. art. 1157.º = a sua entrega como se fará, consistindo em usufructo, censos, fôros ou quinhões, art. 1160.º = consistindo em dividas activas, responde o marido pelas quantias recebidas e pelas não recebidas por culpa sua, quanto ás demais, pagará com os titulos respectivos, art. 1161.º = V. *Scriptura dotal*, V. art. 925.º e seguintes = reputa-se onus real e é sujeito a registo, art. 949.º § 2.º n.º 5.º = a sua fiança para casamento pôde ser prestada pela mulher, art. 820.º n.º 1.º V. *Hypothecas*, V. *Menores*, V. *Dotes*.

Dotes — para estes é obrigatorio o registo provisorio, art. 968.º V. art. 970.º, 971.º e 973.º

Duplicado — se deve apresentar do titulo para registo e sobre que excepção, art. 983.º

Dúvidas — sobre muros e paredes divisorias, V. art. 2336.º e 2337.º — sobre os contractos, V. art. 685.º



Edificação — em que termos é permitida entre as consortes de muros e paredes meias, art. 2330.º e seguintes. V. *Construcções*.

Edificações — V. *Empreitadas*.

Editor — de qualquer obra, V. art. 585.º e seguintes.

Editos — para citação do interessado, insertos no registo da mera posse, são determinados no art. 524.º — quaes as pessoas que por elles devem citar-se para assistirem ao processo de inventario, art. 2018.º V. *Citação edital*.

Educação — em que caso é comprehendida no legado de alimentos, art. 1831.º e § unico.

Efeito retroactivo — não o tem a lei, salva a excepção do art. 8.º

Egreja — enquanto ao exercicio dos direitos civis, é havida como pessoa moral, salvo na parte em que a lei ordena o contrario, art. 37.º e 38.º

Eirado — quando não pôde fazer-lo o proprietario, art. 2325.º

Emancipação — pela dos filhos termina o poder paternal, art. 170.º n.º 3.º — por que forma e com que effeitos se realisa a do menor, art. 304.º e seguintes — quaes os interdittos por incapacidade, por demencia, e por quem pôde ser requerida a interdicção, em que termos e com que effeitos, art. 314.º e seguintes — a do menor portence ao conselho de familia, faltando pae e mãe, art. 224.º n.º 2.º

Emancipado — fica o exposto ou abandonado, com a idade de dezoito annos, art. 291.º V. art. 289.º

Embarcações — V. *Occupação*.

Embargo — pôde fazer o auctor nos exemplares da obra reproduzidos fraudulentamente, art. 611.º — este embargo não prejudica a acção de perdas e damnos, nem obsta ás acções criminaes, idem, art. 612.º — o da consa depositada interrompe a respectiva restituição, art. 1448.º

Embargo á obra — pôde oppor o proprietario á obra nova, art. 2355.º

Embargos de terceiro — quando os pôde oppor a mulher casada á execução em bens pelo marido administrados, art. 1230.º

Embraguez — motiva a rescisão, e a favor de quem, do acto ou contracto durante ella, feito o protesto prescripto no art. 353.º V. § unico, idem, e art. 354.º

Embraguez completa — pôde motivar a responsabilidade criminal, mas não desobriga da reparação civil, art. 2377.º

Emenda — nos assentos do registo civil. V. *Declaração*. — se a tem ou não, o testamento cerrado escripto pelo testador, deve o tabelião declarar no respectivo auto de approvação, art. 1922.º n.º 4.º

Emendas ou entrelinhas — quando o official publico as não ressalva, sendo o acto celebrado por procurador, esse acto é nullo, art. 2411.º n.º 8.º V. § unico, idem.

Emolumentos dos funcionarios publicos — quando prescrevem, art. 539.º n.º 3.º V. § 2.º

Empate — em conselho de familia, havendo-o, decide o juiz, art. 1206.º § 2.º

Emphyteuse — é propriedade imperfeita, art. 2189.º n.º 1.º —

esta e a subemphyteuse reputam-se onns reaes e se acham sujeitas a registo, art. 1111.º § 2.º n.º 3.º V. *Pensões*.

Emprazamento — quando se extingue, art. 1678.º § 2.º V. art. 1689.º V. *Emprazamentos*.

Emprazamentos — V. art. 1653.º e seguintes, V. art. 1689.º — quando, e em que termos têm lugar estes contractos, art. 1653.º e seguintes — quaes os bens que podem ser emprazados, art. 1664.º e seguintes — quaes as pessoas que podem receber e dar de emprazamento, art. 1667.º e seguintes — os particulares anteriores á promulgação do codigo, são mantidos, e em que termos, art. 1689.º e seguintes — como se pôde fazer prova d'elles, art. 1690.º — sobre as respectivas estipulações e reduções, e fóros vencidos, V. art. 1691.º e seguintes — os fatensins ficam hereditarios puros, art. 1696.º — providencias sobre os emprazamentos de vidas ou de nomeação, art. 1697.º e seguintes — quanto a subemphyteuses ou subemprazamentos, V. art. 1711.º e seguintes — quanto ao contracto de censo reservativo, V. art. 1706.º e seguintes.

Empregados publicos — sua responsabilidade por perdas e damnos, art. 2399.º e seguintes — quando não podem comprar, art. 1562.º — quando não podem tomar de arrendamento ou de alugar quaesquer bens, art. 1595.º — qual o seu domicilio, art. 51.º V. *Funcionarios publicos*.

Empreitada — quando e como pôde rescindir-se fallecendo o empreiteiro, art. 1403.º e § unico, V. art. 1404.º

Empreitadas — quando se dá este contracto, quaes os direitos e obrigações dos empreiteiros e do dono da obra, art. 1396.º e seguintes.

Empreiteiro — seu direito enquanto não receber o preço, art. 1407.º

Emprestimo — da cousa em usufructo, pôde fazer-lo o usufructuario, art. 2207.º — o que é, os seus respectivos direitos e obrigações se transmitem aos herdeiros do que empresta e aos herdeiros do que recebe, art. 1506.º e seguintes, V. art. 1510.º e seguintes — obrigações do mutuario, ou seja em generos, ou dinheiro, art. 1523.º e seguintes — sendo em moeda metallica, como é reglada a sua restituição, art. 1531.º — feito aos filhos familias, quaes as providencias respectivas, art. 1535.º e seguintes.

Empréstimos — activos e passivos do menor, a respectiva auctorisação compete ao conselho de familia, art. 224.º n.º 16.º — para grangeios, V. *Dúvidas*.

Encargo — o da testamentaria pôde ser recusado, mas o testamentario, n'este caso, não pôde haver o legado que lhe tenha sido deixado, art. 1889.º — é gratuito o do testamentario, art. 1892.º — o da testamentaria não se transmite a herdeiros, nem pôde ser de legado, art. 1906.º

Encargos — por elles não responde o herdeiro alem das forças da herança, art. 2019.º V. § unico. V. *Tributos*.

Encravação do predio — V. art. 2309.º

Enseadas — são cousas publicas, art. 380.º n.º 2.º

Ensino — ou contracto de aprendizagem, o que é, como pôde ser rescindido, e respectivos direitos e obrigações, art. 1424.º e seguintes.

Enterrão — o funeral do testador é obrigação do testamentario, art. 1511.º n.º 1.º

Entrega — a da cousa e a do preço constituem o contracto de venda, art. 1544.º — como se effectua a de consas moveis e immoveis, art. 1569.º e 1570.º

Entrelinha — se a tem ou não o testamento cerrado escripto pelo testador, deve o tabellião declarar no auto de aprovação, art. 1922.º n.º 4.

Enxames — é lícito a qualquer occupar os que primeiro encontrar, e sob que excepções, art. 402.º

Enxoval — do pae ao filho, vem á collação, art. 2104.º V. § 2.º idem, V. art. 2105.º

Erro — o de facto, ou de direito, auctorisa a recobrar o que se houver dado, e em que termos, art. 758.º = se por elle se prestar consentimento, quando produz a nullidade do contracto, art. 656.º e seguintes. V. art. 660.º e seguintes = prodnz nullidade, art. 663.º e seguintes. V. art. 665.º

Erro de facto — por este se revoga a confissão judicial, art. 2413.º

Erro de officio — é por elle responsavel o juiz que não ouvir o curador, aindaque do seu despacho não resulte prejuizo aos menores, art. 221.º

Esbulho — quando auctorisa a repellar a força pela força, art. 2367.º V. art. 2370.º e 2374.º e seguintes = em que caso se oppõe á compensação, art. 767.º n.º 2.º V. *Possuidor*, V. *Posse*.

Escambo — caso em que se dá, art. 1545.º V. *Troca*.

Escripto particular — não prova contra a pessoa que o assignou e escreveu, estando sempre em seu poder, art. 2437.º V. *Prova*, V. *Escriptos*.

Escriptos — quando postos pelo arrendatario, se haverá este por despedido com obrigação de mostrar a casa, art. 1625.º = nas terras em que estes se não usam, o que cumpre fazer ao senhorio e ao arrendatario, no caso de cessão de arrendamento, art. 1626.º

Escriptos particulares — quando são admittidos a registo definitivo, art. 978.º n.º 6.º V. art. 1141.º

Escriptura ante-nupcial — tendo precedido ao casamento do finado, deve apresenta-la o respectivo cabeça de casal, art. 2072.º n.º 4.º

Escriptura dotal — por ella se constitue o dote da mulher, art. 925.º = póde ser registada depois do casamento, ou depois da sua dissolução salvo direito de terceiro, idem, V. art. 926.º e seguintes.

Escriptura publica — só por esta se póde constituir a sociedade particular entrando n'ella algum immovel, art. 1250.º = é precisa no contracto de censo consignativo do futuro, art. 1646.º = legitima os filhos que são reconhecidos, art. 119.º n.º 1.º V. § 1.º idem, V. art. 123.º

Escripturas — são admittidas a registo definitivo, art. 978.º n.º 4.º V. art. 980.º V. *Nota*.

Escrivães — não podem ser procuradores, art. 1354.º n.º 4.º

Escrivão — em que casos perde o officio, com responsabilidade de perdas e damnos, art. 929.º = incorre na responsabilidade por erro de officio, e pelas perdas e damnos a que der causa, não realisando nos termos que dispõe o art. 300.º o registo das tutelas, art. 303.º

Esculptura — V. *Auctores*.

Escusa — da tutela e protutela, V. art. 227.º e seguintes = sendo desatendida, como proceder, art. 231.º, V. art. 232.º e 233.º

Estabelecimento — a favor de qualquer se não póde estabelecer usufructo algum por mais de trinta annos, art. 2244.º = mas extingue-se logoque extincto seja o estabelecimento, idem.

Estabelecimento fabril — abrindo outro do mesmo genero, o

usufructuario d'aquelle não póde empregar aqui as marcas, modelos, desenhos e mais objectos d'aquelle estabelecimento, art. 2214.º

Estabelecimentos — quando não podem comprar, art. 1562.º n.º 1.º

Estabelecimentos de beneficencia — V. *Thesouros*.

Estabelecimentos publicos — são considerados como particulares quanto á prescripção dos bens e direitos susceptíveis de dominio privado, art. 516.º = têm hypotheca legal, art. 906.º n.º 1.º V. art. 946.º e 947.º

Estado — succede na falta de todos os herdeiros testamentarios ou legitimos, art. 2006.º = os seus direitos e obrigações em relação á herança são os mesmos que os de qualquer herdeiro, art. 2007.º = precisa sentença para tomar posse da herança, art. 2008.º = emquanto ao exercicio dos direitos civis, é havido como pessoa moral, salvo na parte em que a lei ordenar o contrario, art. 37.º = não goza do privilegio de restituição por inteiro, art. 38.º = considerado como pessoa moral, é capaz de propriedade particular, art. 382.º § unico = é considerado como particular relativamente á prescripção dos bens e direitos susceptíveis de dominio privado, art. 516.º

Estatuto municipal — o que o tiver invocado, allegando a sua existencia, sendo-lhe contestado, tem obrigação de provar a dita existencia, art. 2406.º

Esteiros — são cousas publicas, art. 380.º n.º 2.º

Estradas — são consas publicas, art. 380.º n.º 1.º

Estrangeiro — naturalisado, é cidadão portuguez, art. 18.º n.º 5.º V. n.º 6.º = em que termos tem logar a naturalisação, art. 49.º

Estrangeiros — viajando no residio em Portugal, têm os mesmos direitos e obrigações civis dos cidadãos portuguezes, emquanto aos actos que hão de produzir os seus efeitos no reino, e com que excepção, art. 26.º = a sua capacidade civil e o seu estado, são regulados pela lei do seu paiz, art. 27.º = quando podem ser demandados pelas justicas portuguezas, art. 28.º e 29.º V. art. 30.º = não podem ser testemunhas em testamento, art. 1966.º n.º 1.º

Evicção — quando responde por ella o credor do penhor, art. 869.º = o que é, e quaes as obrigações e direitos que d'ahi resultam, art. 1046.º e seguintes = n'este caso, os dotadores, sendo paes ou avós da dotada, são responsaveis pela importancia do dote, art. 1142.º = sómente havendo má fé, responde pela evicção qualquer outra pessoa que tenha constituido o dote, art. 1143.º = quando por ella responde o parceiro proprietario, art. 1307.º = por ella não responde o doador, e sobre que excepção, art. 1468.º V. § unico, idem = a ella é obrigado o vendedor, e a assegurar a propriedade e posse pacifica do comprador, art. 1581.º = no caso de troca, V. art. 1593.º = quando extingue a respectiva cousa legada, art. 1814.º n.º 4.º = quando por ella responde o que está obrigado a prestar a cousa legada, art. 1814.º § unico = é reciproca entre os co-herdeiros, e sobre os objectos partidos; em que termos terá logar entre estes, e quando cessa entre os mesmos, art. 2159.º e seguintes = esta acção quando prescreve, art. 2162.º

Exame — do testamento, faculta-lo aos interessados, e quando, pertence aos testamentarios, art. 1899.º n.º 4.º = como se procede ao da authenticidade dos documentos anteriores ao sceno xvi, art. 2497.º § unico.

Exames e vistorias — são um dos meios de prova, art. 2407.º n.º 2.º

Excavações — quaes as que póde fazer o proprietario em terreno proprio, e sob que limitações, art. 2321.º e seguintes.

Excepção — quanto á prescrição dos direitos immobiliarios, só pôde ter logar nos casos em que a lei expressamente o declarar, art. 530.º = não existe para o effeito de prescrição, uma vez que não seja expressa na lei, art. 517.º § unico = só por este meio e em defeza se pôde allegar a prescrição, art. 514.º = por via d'ella se pôde oppor a nulidade do contracto, art. 693.º V. art. seguintes = de que a herança não pertence por inteiro ao co-herdeiro da totalidade da herança, não a pôde oppor algm d'esses co-herdeiros, art. 2016.º = sendo feita pela lei ás regras geraes, não pôde ser applicada a nenhuns casos que não estejam especificados na mesma lei, art. 41.º

Excepções — quaes as que o devedor pôde oppor ao seu fiador que por elle pagon, art. 841.º V. § unico = quaes as que pôde oppor ao credor, o devedor substituido, art. 814.º

Exclusão — é um direito que resulta da propriedade, art. 2169.º n.º 3.º

Execução — contra o auctor da herança, e seus herdeiros, V. art. 2124.º = nos bens do prazo, como se pôde fazer, art. 1685.º = quando tem logar, e com que effeitos, na parte social do socio, art. 1274.º § unico = da sentença proferida em juizo ecclesiastico quando se deve fazer no juizo civil, art. 1088.º = sem esta em todos os bens do devedor, não pôde o fiador ser executado, salvo nos casos dos n.ºs 1.º, 2.º e 3.º do art. 830.º V. art. 831.º = das disposições testamentarias, quando pertence aos testamentarios, art. 1899.º n.º 3.º

Exemplares de obra litteraria — antes da publicação e distribuição da mesma, serão depositados dois, e em que termos, na bibliotheca publica de Lisboa, art. 604.º

Exercício — dos direitos adquiridos, prova a posse d'estes direitos, art. 2173.º

Existencia — é um direito originario e em que consiste, art. 359.º n.º 1.º e art. 360.º = quanto legitimamente se adquire, pôde o homem applicar á conservação da sua existencia, e ao melhoramento da sua condição, art. 2167.º = a noticia d'ella quanto á pessoa do ansente, extingue a curadoria, art. 78.º n.º 2.º

Expostos — providencias sobre a sua tutela, obrigação de seus tutores, direitos d'aquelles, art. 283.º e seguintes = o registo do seu nascimento, e respectivas declarações, por quem e como se fazem, art. 2461.º

Expressão — V. *Direito de expressão*.

Expropriação — por utilidade publica em cousa sujeita a usufructo, e sobre os respectivos direitos do proprietario e usufructuario, V. art. 2248.º = torna exigiveis desde a sua data todas as obrigações que oneram o predio expropriado, art. 1024.º = a dos inventos só por lei pôde ser decretada, art. 618.º

Expropriações — nas voluntarias por utilidade publica, não se admite preferencia, art. 1687.º § 3.º V. art. 1679.º

Expurgação da hypotheca — forma de a realisar, art. 938.º e 939.º V. art. 940.º e seguintes = por esta se extingue a hypotheca, art. 1023.º n.º 1.º V. art. 1027.º e 1028.º = quando a pôde fazer o doador sobre os bens doados, art. 1484.º § 1.º

Extinção — a do usufructo quando se dá, art. 2241.º V. art. 2241.º e §§. V. art. 2243.º e 2444.º = não tem logar, salvo no caso da excepção do art. 2249.º = verificada a do objecto da sociedade particular, fica esta extincta, art. 1276.º n.º 2.º

Extracto — por elle serão lavrados os registos no livro competente, e ao passo que forem requeridos, art. 155.º = o que deve con-

ter quanto á descripção predial, art. 959.º = o que deve conter quanto á inscripção predial, art. 960.º

Extremas — dos predios confinantes, direito do proprietario a poder realisa-las, e em que termos, art. 2340.º e seguintes.

F

Fabrica — V. *Estabelecimento fabril*.

Facto — a confissão d'elle não produz effeito juridico, quando a investigação ou conhecimento d'elle for prohibido por lei, art. 2412.º § 1.º = quando se declara existir no documento algm facto que realmente se não deu, o documento é falso, art. 2496.º n.º 3.º = pelo do homem pôde ser constituida a servidão, art. 2271.º V. art. 2272.º e seguintes.

Factos — ou na sua prestação se resolvem, ou na prestação de cousas, art. 710.º = quando provam a existencia da sociedade, art. 1241.º = por estes ou por emissão d'elles se offende o direito de on-trem, art. 2362.º = quaes as responsabilidades, criminaes ou civis, que produzem estes factos ou omissões de factos, art. 2263.º e seguintes.

Facultativos — quando não podem haver herança dos seus doentes, art. 1769.º V. art. 1770.º

Fallecimento — o do auctor da herança, seu nome, estado, dia, mez e anno, deve declarar o cabeça de casal, art. 2072.º

Fallecimentos — V. *Assentamentos de obitos*.

Fallencia — a do devedor dá direito ao credor a exigir pagamento antes do prazo para elle estabelecido, e em que casos, art. 741.º

Falsidade — a do documento, seja qual for, torna-o inutil, art. 2493.º = a do documento pôde consistir e em que casos, art. 2496.º n.º 1.º e seguintes

Falta — a de data do dia, mez, anno e logar annulla o acto feito pelo official publico, art. 2495.º n.º 3.º V. § unico, idem.

Falta de juizo — inhihi a pessoa de ser testemunha em testamento, art. 1966.º n.º 3.º

Fazenda nacional — adquire os bens das corporações perpetuas extinctas, e sob que limitação, art. 36.º = tem hypotheca legal, art. 906.º n.º 4.º V. art. 916.º e 917.º = constitue a 6.ª ordem de successão, art. 1969.º n.º 6.º V. *Estado*.

Fiador — em que caso se lhe extingue a fiança, art. 832.º V. *Fia-dores*. = fica exonerado quando o credor acceitar qualquer cousa em pagamento da divida, art. 850.º = entre este e o credor, e em que caso, se pôde prestar fiança, sem consentimento do devedor, art. 821.º = quando pôde o credor exigir outro, art. 825.º = quando pôde ser compellido a pagar ao credor, sem previa execução dos bens do devedor, art. 830.º n.ºs 1.º, 2.º e 3.º V. art. 831.º = seus direitos contra o devedor, art. 832.º, 833.º V. 831.º = quaes os direitos ao que pagou pelo devedor, art. 838.º e seguintes = o que pagou pelo devedor tem direito, e qual contra o devedor, art. 838.º V. art. 839.º = em que caso não tem direito contra o devedor, mas só contra o credor, art. 842.º V. art. 843.º = quando pôde exigir que o devedor pague a divida ou o desonere da fiança, art. 885.º

Fia-dores = em que caso ficam exonerados, e em que proporção, art. 831.º = aindaque solidarios, quando se lhe extingue a obrigação, art. 853.º = podem oppor ao credor as excepções marcadas no art. 854.º = quaes os direitos, e contra quem, d'aquelle que pagou pelos

confiadores, art. 845.º e seguintes — sobre a opposição dos confiadores, V. art. 846.º e 847.º — quando, e em que casos ficam exonerados, art. 763.º — sendo diferentes os do mesmo devedor, como respondem, e como devem proceder sendo um só o citado, art. 835.º e § unico e 836.º

Fiança — quando se extingue, art. 848.º — ao penhor, a póde pedir o devedor, ou o depósito da cousa em penhor, art. 862.º — póde ser estipulada na escriptura dotal, art. 1139.º — quando d'esta se póde exonerar o fiador, art. 844.º — prestam os paes aos filhos, e quando, art. 151.º — o que é, e em que condições, art. 818.º, 827.º, 828.º e 829.º — quem a póde prestar, art. 819.º, 820.º e 821.º — quando é nulla, e como se deve prestar, art. 822.º e 823.º — não é o credor obrigado a aceita-la, art. 824.º — e quando póde exigir outra, art. 825.º — como se prova, art. 826.º — seus effeitos em relação ao fiador e ao credor, art. 830.º e seguintes — seus effeitos em relação ao devedor, e ao fiador, art. 838.º e seguintes — seus effeitos com relação aos fiadores entre si, art. 845.º e seguintes.

Fideicommissario — adquire direito á successão, e quando, e aos seus herdeiros passam os seus direitos, art. 1868.º

Fideicommissio — em que caso se não reputará fideicommissio a disposição do testador, quando deixa o usufructo a um e a propriedade a outro, art. 1870.º — quaes as causas havidas como fideicommissarias, e como taes defezas, art. 1871.º V. art. 1872.º e seguintes.

Fidelidade conjugal — é uma das obrigações dos conjuges, art. 1184.º n.º 1.º

Filho — quando póde ser desherdado pelos paes, art. 1878.º e seguintes — para os effeitos legais, só é tido por filho o que nasce com vida e com figura humana, art. 110.º — sendo nascido na constancia do matrimonio não se admite no registro civil declaração em contrario, e sobre que excepção, art. 2468.º

Filho ou co-herdeiro — que estivesse vivendo com o fallecido, é cabeça de casal, na falta ou impedimento do conjuge sobrevivente, art. 2068.º n.º 2.º V. citado artigo n.º 3.º e 4.º V. art. 2069.º

Filhos — não estão sujeitos ao poder paternal os filhos menores não perfilhados; e como serão tutelados, art. 167.º — como se suspende e termina para os filhos o poder paternal, art. 168.º e seguintes — suas obrigações para com seus paes, art. 142.º, sendo desobediencia e incorrigíveis como se procede, art. 143.º § unico — os do tabellião que approvar o testamento, não podem ser testemunhas d'esse testamento, art. 1866.º n.º 6.º — havendo-os legitimos ou legitimados e perfilhados, como se procede a partilhas, art. 1785.º — a snperveniencia d'estes, torna sem effeito a constituição de herdeiro, art. 1814.º V. art. 1815.º — a snperveniencia d'estes, quando não revoga a doação, art. 1483.º — não são obrigados a conferir o que lhes foi doado pelos ascendentes, succedendo-lhes representativamente, art. 2101.º V. art. 2103.º — sobre o seu reconhecimento e legitimação, V. art. 2488.º e seguintes — os illegitimos succedem a seus paes *ab intestato*, sendo perfilhados ou legitimamente reconhecidos, art. 1889.º — quando herdam todos os bens, art. 1990.º — quando herdam sómente parte igual, art. 1991.º V. art. 1992.º e 2005.º — quanto aos filhos espuirios e providencias sobre a sua tutela e alimentos, V. art. 279.º e seguintes — providencias respectivas, no caso de separação de pessoa e bens entre seus paes, art. 1207.º n.º 3.º V. art. 1212.º e 1215.º — os legitimos e seus descendentes, succedem aos paes e mais ascendentes sem distincção do sexo nem de idade, art. 1985.º — succedem por cabeça estando no primeiro grau e todos em partes iguaes, art. 1986.º — quando

succedem em stirpes e de que fórma, art. 1988.º — havendo-os de algum dos socios familiares, como serão contemplados nas partilhas, art. 1292.º e 1293.º — legitimados e legitimos, V. *Alimentos*. — *de paes incognitos*, nascendo no reino, são cidadãos portuguezes, art. 18.º n.º 4.º — *legitimos*, o seu direito a viuidar o estado que lhes pertence, é imprescriptivel, art. 111.º — qual o tutor que lhe deve ser nomeado, art. 113.º — quaes são, art. 101.º e 102.º V. art. 103.º e seguintes — quando póde o pae impugnar a legitimidade dos filhos, art. 107.º — *legitimados*, quaes são, art. 119.º e seguintes — *illegitimados*, diferentes providencias relativas ao poder de seus paes, art. 166.º e seguintes — investigação da paternidade e maternidade, e respectivas acções, art. 130.º e seguintes — *perfilhados*, quaes os que o podem ser e em que termos, art. 122.º e seguintes — quaes os direitos que adquirem, art. 129.º — sobre a sua tutela, V. art. 275.º e seguintes — a sua tutela como se rege, art. 275.º e seguintes — não haverá tutela legitima pelo que respeita aos filhos perfilhados, art. 278.º — *espuirios*, são os que não podem ser perfilhados, art. 134.º — só têm direito a alimentos, em tudo o mais são estranhos a familia, art. 135.º — em que casos, e só para aquelle effeito, podem demandar seus paes, art. 136.º — *adulterinos* quaes são e não podem ser perfilhados, art. 122.º n.º 1.º § 1.º — *incestuosos*, quaes são e não podem ser perfilhados, art. 122.º n.º 2.º § 2.º — *menores*, diferentes providencias respectivas, art. 155.º e seguintes.

Filiação — quaes os filhos legitimos, art. 101.º e seguintes — só o pae ou seus herdeiros a podem impugnar, art. 106.º e seguintes — dada a impugnação, qual o tutor que deve ser nomeado aos filhos menores, art. 113.º V. art. 130.º e seguintes.

Filiação legitima — como se prova, art. 114.º e seguintes.

Fim — preenchido este na sociedade particular, fica esta extincta, art. 1276.º n.º 3.º

Finado — sem dispor de seus bens, dispondo de parte ou no caso de caducar, e annular seu testamento, como se defere a respectiva successão legitima, art. 1968.º, 1969.º e seguintes.

Força — quando pela força se póde repellir, art. 2354.º V. art. 2367.º V. art. 2370.º e seguintes — *maior*, ou caso fortuito que direito dá ao commodatario, art. 1516.º V. art. 1517.º

Foreiro — seus direitos, art. 1674.º — é obrigado a todos os encargos e tributos respectivamente lançados, art. 1675.º V. art. 1689.º — póde hypothecar o predio, do-lo e vende-lo, e em que termos e formas, art. 1676.º e seguintes, V. art. 1689.º

Formalidades — quaes as precisas nos testamentos publicos, art. 1911.º e seguintes.

Fôro — este, ou quinhão, ou servidão com que estiver onerada a cousa legada, passa com o respectivo encargo ao legatario, e quando é pago por conta da herança, art. 1845.º e § unico — quando, e em que termos será pago, art. 1660.º V. *Dote*, *V. Dividas*, *V. Aforamento*, *V. Fôros*.

Fôro civil — é o competente para julgar todas as questões entre auctores e emprezarios de obras dramaticas, art. 601.º

Fôros — quanto ao pagamento dos anteriores á promulgação do código, V. art. 1691.º — quanto ás prestações d'estes fôros e sua redução, ao landemio e obrigação de o pagar, V. art. 1692.º e seguintes — os vendidos ao tempo da promulgação do código, podem ser exigidos, e em que prazos, sem que obste a disposição dos art. 1684.º e 1695.º

Fossos ou vallas — ou canos de despejo, quando os não podem

abrir os proprietários em seu próprio prédio, art. 2323.º = quanto à sua construção e providências respectivas, V. art. 2338.º

Fozes — são consas publicas, art. 380.º n.º 2.º

Fraude — quando annulla o testamento, art. 1748.º = quando motiva a acção penal, art. 1749.º V. art. 1750.º = o que resulta d'ella e em que caso, art. 1042.º

Frestas — V. *Muros e paredes meias*, art. 2324.º § 1.º

Fructos — direito do legatário, a estes, e quando, art. 1840.º = como se dividem nas sociedades familiares, art. 1291.º = quando os faz seus o possuidor de boa fé, art. 495.º V. §§ idem = quando os restitue o possuidor de má fé, art. 497.º V. art. 498.º = responde por elles o usufructuario quando colhidos prematuramente, e por dolo, art. 2253.º = e com que matua compensação deixando parte dos fructos, idem = os de um prédio, em que termos, e até que ponto os póde gosar o usuario ou morador usuario, art. 2257.º = o direito de perceber todos os naturaes, industriaes ou civis, da coisa propria, é um dos direitos de fruição, art. 2287.º n.º 1.º = em prédio alheio os apanha o dono das arvores plantadas em terreno proprio, respondendo por qualquer prejuizo, art. 2318.º V. art. 2319.º e seguintes = pertencem ao donatario até ao dia em que for proposta a acção da revogação por superveniencia de filhos, art. 1485.º V. art. 1505.º = sejam naturaes, industriaes e civis, são recebidos pelo usufructuario e como são classificados, art. 2202.º e § unico = quaes os que pertencem ao proprietario, e quaes os que pertencem ao usufructuario, art. 2203.º = quaes as despesas que n'aquillo caso é o proprietario obrigado a satisfazer ao usufructuario, art. 2211.º § 1.º V. § 2.º = os fructos civis, pertencem ao usufructuario, e como, art. 2205.º = restituem-se no caso de rescisão, art. 1032.º = communicam-se os dos bens incommunicaveis, art. 1109.º § unico = *pendentes*, como se dividem os de bens dotaes, art. 1162.º = os fructos e lucros da coisa doada, serão contados, e vem á collação, e desde quando, art. 2106.º

Fruição — é consequencia do direito de propriedade, art. 2169.º n.º 1.º V. *Dirito de fruição*.

Funcionarios publicos — quando não podem comprar, art. 1362.º n.º 3.º

Fundos consolidados — como se descrevem no inventario, art. 2076.º

Fundos publicos — V. *Captaes a juro*.

Funeral — as suas despesas são pagas pela herança indivisa, haja ou não herdeiros legitimarios, art. 2116.º V. *Divida*.

Furto — de coisa empenhada e respectivos direitos, art. 860.º n.º 2.º = havendo na coisa depositada, como deve proceder o depositario, art. 1442.º = quando incorre n'esta pena o cabeça do casal, art. 2079.º e 2080.º

G

Gados — V. *Parceria pecuaria*.

Gastos — os da entrada da coisa vendida quando correm por conta do vendedor, art. 1771.º

Genro — não póde ser testemunha nas causas do sogro, art. 2511.º n.º 3.º V. § unico idem.

Geração — cada uma forma um grau, e a serie de graus constitue o que se chama linha de parentesco, art. 1973.º

Gerencia — quando é o mandatario obrigado a ella, ainda no caso de renuncia do mandato, art. 1368.º V. art. 1366.º e 1367.º

Gestão de negocios — quando se dá e aceita, seus effeitos, direitos e obrigações respectivas, art. 1723.º e seguintes.

Gestor de negocios — V. art. 1723.º e seguintes.

Goso — é um dos direitos do usufructuario, art. 2207.º

Governador civil — manda lavar e assigna o termo de registro do testamento d'aquelle que pretende deposita-lo, art. 1929.º

Gradação — V. *Dividas*.

Grãos de parentesco — que preferem nas successões, art. 1970.º e seguintes = a serie de graus constitue o que se chama linha de parentesco, e cada geração forma um grau, art. 1973.º = como se contam na linha recta, art. 1976.º = como se contam na linha transversal, art. 1977.º

Gravura — V. *Auctores*.

H

Habilitação do herdeiros — sem ella não póde proseguir a execução pelas dividas da herança, art. 2124.º

Habitação — reputa-se onus real, e é sujeito a registro, art. 949.º § 2.º n.º 2.º = é comprehendida no legado de alimentos, art. 1831.º

Herança — a distribuida em legados, sem nomeação de testamenteiro, quem executa o testamento, art. 1839.º = quando se haverá por aceitação pura e simplesmente, art. 2031.º = é n'esta mantido o herdeiro beneficiado, art. 2032.º = sobre a sua guarda e administração quando proverá o juiz, art. 2032.º § unico = sobre condição suspensiva se põe em administração e até quando, art. 1822.º § unico = em que caso se ha de conferir como se fôr *ab intestato*, art. 1798.º = quaes as despesas que paga estando indivisa, haja ou não herdeiros legitimarios, art. 2116.º = abrange os bens, direitos e obrigações do auctor d'ella, art. 1737.º = a sua aceitação ou renuncia quando póde exigir-se, art. 1838.º § 1.º e seguintes = quando repudiada a quem passará, art. 1972.º = não póde ser repudiada pelo marido sem outorga da mulher, e em que caso pesa sobre o marido qualquer responsabilidade respectiva, art. 1120.º = a do exposto ou abandonado, fallecendo sem testar e sem descendentes, pertence ao estabelecimento do beneficiencia pupillar, art. 292.º = como póde ser aceita, art. 2018.º V. art. 2020.º e seguintes = o dominio e posse da herança se transmite para os herdeiros desde o momento da morte do auctor d'ella, art. 2011.º = na mesma herança é indivisivel o direito dos diferentes herdeiros quanto a posse e dominio, enquanto a partilha se não fizer, art. 2015.º = direito de cada um dos co-herdeiros para pedir a totalidade da herança, o que for conjunctamente chamado, e sem que se lhe possa pôr excepção de que a herança lhe não pertence por inteiro, art. 2016.º = o respectivo direito da petição quando prescreve, art. 2017.º = sua abertura pela morte do auctor da herança, onde tem logar o como se procede, art. 2009.º e §§ = quando tem logar a imposição de sellos, art. 2010.º = disposições respectivas á herança, art. 2011.º e seguintes = na falta de todos os herdeiros succede o estado, art. 2066.º V. 2007.º = quando a ella são chamados os transversaes, art. 2004.º = dos descendentes legitimos, art. 1985.º e seguintes = dos filhos legitimos, art. 1989.º e seguintes = dos paes legitimos, art. 1993.º § unico = dos paes illegitimos, art. 1994.º e 1995.º = dos ascendentes do segundo e mais graus, art. 1996.º e seguintes = de irmãos e dos seus descendentes, art. 2000.º e seguintes = o seu administrador, aindaque seja o proprio herdeiro, não póde exercer acto

algum de administração sem anctorisação judicial, art. 2034.º — não pôde ser hypothecada pelas obrigações proprias de herdeiro em prejuizo dos credores, art. 897.º — com esta se confunde a obrigação do devedor e do fiador, art. 849.º — mas não se extinguirá a obrigação do abonador, havendo-o, idem — o direito a ella se perde, para aquelle que tendo testamento cerrado de testador fiando o não apresentar, art. 1937.º — pela sua massa são abonadas as despesas da testamentaria, art. 1908.º § unico — sobre condições de herança ou legado, V. art. 1848.º e 1849.º — quem a deixar a um ou mais menores pôde nomear-lhes tutor, se o não tiverem nomeado seu pae ou mãe, e em que caso, art. 197.º — esta nomeação é dependente da confirmação do conselho de família, idem — com ella e em que caso se transmite a obrigação de prestar alimentos, art. 176.º — como procede o que pretender aceita-la a beneficio de inventario, art. 2044.º § unico. V. art. 2045.º e seguintes.

Herança de pessoa viva — não pôde ser objecto de compra e venda, art. 1556.º

Herança jacente — o estado não succede na propriedade dos escriptos que ali possa haver, e todos podem publical-os, salvo o direito dos credores da herança, art. 591.º — caso em que se dá, art. 1838.º § 2.º

Herança por successão — ordem por que se defere, art. 1909.º — os que não podem adquirir por testamento tambem não podem adquirir por successão, art. 1978.º

Herdeiro — qual, e como regner acceitação da herança a beneficio de inventario, art. 2044.º e § unico. V. art. 2045.º e seguintes — pôde ser obrigado e em que termos, a declarar se aceita ou repudia a herança, art. 2041.º — o que, como tal for por senença declarada, ou como tal condemnado, é havido por herdeiro tanto em relação aos credores e legatarios, como em relação a qualquer outro, art. 2030.º — estando ausente, ou for menor, ou interdito na respectiva herança se procede a inventario e partilha, art. 2012.º — quando com outros podem concertar-se acerca da partilha, comtantoque seja feita por escriptura ou auto publico, art. 2013.º — succede em todos os direitos e obrigações do auctor da herança e sob que excepções, art. 2041.º — incumbelhe o cumprimento do testamento, no caso de impedimento ou escusa, e em que termos, art. 1893.º — sendo menor algum dos herdeiros, ou interdito, a venda será feita em hasta publica, art. 1898.º § unico — seus direitos e obrigações, art. 1791.º e seguintes — responde por todas as dividas e legados da herança e por seus proprios bens, se não aceitar a herança a beneficio de inventario, art. 1792.º — quem se diz tal, art. 1793.º — quando instituido sob condição suspensiva, a herança se põe em administração até quando, art. 1822.º e § unico. V. art. 1823.º § unico — a beneficio do inventario, entre elle na posse effectiva da herança, e entre a herança, não começa nem corre a prescrição, art. 534.º n.º 6.º

Herdeiro beneficiario — pagos os credores e legatarios, fica livre, e no gozo do que restar da herança, com direito a haver cotas do administrador da mesma, e sob que responsabilidade, art. 2060.º — quando são havidos por indevidamente nomeados os que o foram collectivamente, art. 1797.º — tem obrigação do cumprir o legado se não renunciar a herança, art. 1838.º § 1.º e seguintes — o seu nome, estado, idade e sua capacidade deve ser declarado pelo cabeça de casal, art. 2072.º n.º 2.º — quando podem intervir no processo intentado pelo cabeça de casal, art. 2082.º e § unico — quando são reciprocamente obrigados a indemnizar-se no caso de evicção dos obje-

ctos partidos, art. 2160.º V. art. 2161.º — quando pagam o fóro ou pensão a que estiver obrigada a coisa legada, art. 1845.º § unico — Em que casos lhes compete o direito de acrescer, art. 1852.º e seguintes — quaes os havidos por meros usufructuarios, art. 1873.º — os do marido quando podem impugnar a legitimidade dos filhos nascidos na constancia do matrimonio, art. 108.º e seguintes. V. art. 143.º — qual a obrigação dos herdeiros do mandatario, art. 1367.º — os do tutor, no caso de morte d'este, ausencia ou interdição, prestam as contas da tutela, art. 259.º — quaes os direitos dos que o forem do socio em sociedade particular, art. 1277.º § unico — dos auctores de obras dramaticas, seus direitos sobre a representação das respectivas obras em theatros publicos, art. 593.º — succede em todos os direitos e obrigações do auctor da herança, art. 2014.º — querendo uns e outros não aceitar a herança a beneficio de inventario, como se procede, art. 2047.º — somgando no inventario alguns bens, perdem o direito ao beneficio do mesmo inventario, art. 2053.º — quando pagam as custas, art. 2063.º — aos substituidos, e aos herdeiros *ab intestato*, como aproveita o repudio da herança feito pelo herdeiro em primeiro grau, art. 2062.º — sendo menores, ou como taes considerados, o testamentario dará conhecimento da herança ao respectivo juiz, art. 1901.º — sendo maiores, não se procede a inventario, e sob que excepção, art. 1900.º — menores ou interdictos, direitos respectivos, V. art. 2025.º e art. 2046.º — do devedor solidario, respondem collectivamente e com que excepção pela totalidade da divida, art. 757.º

Herdeiros do ausente — seus direitos, art. 64.º e seguintes.

Herdeiros legitimarios — qualquer convenção que altere a ordem d'estes herdeiros, se haverá como não escripta, art. 1403.º

Homen — só ella é susceptivel de direitos e obrigações, art. 4.º — homicidio. V. *Crime de homicidio*.

Hospede — no caso de duvidas sobre quantias de retribuição de hospedagem, paga depositando, e de que forma se resolverá a divida, art. 1423.º e § unico.

Hypotheca — o que é e quaes os seus efeitos sobre bens immobiliarios estando devidamente registada, art. 883.º — sempre que abranger predios sujeitos a onus reales, não affecta senão o valor do predio, deduzidos aquelles onus, art. 889.º § unico — quaes os bens que só podem ser hypothecados, art. 890.º — quaes os seus efeitos, art. 892.º — quaes os bens que abrange, art. 894.º — é de sua natureza indivisivel, e em que termos, art. 893.º — quem pôde hypothecar, e como, e por quem pôde ser constituída, art. 894.º e seguintes — quando se não dá nas obrigações proprias de herdeiros, art. 897.º — em dominio util, V. art. 898.º e 899.º — qual o effecto da hypotheca que vence juros, art. 899.º e seguintes — quando se pôde reforçar, art. 901.º — sobre o caso de destruição do predio hypothecado, qual o direito do credor, art. 902.º — quando por excepção e por que forma pôde o credor apropriar-se do predio hypothecado, art. 903.º — é legal ou voluntaria: aquella resulta immediatamente da lei, art. 904.º e 905.º — a quem compete a hypotheca legal, art. 906.º e 907.º — existe nos immoveis para pagamento dos legados e com que excepção, art. 1846.º e § unico — havendo-a nos bens inventariados, como se procede, art. 2121.º e seguintes — pôde fazer o foreiro, e em que termos, art. 1076.º — subsiste nos bens doados, ainda sendo nulla a doação d'esses bens por rescisão da doação, e pôde ser expurgada pelo doador com regresso contra o donatario, art. 1484.º § 1.º — a favor da viuva como é constituída, art. 931.º — a favor de quem tem alimentos, nos termos do art. 906.º n.º 5, deve ser constituída pelo titulo

d'onde resulta a obrigação de os prestar, art. 932.º e § unico = sob títulos do credito predial, como será registada, art. 933.º = a de torças é constituída pelo título legal da partilha e será registada em relação aos bens respectivos, art. 934.º = quando se julga livre d'ella o predio, art. 946.º = a dos legados é constituída por testamento, art. 935.º = os bens em que está deve recair podem ser designados no contracto ante-nupcial, art. 1130.º = para a dos bens do menor, é precisa auctorisação do conselho de familia, art. 224.º n.º 2.º = especificar, e em que termos, o valor da hypotheca que ficar onerando os bens do tutor, pertence ao conselho de familia, art. 224.º n.º 9.º = como se faz em predio commun a diversos proprietarios, art. 915.º = a favor do menor, interdito ou ansente, como é constituída e como se procederá a ella, art. 918.º e seguintes = ainda existindo sobre immoveis do devedor, são privilegiados os impostos devidos pelos ultimos tres annos, art. 887.º n.º 1.º V. *Consentimento*. = a substituição ou redução a que os bens do tutor sejam sujeitos, é auctorisada pelo conselho de familia, art. 224.º n.º 21 = paga o empenho que tiver o legado, art. 1816.º

Hypothecas — quaes as que não podem ser renunciadas, mas podem ser substituidas, art. 908.º = não podem os paes hypothecar os bens dos filhos, art. 150.º = disposições respectivas, art. 883.º e seguintes = sobre os termos e forma, como e por quem são constituídas, V. art. 916.º e seguintes = sobre a sua constituição, V. art. 906.º e seguintes. V. *Fazenda nacional*, V. *Menor*, V. *Ausente*, V. *Interdicto*, V. *Camaraes Municipaes*, V. *Estabelecimentos publicos* = estão sujeitas a registro e em que termos, art. 949.º n.º 1.º, V. art. 950.º e seguintes = como se extinguem, art. 1027.º = quando começa a sua extinção a ter effeito, art. 1028.º = caso em que podem renascer, e desde quando havendo cancelamento da respectiva hypotheca, art. 1029.º = só são cansa de preferencia sendo registadas, art. 1006.º = as anteriores que não eram sujeitas a registro, e que ainda existirem ao tempo da promulgação do codigo civil, são admittidas a registro e em que termos, art. 1000.º e seguintes = podem ser admittidas a concurso independente do registro, e em que caso e quando preferirão em concurso, art. 1019.º = como se consigne a respectiva expurgação, art. 938.º e seguintes = havendo duvida sobre o valor dos bens, como proceder, art. 937.º = as voluntarias como são constituídas, art. 936.º = como são registadas, idem = as estipuladas para pagamento de despesas em predios, arroteamentos, plantações e outras, têm registro provisorio, art. 976.º = quaes as que têm registro definitivo, art. 978.º V. art. 980.º

Hypothecas dotaes — para estas é obligatorio o registro provisorio, art. 968.º V. art. 970.º e seguintes = contrahidas no estrangeiro, sobre bens situados no reino, só produzem effeito, quando registadas na respectiva conservatoria nacional, art. 964.º = disposições gerais, art. 888.º e seguintes.

Hypothecas legaes — quando podem ser registadas em relação a todos os bens do devedor, e quaes os direitos d'este, n'aquelle caso, art. 909.º V. *Concurso*, V. *Expurgação de hypothecas*, V. *Concurso*, V. *Livros*, V. *Privilegios creditórios*, V. *Creditos*, V. *Dívidas*.

Hypothecas voluntarias — nascem do contracto, ou de disposição de ultima vontade, art. 910.º = em que bens podem ser estipuladas, art. 914.º e seguintes. V. art. 914.º e 915.º = podem ter registro provisorio, art. 967.º n.º 1.º V. art. 969.º e 970.º = sua origem e disposições respectivas, art. 910.º e seguintes = sobre a expurgação da hypotheca, V. art. 938.º e seguintes. V. *Hypotheca*.

Idade — qual a que extingue a substituição pupillar, art. 1860.º = a legal para ser testemunha em testamento, cumpre tê-la na conjunctura do acto, art. 1966.º § unico = a de noventa e cinco annos extingue a curadoria definitiva, art. 78.º n.º 3.º

Identidade — a do testador, no acto da aprovação do testamento cerrado, cumpre ao tabellião declará-la como verificada, art. 1922.º n.º 5.º

Identidades — quaes as diferentes que se devem dar para se invocar o caso julgado, art. 2503.º

Ignorancia da lei — nem esta nem o desuso da lei, exime do seu cumprimento, art. 9.º

Igualdade — existe perante a lei, e sob que excepções, art. 7.º

Ilhas — quaes as que pertencem ao estado, art. 2294.º

Immoveis — quaes são as cousas immoveis do art. 373.º e seguintes. V. *Bens ou cousas immobiliares*, V. *Immoveis*, V. *Cousas ou bens immoveis*, V. *Movel*. = como se partirão na sociedade familiar, art. 129.º

Immoveis, cousas ou bens immoveis — esta expressão na lei significará só os que o são por natureza, ou mediante a acção do homem, art. 377.º

Impossibilidade — a physica nos contractos, annulla-os, e como se entende esta impossibilidade, art. 669.º e 670.º

Impossivel — V. *Objecto possivel*.

Impostos — as dívidas á fazenda nacional têm privilegio mobiliario em todas as classes, art. 885.º

Impotencia — a do marido, anterior ao matrimonio, não pôde ser allegada para impugnar a legitimidade do filho, mas pôde se-lo a posterior, contantoque a allegação não tome por fundamento a velhice, art. 105.º

Imprensa — V. *Publicações litterarias*.

Impressão — V. *Publicação*.

Incapacidade — a de um dos estipulantes no contracto de deposito, não exime o que acceiton o deposito, das obrigações a que os depositarios estão sujeitos, art. 1433.º n.º 1.º V. n.º 2.º e 3.º, idem — a dos paes judicialmente reconhecida, suspende o poder paternal, art. 168.º = a do herdeiro, termina n'este, os filhos d'este lhe succedem como se tal incapacidade não tivesse existido, art. 1979.º = por demencia e seus effeitos, art. 314.º e seguintes = *dos surdos mudos*, e providencias respectivas, art. 337.º e seguintes = *dos prodigos*, providencias respectivas, art. 340.º e seguintes = *accidental por delirio, embriaguez, ou outra cousa semelhante*, providencias respectivas, art. 353.º e seguintes = sobre a *incapacidade*, por effeito de sentença penal condemnatoria. V. art. 353.º e seguintes.

Incapacidade do homem — o modo de ser supprida é determinado pela lei, art. 5.º

Incapacidade pessoal — se ella motivar nullidade de obrigação, a fiança que a esta se tiver prestado por mulher, é valida, art. 822.º

Incapacidade por menoridade — providencias respectivas, e seu supprimento, art. 97.º e seguintes. V. *Interdicção*.

Incapazes — podem adquirir prescrição negativa, art. 507.º = os que o são para adquirir por testamento, tambem o são para adquirir por successão, art. 1978.º

Incerteza de credor—anterior a pagamento por meio de depósito, e em que termos, art. 759.º e seguintes.

Incommunicabilidade—a de bens quando se dá, art. 1409.º e seus números.

Incompetencia—a do official publico, quando torna nulos os documentos extra-officiaes, art. 2495.º n.º 1.º V. § unico, idem.

Indemnisação—qual a do fadór contra o devedor, art. 838.º — no caso da evicção, V. art. 1046.º e seguintes — quando compete ao proprietário contra o gestor, art. 1727.º V. art. 1728.º e seguintes — por perdas e damnos no caso de homicidio commettido involuntariamente, em que consiste, art. 2384.º V. art. 2385.º e seguintes, V. art. 2386.º e seguintes — quanto á indemnisação d'estes direitos, V. art. 2356.º V. art. 2367.º e seguintes — tem obrigação de presta-la, o que viola ou offende direitos de outrem, art. 2361.º — é um dos direitos que resulta da propriedade, art. 2169.º n.º 4.º

Indemnisações—e quaes se comprehendem nas hypothecas, art. 891.º n.º 3.º V. n.º 4.º

Indivisão—em esta nenhum comproprietario é obrigado a permanecer, e sob que excepções, art. 2180.º

Industria—sendo o unico capital de entrada dos socios, não havendo accordo entre os mesmos, qual a parte que lhes compete, art. 1263.º e 1264.º — n de cada um dos socios faz parte da sociedade familiar, art. 1284.º V. *Trabalho. V. Contrato de aprendizagem.*

Industrias illicitas—não são susceptíveis de authenticação o privilegio, art. 615.º

Inexecução das obrigações—quando motivam a rescisão, art. 1425.º n.º 1.º

Ingratidão—do donatario, motiva a revogação da doação, art. 1482.º n.º 2.º V. art. 1488.º e 1489.º — quando não annulla a doação, art. 1469.º

Inhabéis—não podem adquirir por doação, e quaes n'este caso se consideram inhabéis, art. 1481.º e § unico.

Injuria verbal—a sua reparação, quando prescreve, art. 539.º n.º 6.º

Inofficiosidade—motiva a revogação da doação, art. 1482.º n.º 3.º — por este meio se pôde revogar a doação entre conjuges, art. 1482.º

Inscripção—a do registro do título translativo de propriedade, que effeitos produz, art. 953.º

Inscripções—V. *Libros.*

Insinuação—não é precisa nas doações sendo registadas, art. 1472.º

Insolvencia—caso em que se dá na pessoa do devedor, art. 1036.º V. art. 1043.º — o risco d'esta, da direito ao fiador para demandar o devedor a fim de pagar a dívida, art. 843.º n.º 2.º — por esta, ou pela mudança do estado, acaba o mandato, art. 1363.º n.º 4.º

Instituição de herdeiros—a favor de quem se pôde fazer, art. 1791.º — providencias respectivas, art. 1792.º e seguintes — quando caduca de direito, art. 1814.º — quando é limitada a terça dos bens, art. 1814.º § 1.º V. art. 1815.º

Instituições—V. *Código civil portuguez.*

Instrumentos—os que se extraviarem, podem ser judicialmente reformatos, art. 2429.º

Intenção—a do testador, quando não prejudica ao legatario, mostrando-se ella claramente, art. 1837.º

Interdição—por esta, do constituinte ou do mandatario, acaba

o mandato, art. 1363.º n.º 3.º — são interdictos do exercicio de seus direitos, os mentecaptos, e os que pelo estado normal de suas faculdades mentaes, se mostrarem incapazes de governar suas pessoas e bens; e a menores se pôde applicar esta interdição, nma vez que seja requerida dentro do anno proximo a sua menoridade, art. 314.º § unico — por quem pôde ser requerida, e em que termos, idem, art. 315.º e seguintes. V. § unico do art. 315.º — se dá por diferentes motivos, e quaes, art. 314.º e seguintes, art. 337.º e seguintes, art. 340.º e seguintes. V. *Incapacidade. V. Acção.*

Interdicto—sendo herdeiro, se procede judicialmente a inventario e partilhas, art. 2012.º — sendo herdeiros, haverá sempre inventario, e no prazo de sessenta dias será concluido, art. 2064.º — tem hypotheca legal nos bens dos seus tutores, curadores ou administradores, art. 966.º n.º 2.º V. art. 918.º e seguintes — os seus rendimentos e os seus bens, se necessario for, são com preferencia applicados ao melhoramento do seu estado, art. 332.º — não pôde ser privado da sua liberdade pessoal, nem clausurado, nem transportado para qualquer outra parte, sem authorisação com audiencia do ministerio publico e do conselho de familia, e com que excepção, art. 333.º a unico — cessando a causa da interdição, será esta levantada, art. 336.º — a sentença penal condemnatoria que passar em julgado, torna interdicto dos direitos civis o criminoso contra quem for proferida, e a quem se dará curador, e como será deferida a curatela, art. 355.º a 356.º — effeitos d'esta curatela, sua duração, idem, art. 357.º e 358.º — é equiparado ao menor e as regras por que este se julga, lhe são applicadas e sob que excepções, art. 321.º e 322.º — se a tutela recair no marido ou na mulher, não se procede a inventario sendo o casamento por communhão de bens, nem mesmo no caso de separação, achando-se os bens do interdicto descritos em documento authentico, art. 334.º V. art. 326.º — se a tutela recair na mulher, V. art. 327.º e seguintes — o que for seu successor, não pôde ser a guarda da pessoa do interdicto, art. 320.º n.º 6.º — é equiparado ao menor, e sob que excepções, art. 321.º

Interdictos—da respectiva herança ou legado, dará o testamenteiro commercialmente ao juiz competente, art. 1901.º — por quem pôde ser aceite a herança que lhe for deixada, e em que termos, art. 2025.º V. *Bens. V. Menores.*

Interesse—havendo-o no acto, por parte do official que praticar esse acto, é este nullo, art. 2495.º n.º 2.º V. § unico, idem — na separação dos conjuges, é motivo para a substituição dos membros do conselho de familia, art. 1266.º § 3.º n.º 2.º

Interesses—em que casos se devem ceder, a quem pretende evitar prejuizos, art. 14.º e 15.º

Interpellação—o que é, e como se pôde fazer, art. 711.º §§ 1.º e 2.º — das contractos, V. art. 684.º e seguintes, V. art. 84.º e seguintes.

Intimação—V. *Interpellação.*

Invenção—direitos dos inventores, V. art. 613.º e seguintes.

Inventario—é obrigado a fazê-lo o usuario ou morador usuario da mesma forma que o usufructuario, art. 2256.º — quaes as declarações que deve fazer o cabeça de casal, art. 2072.º — se deve fazer, e como, de todos os bens em usufructo, art. 2221.º n.º 1.º — entre maiores, como se fará a separação para pagamento de dividas, art. 2152.º — dos bens dos menores, dividas, pagamentos e disposições respectivas, V. art. 2115.º e seguintes — sempre o haverá sendo herdeiro, menor, interdicto, ausente ou desconhecido, e no prazo de

sessenta dias, e sob que excepção será concluído, art. 2064.º — entre maiores só tem lugar a requisição de alguns dos co-herdeiros, art. 2065.º V. art. 2066.º — quando se não procede a inventário, art. 324.º — os que o não promoverem nos termos da lei podem ser removidos da tutela, art. 235.º — quando se não procede a elle no caso de tutela entre marido e mulher, art. 324.º — em que tempo deve ser requerido pelo conjuge sobrevivente havendo menores, e sob que pena, art. 156.º — o seu andamento é promovido pelo curador dos orphãos, sob que penas, idem, art. 158.º — compete promover-lo ao herdeiro maior em cujo poder estiver a herança, art. 2044.º — acceitação da herança a beneficio do inventário e de diferentes disposições respectivas, art. 2045.º e seguintes, V. art. 2048.º e seguintes — se deve fazer e como, dos bens dos esposos que casarem com a simples communhão dos adquiridos, art. 1431.º e § unico — dos bens do ausente, V. art. 69.º e 70.º — dos bens do ausente na curadoria definitiva, V. 69.º e 70.º — sempre o haverá, sendo herdeiro menor, interdito, ausente ou desconhecido, e no prazo de sessenta dias, e sob que excepção, será concluído, art. 2064.º §§ 1.º e 2.º — entre maiores só tem lugar o inventário a requisição de alguns dos herdeiros, art. 2065.º — quando n'este inventário lbo é applicavel a disposição dos art. 2044.º, 2048.º, 2049.º, 2050.º e 2051.º d'este código, V. art. 2066.º — quando e em que prazo deve requerer-se pelo curador dos bens do finado que deixou menores, art. 190.º

Invento — a sua respectiva carta, e em que caso, quando aproveita ao comprador do invento, art. 2215.º V. 2218.º

Inventor — seus direitos e publicações dos inventos, nullidade e perda de seus privilegios e acções respectivas, art. 613.º e seguintes.

Irmão — não tendo descendentes nem ascendentes, e de seus bens não dispor, quem lhe succede, art. 2000.º e seguintes.

Irmãos — em concorrência dos germanos, com nêrinos e consanguineos, como se procede na successão da respectiva herança, art. 2001.º — o mesmo se observará em concurso de descendentes, de irmãos germanos, com descendentes de irmãos uterinos ou consanguineos, idem, § unico — na falta d'estes irmãos descendentes d'estes, herdão os irmãos perfilhados ou reconhecidos, art. 2002.º V. art. 1988.º e 1990.º — quando podem ser cabeça de casal, art. 2069.º V. art. 2068.º — constituem a terceira ordem da successão, com seus descendentes, art. 1960.º n.º 3.º

Irmãos germanos — seus direitos de propriedade provenientes de segundo casamento de pae ou mãe, art. 1236.º V. *Alimentos*.

J

Janelas — quando as não pôde fazer o proprietario, art. 2325.º e seguintes, V. *Muros*, V. *Paredes m.*

Jogo de azar — o que é, art. 1555.º § 1.º, V. § 2.º, idem.

Jogo ou aposta — quando se da este contracto, art. 1539.º — não é permitido como meio de adquirir, art. 1541.º V. art. 1542.º e 1543.º

Joias — ao conselho de familia pertence designar a applicação que deve ter o dinheiro, joias e outros objectos preciosos do menor, art. 242.º n.º 11.º — como serão avaliadas, art. 2092.º

Jornaes de operarios — V. *Dividas*.

Juiz — nos conselhos de familia, não vota só preside, art. 215.º — é solidariamente responsavel pelas perdas e danos que resultarem

ao menor de providencias illegalmente requeridas, art. 222.º — o que não ouvir o curador dos orphãos quanto ao direito e interesse do menor, é responsavel por erro de officio, aindaque d'esse despacho não resulte prejuizo aos menores, art. 223.º — quando nomeia os louvados no inventário entre maiores, art. 2039.º § unico, V. art. 2091.º — exerce todas as attribuições do conselho de familia na tutela dos filhos espurios, art. 283.º — o que não cumprir o que sobre registo de tutelas dispõe o art. 300.º, em que responsabilidades incorre, art. 303.º

Juizes — quando não podem ser procuradores, art. 1354.º n.º 3.º — suas responsabilidades em sens julgamentos e respectivas excepções, art. 2401.º V. art. seguintes — não podem tomar de arrendamento on de arrendar quaesquer bens postos em arrendamento pelo tribunal, art. 1355.º

Juizo — não podem testar os que não estiverem em seu perfeito juizo, art. 1764.º n.º 1.º V. *Perfeito juizo*.

Julgamento — V. *Questões*.

Juramento — como meio de prova, não pôde ser prestado pelo procurador, art. 2520.º — não pôde recair sobre factos que não toquem a parte a quem é prestado, idem — é decisorio ou suppletorio, e qual é um e outro, art. 2521.º e 2522.º — o decisorio em que casos se não pôde tomar e quando tem lugar, art. 2523.º — é deferido este juramento em qualquer estado da causa, art. 2524.º — o que o não prestar é inhibido de dar qualquer outra prova, art. 2525.º — quando não pôde ser referido o se não admite a falsidade d'elle, art. 2526.º e 2527.º — quando pôde a parte retratar-se a presta-lo, art. 2528.º — contra quem se faz prova, art. 2529.º — e com que excepções, V. art. 2531.º e 2532.º — o de um credor solidario, só faz prova a favor do devedor no que toca a parte d'este credor, art. 2530.º — deve prestar o cabeça de casal para dar á descripção todos os bens da herança, art. 2073.º — é um dos meios de prova, art. 2407.º n.º 6.º — pelo do depositante, e em que caso, é o depositario obrigado a entregar os objectos depositados, art. 1439.º V. art. 1440.º e seguintes — quando e de que forma pôde ser requerido, e por quem, contra o que oppozer prescripções, art. 542.º — o deferido officiosamente pelo julgador, a uma das partes, não pôde ser por ella referido a outra, art. 2534.º

Juramento suppletorio — quando é sómente admitido, art. 2533.º

Jurisdicção — a do juiz ecclesiastico é a competente para a annullação do casamento catholico, art. 1086.º V. art. 1087.º e seguintes.

Juros — e quaesquer prestações vencidas pagas em certos tempos, quando prescrevem, art. 543.º § 1.º V. art. 544.º — é obrigado a pagalos o mutuario desde que se acha constituído em mora, art. 1533.º — nas obrigações com juros ou rendas, o tempo da prescripção corre desde o dia do ultimo pagamento, art. 545.º — quando por elles responde o mandatario, art. 1340.º — tem o devedor obrigação de os pagar ao fador das quantias por estes pagas, art. 838.º — quaes os que se podem exigir dos bens dotaes, art. 1159.º — vence o alcance do tutor, a favor do menor, art. 253.º V. § unico de art. 257.º — o pagamento por conta da divida não se entende feito, emquanto houver juros vencidos, art. 730.º — em que casos pertencem ao usufructuario, art. 2222.º V. *Captaes a juro*. — sobre a hypotheca que vence juros, V. art. 900.º e § unico — quem responde por elles o socio na sociedade particular, art. 1253.º e 1254.º V. *Retribuição*, V. *Captaes*, V. *Pensões*.

Justa causa — quando se dá e motiva, e com que effeitos, a despedida do servical, art. 1377.º e 1378.º — sem ella não pôde o amo

despedir o servçal contratado por tempo certo, antes que o tempo expire, art. 1380.º = quando se dá esta justa causa, art. 1381.º



Lagos e lagoas — quanto ás respectivas accessões naturaes. V. art. 2297.º = são consas publicas, art. 380.º n.º 3.º = lagos naturaes de agua doce. V. art. 381.º § 7.º

Lapso de vinte annos — por esta fórma se extingue a curadoria definitiva, art. 78.º n.º 4.º

Laudemio — é conservado conforme a estipulação, e não se determinando, é de quarentena, art. 1593.º = é pago pelo acquirente, idem § unico = na venda do predio subemphyteutico. V. art. 1703.º

Legado — não o pôde exigir o testamentario tendo recusado o encargo da testamentaria, art. 1852.º = o puro e simples confere, e desde quando, ao legatario direito transmissivel, art. 1826.º V. art. 1827.º e seguintes = sendo alternativo a quem compete a escolha, art. 1829.º V. art. 1830.º = o de alimentos abrange sustento, vestuario, habitação e educação, sendo menor o legatario, art. 1831.º = não se pôde aceitar parte d'elle e repudiar outra, nem rejeitar o onerado e aceitar o que não for, art. 1813.º = quando se não comparecem n'elle as dividas activas, art. 1832.º = o do usufructo sem determinação de tempo para quando se entende feito, art. 1833.º = sua entrega, logar e tempo d'ella, art. 1843.º = sobre as acquisições de cousa legada, V. art. 1844.º = o do usufructo sem determinação do tempo abrange a vida do legatario, art. 1833.º = pertencendo a corporação perpetua comprehende sómente trinta annos, art. 1834.º = de cousa de algum dos co-herdeiros, quando obriga á indemnização por estes, art. 1847.º = sobre condição á herança ou ao legatario quaes os direitos e obrigações dos herdeiros, legatarios e interessados, art. 1848.º = caducando o encargo, se tiver, lucrará o legatario o proveito que d'ahi lhe resultar, art. 1849.º § unico = em que caso é limitado e como o seu pagamento, art. 1817.º = o de cousa devida por declaração do testador é valido, aindaque tal divida não exista, art. 1818.º V. art. 1819.º e § unico = o que se fizer a um credor sem referencia á divida do testador, é considerado como compensação da mesma divida, art. 1820.º = o deixado ao menor para quando chegar á maioridade não pôde ser exigido antes d'esse tempo, art. 1835.º = o que é feito para obras pias sem outra declaração, se entende feito para obras de beneficencia e caridade, art. 1836.º = não se annula mostrada que seja a intenção do testador, art. 1837.º = quando recuz o encargo sobre outro legado, é demandado ao legatario d'este, art. 1838.º § 3.º = o de prestação periodica desde quando se de-e, art. 1841.º e § unico = quando não caduca e pôde contudo ser reduzido como inofficioso, art. 1814.º § 2.º = se a cousa legada estiver empenhada é desempenhada por conta da herança, art. 1816.º = quando fica sem effeito, art. 1811.º = perecendo uma das cousas alternativamente legadas, o legado subsiste na restante, art. 1812.º = o de cousa aliena é nullo, art. 1801.º = em que caso deve satisfazer este legado, idem, V. art. 1832.º e seguintes. V. *Pensão*.

Legado de alimentos — é pago por inteiro pelo usufructuario universal da herança, art. 2231.º V. art. 2232.º e seguintes. V. *Legados*.

Legados — sobre condições de herança ou legado, V. art. 1848.º e 1849.º = sob direitos e obrigações do legatario, V. art. 1830.º e seguintes = quando podem ser pagos durante a formação do inventario,

art. 2056.º V. § 1.º idem. V. art. 2058.º e seguintes = pôde have-los quem repudia á herança, art. 2035.º = a sua hypotheca é constituida por testamento, art. 935.º = e será registada em relação aos bens respectivos, idem = têm hypotheca sobre os immoveis, art. 1846.º V. § unico, idem = quando toda a herança se distribue em legados e não ha testamentarios nomeado como se procede a esta nomeação, art. 1839.º V. *Legatario*.

Legatario — lucrará e receberá o proveito do encargo do legado quando este caducar, art. 1854.º § unico = seu direito a reivindicar a cousa legada, art. 1857.º = quem se diz tal, art. 1736.º = seu direito aos fructos e rendimentos da cousa legada, art. 1840.º = seu direito e obrigação quanto ao foro da cousa legada, art. 1845.º e § unico = quando pôde repetir o que houver pago, art. 1851.º = quando pôde optar, art. 1854.º = não pôde aceitar e repudiar parte do legado, nem aceitar um legado livre e repudiar outro onerado, art. 1813.º = seu direito, e contra quem, para haver a cousa legada, art. 1838.º e §§ = responde pelos encargos do legado até onde chegarem as forças d'este, art. 1793.º V. art. 1794.º seguintes.

Legatarios — durante a formação do inventario, podem demandar os herdeiros e sob que canção e responsabilidade, art. 2056.º e §§ 1.º e 2.º idem. V. art. 2058.º e seguintes = sendo menores, ou como taes considerados, o testamentario dará conhecimento da herança ou legado ao respectivo juiz, art. 1901.º = têm direito com hypotheca legal nos bens respectivos, art. 904.º n.º 8.º = são chamados por edictos para assistirem ao respectivo processo de inventario, art. 2048.º = seus direitos e obrigações, art. 1791.º e seguintes. V. *Pensão*.

Legislação — foi revogada toda a anterior que comprehendendo materias previstas, e que abrange o *Código civil portuguez*, C. L. do 1.º de julho de 1867, art. 5.º

Legitima — o que é, em variadas os diferentes especies, e em que consiste, art. 1784.º e seguintes.

Legitimação — a dos illegitimos, e quando, torna seu effeito a instituição do herdeiro, art. 1814.º V. art. 1815.º = a dos filhos ou por escriptura, ou por testamento, ou por qualquer outro acto solemne, será notada á margem dos respectivos assentos de nascimento precedendo despacho do juiz que assim o determine, art. 2469.º e § 2.º idem = quaes são os filhos legitimados, art. 149.º e seguintes = aproveita tanto aos filhos como aos seus dependentes, art. 120.º V. *Acção*. V. *Paternidade illegitima*.

Legitimação de filhos — V. art. 2445.º n.º 4.º e art. 2488.º e seguintes.

Legitimados — por subsequente matrimonio, têm na successão iguaes direitos aos filhos legitimados, art. 1988.º = quaes são os filhos legitimados, art. 149.º e seguintes = por subsequente matrimonio, são equiparados em tudo aos filhos legitimados, art. 121.º

Legitimidade — dos filhos, art. 101.º e seguintes = do o pai, ou seus herdeiros, a podem impugnar, art. 106.º

Lei — é igual para todos, e sob que limitação, art. 7.º = não tem effeito retroactivo, e sob que excepção, art. 8.º V. art. 9.º e seguintes = por ella se constitue a servidão, art. 2271.º V. 2272.º e seguintes = por disposição d'esta, se pôde constituir o usufructo, art. 2198.º = o que a tiver invocado, e allegado, sendo estrangeira, deve provar a sua existencia, sendo-lhe contestada, art. 2406.º = os actos praticados contra a sua disposição, envolvem nullidade, salvo quando ordenar o contrario, art. 10.º = quando se pôde sanar esta nullidade, idem, § unico = a excepção da lei deve ser especificada na lei,

art. 11.º = quando reconhece um direito, legitima os meios indispensáveis para o exercício d'este, art. 12.º = quem exerce o seu direito em conformidade com a lei não responde pelos prejuizos que d'ahi possam resultar, art. 13.º V. art. 14.º e seguintes = quando nem pelo texto d'ella, nem pelo espirito, ou casos analogos em outras leis prevenidas se não poderem resolver as questões sobre direitos e obrigações, serão decididas pelos principios do direito natural, conforme as circumstancias do caso, art. 16.º = as obrigações que ella impõe não podem ser objecto de contracto, art. 671.º n.º 4.º

Lei canonica — conforme os seus preceitos, é que tem lugar o casamento catholico, art. 1.º = mas esta lei se limita somente a definir e regular as condições e os efeitos espirituais do casamento, sendo as condições e os efeitos temporales d'elle definidos e regulados pela lei civil, art. 1070.º

Leis — é lícito a todos publicar as leis e regulamentos, e quaesquer outros actos publicos, officiaes, e em que terminos, art. 571.º V. art. 580.º, V. art. 603.º e 604.º = todas sobre arrendamentos especiaes foram revogadas, art. 1631.º

Leis commerciaes — quando por ellas se regula o contracto de barcagem, de alquilaria ou de recovagem, art. 1411.º

Leis e regulamentos — quando os documentos officiaes se não fazem em conformidade com as disposições das leis e regulamentos que determinem o modo como aquellos devem ser exarados e expedidos, annullam esses documentos, art. 2494.º

Leis testamentarias — em que caso ficam sujeitas a estas regras ás doações, art. 1457.º § unico. V. *Legislação*.

Leito — quando forma parte do predio, art. 381.º § 3.º V. § 5.º e seguintes = on alveo da corrente, o que é, e disposições respectivas, art. 381.º § 3.º e seguintes.

Leitos — de rios, e esteiros, são cousas publicas, art. 380.º n.º 2.º

Lenhas — V. *Pastos*.

Ler — o que não sabe ou não pôde ler, é inhabil para fazer testamento cerrado, art. 1.º =

Lesão — quando sobre seu fundamento se pôde rescindir o contracto de compra e venda, art. 1582.º = quando possa dar-se contra o proprietario deve o respectivo usufructuario dar noticia d'ella ao proprietario, e sob que responsabilidade, art. 2240.º

Liberdade — é um direito originario, e em que consiste, art. 359.º n.º 2.º e art. 361.º = não se pôde coarctar ao interdito, e com que excepção, art. 353.º § unico.

Liberdade pessoal — quanto á indemnisação motivada por factos que lhe sejam offensivos, V. art. 2388.º

Licenças — para casamento. V. art. 1061.º e 1062.º V. *Concessões*.

Licitação — quando tem lugar e como se procede a ella, e sob que disposições, art. 2127.º e seguintes = nos inventarios de menores ou semelhantes, como serão estes admittidos a leitar, art. 2130.º = legalmente feita não pôde retractar-se, art. 2131.º e seguintes.

Linha de parentesco — é constituída pela serie dos graus e cada um d'estes é formado por . . . geração, art. 1973.º = quando se diz recta ou transversal, art. 1.º 71.º e 1975.º = como se contam os graus n'esta e n'aquella linha, art. 1976.º e 1977.º

Linha recta — o que é, art. 1974.º = em esta sendo dependente e nunca na ascendente se dá o direito de representação, art. 1981.º

Linha transversal — em que caso existe o direito de representação e a favor de quem, art. 1982.º V. art. 1983.º e 1984.º

Liquido — quando se pôde exigir pelo credor, enquanto se não liquidar o illiquido, art. 722.º

Litigio — para constituir direito, é preciso que seja contestado na sua substancia em juizo contencioso, por algum interessado, art. 788.º

Livros — os do registo civil depois de encerrados serão remettidos com seu duplicado á camara municipal respectiva, aonde serão archivados, art. 2453.º

Livros para registo — quantos devem haver em cada uma das conservatorias e quaes, art. 957.º = a que são destinados cada um d'estes livros, idem n.º 1.º e seguintes = a que são destinados cada um d'esses livros e como se procederá ao respectivo trabalho, idem § 1.º e seguintes. V. *Registos*.

Locação — quando é prohibida aos magistrados e mais empregados publicos, art. 1599.º = sobre arrendamento de bens dotaes, V. art. 1601.º = sobre o dos bens dos menores, V. art. 1602.º

Locador — V. *Parceria agricola*.

Lotes — como serão formados, art. 2142.º

Louvados — por quem são nomeados no inventario entre maiores, art. 2089.º § unico, idem = por quem nomeados no inventario entre menores, art. 2090.º = por quem nomeados no inventario entre maiores e menores, art. 2091.º V. § unico, idem.

Lucros — restituem-se no caso de rescisão, art. 1032.º = lucros e fructos da coisa doada, vem á collação e desde quando, art. 2105.º = quando com elles responde o socio para com a sociedade particular, art. 1254.º e 1255.º

Lucros e perdas — quando são proporcionados á entrada dos socios, art. 1262.º

M

Mãe — abusando do poder materno pôde ser inhibida, e em que termos, de reger a pessoa e bens de seus filhos, art. 161.º = perde com o usufructo dos bens dos menores, a administração d'estes bens, se passar a segundas nupcias, conserva porém o poder materno ao que disser respeito ás pessoas de seus filhos, art. 162.º = quando é obrigada a dar caução pela administração dos bens dos filhos, art. 162.º § unico = tornando a enviuvar recobrará o usufructo e administração dos bens dos filhos, art. 164.º

Mãe binuba — a sua confirmação, dos bens do filho menor e interdito, pertence ao conselho de familia, art. 224.º n.º 1.º

Mães — participam do poder paternal, e em que termos, art. 138.º e 139.º

Mã fé — não pôde ser opposta contra as prescripções mencionadas nos artigos 538.º e 544.º = quem com ella receber coisa indevida, deve restituí-la com perdas e damnos, art. 758.º § 1.º = este preceito se estende a qualquer outra pessoa que de má fé tenha em si a coisa, idem = ainda sem ella pôde ser rescindido o contracto de que tratam os artigos 1033.º, 1034.º e 1035.º V. art. 1636.º = havendo-a sobre objectos confundidos como se procede, art. 2304.º e seguintes. V. art. 2303.º = no caso de accessão immobiliaria, V. art. 2307.º = quando se diz existir na renuncia, art. 1278.º § 2.º = a do alheador que consequências acarreta, art. 1048.º = havendo-a na venda de coisa alheia, o contracto é nullo, com a respectiva responsabilidade de perdas e damnos, art. 1555.º V. § unico idem = sempre se presume no esbulhador violento, art. 493.º § 5.º = obriga o possuidor á restituição dos fructos, art. 497.º V. art. 498.º = a má fé e dolo, no exercício é cargo

do testamenteiro, tornam este responsável por perdas e danos, art. 1909.º

Magistrados do ministério publico — quando não podem ser procuradores, art. 1354.º n.º 5.º V. *Cavendores gerais dos orphãos*.

Maior — debaixo da tutela, e em que penas incorre casando sem a respectiva licença, art. 1060.º V. art. 1071.º

Maiores — os que são inibidos de reger sua pessoa e bens não podem casar sem licença, art. 1053.º V. art. 1071.º = qual o seu domicílio, art. 48.º V. art. 30.º

Maioridade — a sua epocha é assignada, sem distincção de sexo, aos vinte e um annos completos, e por ella se dispõe livremente de pessoas e bens, art. 341.º = para a respectiva execução, e com a certidão de idade, se requer a entrega dos bens, e deixa no registo do tutelas, art. 312.º = a entrega porém deixa de realizar-se com a sentença de interdição ou da existência do processo respectivo, art. 313.º = pela dos filhos termina o poder paterno, art. 170.º n.º 3.º

Malas postas — como se procederá ahí na occupação e entrega das cousas moveis abandonadas, art. 412.º

Mandado — no que se passar para a convocação do conselho de familia, se deve declarar o objecto principal que váe submeter-se á deliberação do conselho de familia, art. 241.º

Mandante — em que caso tem acção contra a mulher casada mandatária, e contra o mandatario, e contra o menor não emancipado, art. 1334.º V. *Mandato judicial*.

Mandatario — suas obrigações quanto ao constituinte, e seus direitos e obrigações, art. 1343.º = quando responde pelo substituinte, art. 1342.º e 1343.º V. *Mandato judicial*. = quando e com que excepções os actos d'este, depois de acabar o mandato, não obrigam o constituinte, nem para com o mandatario nem para com o terceiro, art. 1369.º = quando é responsável para o constituinte, idem, § unico = morto este, qual a obrigação de seus herdeiros, art. 1367.º = suas obrigações e responsabilidades, art. 1335.º e seguintes = pode aceitar procuração em actos que a lei lhe não vede, art. 1333.º

Mandatarios — quando não podem comprar, art. 1562.º n.º 1.º

Mandato — quando a gestão se considera como mandato em todos os seus effeitos, art. 1726.º = qual o seu objecto e pessoas que o podem conferir e aceitar procuração, art. 1332.º e seguintes. V. *Mandatario*. V. *Mandato judicial*. = o que é, como se pôde realizar, art. 1318.º = por que forma se constitue, como se prova, e como se torna valido, art. 1319.º e seguintes = quando se presume gratuito, art. 1331.º

Mandato judicial — quaes as pessoas que o não podem exercitar, art. 1351.º = como pôde ser conferido, e em que termos, art. 1353.º e seguintes = quando acaba e quando se pôde revogar, art. 1363.º, 1364.º e 1365.º = acabando pela morte do constituinte, deve o mandatario continuar na gerencia, em que termos, e até quando, art. 1366.º = em caso de renuncia quando é obrigado a continuar-se na gerencia, art. 1368.º

Manifesto — sem que este se faça, quando se não pôde fazer o registo definitivo, art. 980.º V. § unico.

Manutenção de posse — por quem pôde ser intentada, e contra quem, esta acção, art. 304.º = quando prescreve, idem, § unico.

Mario — o que alhear ou obligar bens dozeas nos casos em que o não possa fazer, é responsável por perdas e danos, e para quem, art. 1451.º = não pôde ser testemunha nas causas da mulher, art. 2511.º n.º 4.º = tem obrigação especial de proteger a pessoa de sua

mulher, art. 1485.º = pertence-lhe a administração dos bens do casal, art. 1489.º = sem auctorisação da mulher não pôde alienar bens immobiliarios, nem ter questões em juizo sobre propriedade, art. 1491.º e §§ = quando pôde revogar a auctorisação concedida á mulher, art. 1497.º = quando responde pelas obrigacões da mulher, art. 1498.º e seguintes = os seus direitos e obrigações em relação aos bens communs do casal, art. 1440.º e seguintes = os seus rendeiros têm direito a serem pagos das benficioarias necessarias e uteis nos bens dozeas, art. 1463.º = quando pozer em risco os bens bens communs pela má administração, auctorisa á mulher á separação dos bens communs, e em que termos se fará a separação, art. 1219.º e seguintes.

Matas — V. *Arvores*.

Materia primas — V. *Dividas*.

Maternidade — não se admite no registo civil esta declaração, salvo quando a mãe pessoalmente, ou por seu procurador, fizer e assignar esta declaração, art. 2467.º

Matos — V. *Pastos*.

Matrimonio — legitima os filhos nascidos antes d'elle sendo das pessoas que o contraem, art. 149.º n.º 1.º e seguintes = esta legitimação por quem pôde ser impugnada, idem, § 1.º V. art. 120.º e 121.º = no registo do lugar aonde é celebrado, ahí se fazem os assentos do casamento, art. 2475.º = não se verificando, ou sendo annullado, ficam sem effeito as doações ou deixas entre esposos, art. 1468.º = depois de elle, se restitue o dote á mulher ou a seus herdeiros, art. 1450.º V. art. 1457.º e 1458.º

Mau procedimento — quando motiva a rescisão, art. 1425.º n.º 3.º

Mau tratamento — quando motiva a rescisão, art. 1425.º n.º 2.º

Médicos e cirurgiões — as suas retribuições quando prescrevem, art. 539.º n.º 2.º V. § 1.º

Menor — sobre o contrato de serviço com menor, V. art. 1389.º e 1390.º = não emancipado, não pôde ser procurador em juizo, art. 1354.º = o emprestimo que lhe é feito, quando não pôde ser exigido nem do mutuario nem do fiador, art. 1535.º = não pôde pedir a restituição do que tiver pago, idem, § unico, V. art. 1536.º = quando é tido por abandonado e considerado como exposto, art. 283.º V. *Expósitos*. = por que forma se emancipa, art. 304.º e seguintes = sendo herdeiro se procede judicialmente a inventario e partilhas, art. 2042.º = sendo herdeiro haverá sempre inventario, art. 2064.º = e no prazo de sessenta dias será concluido, idem, §§ 1.º e 2.º = os seus direitos são defendidos e sustentados pelo protutor, todas as vezes que se acharem em opposição com os interesses do tutor, art. 258.º n.º 1.º = tendo bens em grande distancia, como se procede na sua administração, art. 225.º = em que penas incorre, não sendo emancipado, e casado sem licença, art. 1060.º V. art. 1071.º = tem hypotheca legal nos bens de seus tutores, art. 306.º n.º 2.º V. art. 918.º e seguintes = determinar a sua profissão, officio ou serviço a que deve dedicar-se, pertence ao conselho de familia, art. 224.º n.º 7.º = não pôde ser preso sem auctorisação do conselho de familia, e em que termos, art. 224.º n.º 12.º = quando não pôde exigir o legado antes do tempo marcado, aindaque emancipado seja, art. 1835.º V. *Menores*.

Menores — os de quatorze annos, ou de doze sendo do sexo feminino, não podem casar, art. 1073.º n.º 4.º = não podem ser testemunhas, art. 2510.º n.º 3.º = os não emancipados não podem ser testemunhas em testamento, art. 1966.º n.º 4.º = a seu respeito e dos ausentes e sobre a tutela dos filhos legitimos e illegitimos, sobre tu-

tela testamentaria, legitima e dativa, V. art. 183.º e seguintes, 193.º e seguintes, 199.º e seguintes, 202.º e seguintes = illegítimos perflhados, estão sujeitos ao poder paternal, e em que termos, art. 166.º = como serão tuteladas, idem, § unico. V. art. 162.º = os seus bens sómente podem ser vendidos nos termos prescriptos na lei, art. 155.º = qual o seu domicílio, art. 47.º V. art. 50.º = quando casados, e sem que seja averbado o registo provisório do dote e da hypotheca, não se defere a requerimento de entrega de bens, art. 930.º = havendo-os, obriga o conjugue sobrevivente a proceder a inventario, e em que tempo e sob que pena, art. 156.º = do curador que não requerer a favor d'elles o que for de direito, têm direito a reclamar perdas e danos, art. 138.º = não gozam do privilegio da restituição por inteiro, art. 297.º = providencias sobre a rescisão dos actos por elles praticados, art. 298.º e 299.º = por quem pôde ser aceita a herança deixada a menores e de que forma, art. 2025.º = os de quatorze annos não podem testar, art. 1764.º n.º 3.º V. art. 1767.º e 1768, V. art. 1773.º = sendo interessados nos bens em usufructo, d'estes se deve fazer inventario judicial, e como art. 2221.º n.º 1.º = os de vinte e um annos não podem casar sem licença, e de quem, art. 1058.º e seguintes, V. art. 1071.º = os não emancipados, não podem ser testamenteiros, art. 1888.º = pelos seus direitos e interesses, têm obrigação de velar os curadores geraes dos orphãos, e os magistrados do ministerio publico, art. 220.º = obrigação do testamenteiro de participar ao juiz a respectiva herança ou legado, art. 1901.º = enquanto não tiverem quem os represente, não corre contra elles a prescrição, art. 519.º = como corre contra elles a prescrição, art. 530.º = em conflicto com seus paes, se lhes dá curador, art. 153.º V. *Consentimento*.

Menores emancipados — podem ser mandatarios, salvo o caso do art. 1354.º, art. 1334.º

Memoridade — quando existe, e como é supprida, art. 97.º e seguintes = não releva da responsabilidade civil, art. 2379.º = quanto á criminal, V. citado artigo.

Mestre — quando é obrigado a pagar o serviço prestado pelo aprendiz, art. 1428.º V. *Contracto de aprendizagem*, V. *Mestres*.

Mestres — suas retribuições e prescrição, art. 541.º

Mez — é sempre computado em trinta dias, art. 560.º § 2.º

Mezadas — a mão que passar ás segundas nupeças, pôde exigir que o conselho de família arbitre as mezasdas convenientes para seus filhos, art. 162.º V. *Alimentos*.

Militares — em serviço activo, não corre contra elles a prescrição, art. 551.º n.º 5.º = qual o seu domicílio, art. 52.º e § unico.

Minas — pôde abri-las em seu predio o proprietario, em que termos, e sob que limitações, art. 2321.º e seguintes = não as pôde abrir de novo o usufructuario, art. 2213.º § unico.

Ministerio publico — é ouvido sobre a nullidade ou illegalidade do titulo para registo, art. 981.º § 2.º = é o defensor do arguido na interdição requerida por parente successivel, ou pelo conjugue do desassasado, art. 315.º e § unico = cumpre-lhe appellar sempre da sentença que decretar a interdição, art. 317.º n.º 7.º e seguintes = é ouvido no registo de mera posse, art. 524.º = é sempre ouvido nos actos que dizem respeito ao ausente, art. 62.º = é ouvido na separação de marido e mulher, art. 1207.º

Ministro da igreja — celebrando algum casamento contra o disposto no art. 1058.º, que penas tem, art. 1071.º

Mobiliarios e immobiliarios — estes bens são sempre especiaes, aquelles subdividem-se e como, art. 879.º

Moeda — a convencionada no contracto, é mantida pela lei, art. 724.º V. art. 725.º e seguintes.

Moral publica — todos os actos que lhe são contrarios, não podem ser objecto do contracto, art. 671.º n.º 4.º

Moratoria — quando extingue a fiança, art. 832.º

Morte — a do substituido extingue a substituição popular, art. 1860.º = a de um dos conjugues, dissolve o matrimonio, e o conjugue sobrevivente exerce o poder paternal e com que obrigações, art. 155.º e seguintes = a dos paes, ou dos filhos, termina o poder paternal, art. 170.º n.º 1.º = por ella se acaba o mandato, art. 1363.º n.º 3.º = a do amo, e a do servicial, resolve e como, o contracto do serviço domestico, art. 1385.º = termina o contracto de aprendizagem, art. 1430.º = a certeza da morte do ausente, extingue a euradoria, art. 78.º n.º 3.º = a de um socio, em sociedade particular, extingue a sociedade, art. 1276.º n.º 4.º V. art. 1277.º = a de algum dos signatarios do escripto, constituido a data do escripto, art. 2436.º n.º 2.º

Mouchões — quaes os que pertencem ao estado e quando pertencem aos proprietarios, art. 2294.º § unico. V. art. 2295.º e seguintes.

Movel, cousas ou bens moveis — quando d'esta expressão se usar, entender-se-hão só os objectos materiaes, que por natureza são moveis, art. 377.º § unico.

Movéis — de que o pae tiver usufructo, serão restituídos no estado em que se acharem, e não existindo pagará o valor d'elles, excepto sendo consumidos em uso commun aos filhos, ou tendo perecido por caso fortuito, art. 154.º § unico = quaes as cousas moveis, art. 373.º e seguintes = quando sobre cousas moveis tem logar a prescrição, art. 532.º e seguintes. V. *Dividas*.

Movéis de tal casa ou predio — esta expressão, nos actos e contractos, comprehende-se-ha n'ella só o que se chama mobilia, utensilios, alfaias, art. 378.º

Movéis perdidos — V. *Cousas moveis perdidas*.

Mudança de estado — por esta, e pela insolvencia, se acaba o mandato, art. 1363.º n.º 4.º

Mudança de fortuna — a do devedor, dá direito ao fiador para exigir que aquelle o exonere da fiança, art. 843.º n.º 2.º = autorisa o credor a mudar o fiador, art. 825.º

Mudos — não podem ser testemunhas, art. 1966.º n.º 5.º

Mulher — aindaque não seja commerciante, é valida a sua fiança, se houver recebido a cousa do devedor, ou quantia sobre que recae a fiança, art. 820.º n.º 3.º = e tambem existe aquella validade no caso do n.º 4.º do citado artigo = não pôde ser testamenteira, sem authorisação de seu marido, art. 1887.º = como pôde ser supprida esta authorisação, idem = ficando gravida, ao tempo da morte do marido, como deve proceder, art. 157.º = quando não consente na doação de moveis ou dinheiro feita pelo marido, esta doação é levada em conta na meação do marido e com que excepção, art. 1471.º = por esta obediencia ao marido, art. 1185.º = quaes suas outras obrigações, e direitos, art. 1186.º e seguintes = não pôde ser procurador, art. 1354.º n.º 2.º = não pôde ser testemunha nas causas do marido, art. 2011.º n.º 4.º

Mulher casada — qual o seu domicílio, art. 49.º = pôde ser mandatária, e com que excepção, art. 1411.º = quando pôde requerer a separação de bens, tenha ou não communhão de bens, art. 1219.º e seguintes. V. art. 1223.º a 1225.º e seguintes = a casada e dotada, pôde embargar de terceiro a execução feita sobre os rendimentos de seus bens dotes, ou proprios, administrados pelo marido, havendo falta de

alimentos, art. 1230.º = por contracto dotal, tem hypothea legal nos bens do marido para pagamento dos valores mobiliarios dotaes e dos alfinetes estipulados, art. 906.º n.º 3.º = esta hypothea é constituída pela respectiva escriptura dotal, art. 925.º V. § unico = não pôde aceitar a herança sem auctorisação de seu marido, art. 2024.º = nem o marido a pôde aceitar sem consentimento da mulher, idem.

Mulheres — não podem ser testemunhas em testamento, art. 1966.º n.º 2.º

Municipalidades — suas obrigações, quanto aos filhos menores de pessoas miseraveis, art. 294.º e seguintes = são tutores d'estes menores, sem quebra dos direitos paternos, art. 296.º

Município — é como pessoa moral, capaz de propriedade particular, art. 382.º § unico.

Muros e paredes meias — quando se adquirem pelo proprietario confinante, art. 2328.º § unico. V. art. 1329.º e 1330.º = a reparação e construcção do muro commun, a sua alteração, direitos e obrigações respectivas dos consorciados. V. art. 1331.º e seguintes.

Musica — V. *Auctores*.

Mutuário — adquire a coisa emprestada, e corre por sua conta todo o risco, art. 1521.º = sua obrigação de restituição, e em que prazo a pagar, art. 1524.º e seguintes.

Mutuo — disposições respectivas ao mutuário e mutuante, art. 1521.º e seguintes = por que forma se prova este contracto, art. 1531.º § unico.

N

Nascimento — o assento do nascimento dos filhos, os legitimos, quandoahi os paes os reconhecem e declaram como seus filhos, art. 119.º n.º 1.º V. § 1.º idem. V. art. 120.º e 121.º V. art. 123.º = por elle adquire o homem a capacidade juridica, art. 6.º V. *Questões*. — prova-se pelo registo publico instituido para esse fim, art. 2441.º = em que caso se pôde admitir qualquer outra prova, art. 2442.º V. art. 2443.º, 2444.º e 2459.º e seguintes = tendo logar nos lazaretos, V. art. 2470.º = tendo logar em viagem de mar, V. art. 2471.º e seguintes.

Nascituros — quando podem adquirir por doação, art. 1479.º = sobre seus direitos e quaes, V. art. 1824.º

Naturalisação — como se podem naturalisar os estrangeiros, art. 19.º e seguintes.

Natureza das cousas — por este meio se pôde constituir a servidão, art. 2271.º V. art. 2272.º

Natureza do homem — d'ella resultam direitos que a lei civil reconhece e protege como fonte e origem de todos os outros, e quaes são estes, art. 359.º e seguintes.

Naufragio — V. *Occupação*.

Negligencia — quando por ella é responsavel o socio, art. 1258.º

Negocio — quando se conclue, expira o mandato, art. 1363.º n.º 5.º

Ninhos — é absolutamente defezo destruir ninhos, ovos ou ninhadas de aves de qualquer especie em predios alheios, art. 394.º

Nomeação — a de um novo procurador, equivale á revogação da primeira procuração, art. 1365.º = de louvados. V. *Avaliações*.

Nota marginal — se a fim ou não o testamento cerrado escripto pelo testador, deve o tabelião declarar no respectivo auto de aprovação, art. 1922.º n.º 4.º

Novação — quando se effectua, art. 802.º = não se presume, deve

ser expressamente estipulada, art. 803.º = por substituição do devedor, em que termos deve fazer-se, art. 804.º e 805.º V. art. 806.º = extinta por ella a divida antiga, extinctos ficam todos os direitos e obrigações accessorias, art. 807.º V. art. 808.º = quando por ella se exoneram todos os comedevedores, art. 809.º = quando fica sem effeito, art. 810.º e 811.º = quando é nulla, e n'este caso qual o resultado, art. 812.º e 813.º = por ella se livra o devedor.

Nulla — quando o é a divisão da coisa immobiliaria.

Nullidade — a de titulos para registo, é resolvida pelo poder judicial, e esta resolução apresentada ao conservador, por ella se tornará definitivo o registo, art. 931.º § 2.º = quando existe na divisão das cousas immobiliarias, art. 2184.º = a da substituição fideicomissaria, não envolve a nullidade da instituição ou legado, art. 1869.º = quando existe nos pagamentos de dividas e legados da herança, durante a formação do inventario respectivo, art. 2056.º § 2.º = existe no testamento extorquido por violencia, por dolo ou fraude, art. 1748.º = tambem existe no caso do art. 1751.º V. art. 1755.º = quando existe nas decisões, art. 1460.º = são nulos e com que excepção, os actos praticados contra a lei, e como pôde sanar-se a nullidade, art. 10.º e § unico = existe na renuncia do direito de registar ou de qualquer outro que provenha do registo, art. 998.º = em que caso existe, dando-se a posse de bens immobiliarios, art. 954.º e 955.º = quando existe nos actos praticados pelos menores, art. 299.º = da condição, por impossibilidade, produz nullidade de obrigação, que da condição dependia, art. 683.º = a do contracto pôde ser opposta por via de excepção, V. art. 693.º V. artigos seguintes = a da pena nos contractos, não os annulla, art. 673.º = mas existe na condição que estipular no contracto certa pena de não cumprimento do contracto, idem. V. art. 674.º e 675.º = a da condição, por impossibilidade, produz nullidade da obrigação que da condição dependia, art. 683.º = existe no contracto, e quando, art. 660.º e seguintes. V. art. 663.º e seguintes, V. art. 667.º e 668.º = dos privilegios, e perda dos inventos, V. art. 632.º e seguintes = quando existe nos actos e contractos celebrados pelo interdito, art. 334.º V. art. 335.º = em que termos pôde ser sanada pelos tribunaes a nomeação de vogaes para o conselho de familia, feita contra os preceitos da lei, art. 207.º § 3.º = de contractos de casamento, V. art. 1067.º e § unico = existe na venda de coisa alheia, e sobre que responsabilidade, art. 1535.º V. § unico, idem = e na venda de coisa que não existe, art. 1558.º e § unico = quando existe nas doações, art. 1480.º e 1481.º = quando d'esta se pôde valer o incapaz que aceitar o contracto de deposito, art. 1433.º n.º 2.º = existe no contracto feito entre as partes, com seus advogados e procuradores e em que termos, art. 1558.º = quando existe nos contractos de compra e vende, art. 1567.º e § unico = quando pôde ser allegada pelo marido, ou por seus herdeiros, a que provier por falta de auctorisação á mulher, art. 1200.º = como pôde sanar-se, V. art. 1202.º = quando existe na sociedade, art. 1242.º V. *Nulos*. — a do casamento catholico, só n'este juizo se pôde demandar, art. 1086.º V. art. 1087.º e seguintes = sobre a do casamento civil, V. art. 1089.º, art. 1090.º e seguintes = a do casamento produz, quanto aos bens dos conjuges, os mesmos effeitos que tem a dissolução por morte, art. 1093.º = quando existe nos documentos officiaes, art. 2494.º = quando existe nos documentos extrajudiciaes, art. 2113.º = havendo a na novação, fica subsistindo a antiga obrigação, art. 813.º = existe na fiança que recae em obrigação que não seja valida, art. 822.º V. § 1.º e 2.º, idem.

Nullidade de casamento civil—quando se dá, art. 1074.º

Nullidade de processo—é o unico fundamento para a rescisão das partilhas judicialmente feitas, art. 2164.º V. art. 2163.º e 2166.º

Nullidade de registo—as acções que se dirigem sobre a nullidade de registo, estão sujeitas a registo, art. 949.º n.º 3.º

Nullidade de testamento—por defeito de formas ou de solemnidades externas, por que tempo prescreve, e como contado, art. 1967.º

Nullo—é o serviço domestico sendo contractado por toda a vida, art. 1371.º = é o contracto, cujo objecto não seja physica e legalmente possível, art. 669.º = como se entende esta impossibilidade physica = é o legado de consa alheia, mas em que caso se deve satisfazer esse legado, art. 1801.º = é a disposição do testador quando feita sob condição de que o seu herdeiro ou legatario faça em seu testamento igual disposição a seu favor ou de outrem, art. 1809.º = em que caso o não é o testamento aberto, art. 1939.º = é o testamento publico, faltando-lhe as formalidades prescriptas no art. 1919.º e sob que responsabilidades para o tabellião, citado art. V. *Nullos*.

Nullos—quando o são os pagamentos de dividas e legados da herança, durante a formação do inventario respectivo, art. 2056.º § 2.º = são os actos do mandatario por este praticados fóra dos limites expressos no mandato, art. 1351.º V. art. 1351.º e seguintes = quando o são os actos em relação a terceiros, e de que resulte modificação ou transmissão de propriedade não registada, art. 955.º

Numero de paginas—é preciso que se declare no acto de aprovação do testamento cerrado, art. 1922.º n.º 2.º



Obitos—como se provam, art. 2441.º e seguintes = sobre o respectivo registo, V. art. 2481.º e seguintes. V. *Registo de obitos*.

Objecto possível—é preciso para a validade do contracto, art. 643.º

Obra feita—em que caso se pôde requerer a sua demolição, art. 713.º

Obra pia—quando encarregada ao testamentario, o que lhe compete fazer, art. 1902.º e seguintes.

Obras—V. *Empreitadas*. Quando d'ellas, depois de começadas, pôde desistir o dono, art. 1402.º = o manuscrito é propriedade do seu auctor, e não pôde ser publicado sem consentimento d'este, art. 374.º e seus §§. V. art. 375.º e seguintes, V. art. 603.º, 604.º, 605.º e 606.º = as precisas para conter as aguas nos predios, quando é obrigado o dono d'estes, ou a faze-las, ou a consentir que as façam os donos dos predios que padeçam, art. 2283.º e seguintes = em terreno alheio quando produzem o direito de accessão immobiliaria, art. 2306.º = deve o usufructuario consentir-las ao proprietario, art. 2227.º

Obras dramaticas—privilegio dos seus auctores, e providencias respectivas, art. 594.º e seguintes. V. art. 607.º e seguintes.

Obras pias—em que caso por ellas se entendem a beneficencia e a caridade, art. 1836.º

Obrigaçào—o que a ella se obrigou e deixou de a cumprir, responde pela indemnisação de perdas e damnos, e em que termos, art. 711.º e seguintes = se esta tem praso incerto, a responsabilidade corre depois da interpeλλαção, e esta como se faz, art. 711.º n.º 2.º

e § 1.º = a do contracto é nulla, quando nulla é a condição do mesmo, art. 683.º = nasce do contracto a que alguém se sujeita, art. 641.º = a do fiador, como a do devedor, se extinguem com a herança, art. 849.º = como assegura a sua o devedor, art. 855.º = a do fiador como se extingue, art. 848.º = quando se não extingue a do abonador, art. 849.º = fica extincta com o deposito, e em que termos, art. 761.º e 762.º = sendo nulla, nulla é qualquer outra obrigação que a substitua, art. 812.º = fica existindo a antiga obrigação, se a respectiva novação for nulla, art. 813.º = a do fiador, como principal pagador, auctorisa o credor a demandar-lo sem previa execução dos bens do devedor, e em que casos, art. 811.º

Obrigaçào de conferir—havendo disputas sobre esta obrigação, a partilha não suspende, prestando caução o conferente, art. 2112.º

Obrigaçào do homem—art. 1.º e seguintes = não pôde eximir-se das obrigações que lhe impõe a lei, art. 8.º

Obrigaçào principal—extincta esta, extincto fica o respectivo privilegio, art. 1062.º n.º 1.º V. art. 1029.º V. *Nota*.

Obrigaçào solidaria—obriga pluriamente a cada um dos obrigados, art. 731.º V. art. 732.º V. art. 732.º e seguintes = existe em todos os que constituíram um só mandatario, art. 1348.º = quando a têm os testamentarios, art. 1904.º

Obrigações—as que provêm do emprestimo, se transmitem aos herdeiros d'aquelle que o recebe, art. 1509.º = do depositario e do depositante, V. art. 1435.º e seguintes = dos curadores dos ausentes, art. 71.º e seguintes = a sua inexecução quando motiva a rescisão, art. 1425.º n.º 1.º = as que resultam do contracto podem ser affiançadas, e em que termos e com que effectos, art. 818.º e seguintes = sua confusão, art. 796.º e seguintes = do credor com penhor, art. 861.º = as que oneram o predio expropriado desde a sua data, obrigam o predio expropriado, art. 1024.º V. art. 1023.º = as que são impostas por lei não podem ser objecto de contracto, art. 671.º n.º 4.º = quaes as dos socios em sociedade particular, art. 1251.º e seguintes = são reconhecidas e especificadas pela lei, a qual mantem e assegura o seu cumprimento, art. 5.º V. *Obrigaçào do homem*, V. *Questões*. = os portuguezes que as contrahirem em paiz estrangeiro podem ser demandados no reino pelos nacionaes ou estrangeiros com quem as hajam contrahido, art. 25.º = extinguem-se pelo facto de se não ter exigido o seu cumprimento no tempo determinado, art. 505.º = nas obrigações com juro ou renda, quando começa a correr o tempo da prescripção do capital, art. 545.º = *conjugaes*, não podem alterar-se por qualquer convenção ante-nupcial, art. 1103.º V. art. 1184.º e seguintes = *do commodante*, V. art. 1121.º

Obrigações e direitos—dos senhorios e dos foreiros, art. 1670.º e seguintes, V. art. 1671.º

Obrigações paternaes—não podem alterar-se por qualquer declaração e pacto antenupcial, art. 1403.º V. *Contracto*.

Occupação—devem os paes dar aos filhos, art. 140.º = dos matos, pastos e lenhas, V. *Pastos*. = como será regulada a das substancias animaes de qualquer natureza, creadas nas aguas publicas ou communs que vierem arroladas ás margens ou ás praias, art. 429.º = em que casos é lícito occupar estes objectos, art. 430.º = a das embarcações e de outros objectos naufragados, será regulada pelas disposições do codigo commercial e das leis administrativas, art. 428.º = legitima a propriedade e em que termos, art. 383.º e seguintes, V. art. 400.º e seguintes até 473.º = *das cousas moveis abandonadas*, podem estas ser livremente occupadas por qualquer pessoa que primeiro

as encontre, art. 411.º V. art. 412.º = *das cousas moveis perdidas*, em que casos e em que termos podem ser occupadas, art. 413.º e seguintes = *de thesouros e cousas escondidas*, quem os achar enterrados ou escondidos como deve proceder, art. 422.º e seguintes = quando fica pertencendo ao achador, art. 424.º o § unico = o que se apropriar de thesouros ou cousas escondidas, em prejuizo de direitos de terceiro, perde a parte que lhe pertencia e em beneficio de quem, art. 427.º

Oculos para luz — pôde abri-los o proprietario, art. 2325.º e §§.

Offensa — o que a pratica violando direitos de quem, art. 2341.º, é obrigado a indemnisa-lo dos prejuizos que lhe causar, art. 2341.º

Offensa de direitos — quanto á sua reparação, V. art. 2361.º e seguintes.

Officiaes do registo civil — como devem proceder sobre a pretensão do casamento civil, art. 1076.º e seguintes, V. art. 1080.º e 1081.º = em que penas incorrem não cumprindo as respectivas disposições nos referidos artigos, art. 1082.º

Official do registo civil — quando lavra o assento do contracto de casamento, e em que termos, art. 2477.º e § unico V. art. 2478.º

Officio — V. *Contracto de aprendizagem*.

Onus — quaes os que estão a cargo da sociedade familiar, art. 1285.º

n.º 4.º

Onus reaes — podem ter registo provisorio, art. 967.º n.º 2.º V. art. 969.º e 970.º = acompanham o predio alienado, e do seu valor total é deduzida a respectiva importancia, art. 1022.º = excepção respectiva, art. 1023.º V. § unico, idem = estão sujeitos a registo, e em que termos, art. 950.º n.º 2.º e art. 950.º e seguintes = o que sejam onus reaes, V. art. 949.º § 2.º

Opção — quando tem o legatario direito de optar, art. 1854.º

Ovos — V. *Ninhos*.

P

Pae — pôde nomear em testamento, tutor ou filho menor, art. 193.º = em que caso compete á mãe esta nomeação, art. 193.º § unico = tanto o pae como a mãe na falta do pae, pôde nomear um tutor para todos os filhos, ou um para cada um d'elles, art. 194.º = pôde em seu testamento nomear um ou mais conselheiros, que dirijam e aconselhem a mãe viuva, e em que casos, art. 159.º = quando cessa esta faculdade paternal, idem § unico = quaes os conselheiros que podem ser nomeados, art. 160.º V. *Poder paternal*. = quando pôde impugnar a legitimidade dos filhos, art. 107.º V. art. 108.º = restitue os moveis de que tiver o usufructo no estado em que se acharem, e não existindo paga o seu valor, excepto se se tiverem consumido no uso commun, ou tendo perecido por caso fortuito, art. 154.º § unico.

Paes — compete-lhes reger as pessoas de seus filhos menores e administrar seus bens, art. 137.º = suas obrigações para com seus filhos, art. 140.º = o seu poder paternal é constituído nos factos de protege-los e de administrar seus bens, art. 137.º e de dirigirem representar e defender seus filhos menores, tanto em juizo como fóra d'elle e prestar-lhes alimentos, art. 138.º e 140.º = não gosam do usufructo dos bens dos filhos perfilhados, art. 166.º = em que casos são punidos e inhibidos de regerem a pessoas e bens de seus filhos menores, e em que termos, art. 141.º = quando pôde fazer cessar a prisão ordenada contra seu filho menor, art. 143.º § unico = pertence-lhes, e em que termos, a propriedade e o usufructo dos bens adquiridos pelos fi-

lhos enquanto estão em sua companhia, e em que termos, art. 144.º V. art. 145.º = tambem lhes pertence a administração de que bens deixados aos filhos e quaes art. 146.º = quando não têm, nem usufructo, nem administração dos bens dos filhos, art. 147.º = não podem alienar ou hypothecar bens dos filhos, salvas as excepções do art. 150.º = quando são obrigados a prestar em fiança aos filhos, art. 151.º V. § unico = quando recebem os rendimentos dos bens dos filhos, idem art. 151.º § unico = não são obrigados a dar contas da sua gerencia, e com que excepção, art. 152.º = em que casos se prestam, idem = entregam a seus filhos todos os bens e rendimentos depois de sua emancipação, art. 154.º = como procedem no cancelamento da inscripção relativa a qualquer hypotheca de seus filhos, art. 993.º = quando não podem vender a filhos, art. 1565.º § unico. = na herança de seus ascendentes, são obrigados a conferir o que por estes foi doado a seus filhos, art. 2101.º = quando podem ser desherdados pelos filhos, art. 1878.º e seguintes.

Paes illegítimos — quando, e como succedem a seus filhos, art. 1934.º e 1995.º

Paes legítimos — quando e como succedem a seus filhos, e com que excepção, art. 1993.º e § unico = V. *Poder paternal*.

Pagamento — em diversas dividas ao crédor, pôde o devedor designar a que pretender pagar, art. 728.º = como se entende este pagamento parcial, se aquella declaração se não fizer, art. 729.º o seguintes = as quantias pagas por conta de divida que vence juros, não se descontam no capital enquanto houver juros em divida, art. 730.º = sendo diferentes os que têm obrigação de fazer o mesmo pagamento, cada um responde proporcionalmente, art. 731.º V. art. 731.º = das dividas do menor, em que termos pertence ao conselho de familia, art. 224.º n.º 10.º = quem o faz pelo devedor, fica subrogado nos direitos d'este, e em que termos, art. 778.º e 779.º V. art. 780.º e seguintes = se faz com deposito judicial com citação do crédor e em que termos o em que casos? art. 778.º e seguintes = quando se pôde recobrar e haver, art. 758.º = feito a terceiro quando não extingue a obrigação, art. 749.º = quando pôde fazer-se a um de diversos credores, art. 750.º = será feito no lugar e tempo designados no contracto, e sob que excepção, art. 739.º = salva a declaração em contrario no contracto, o praso para o pagamento sempre se presume a favor do devedor, art. 740.º = tem lugar, antes do vencimento da obrigação e em que casos, art. 741.º = estipulado em prestações, a falta de uma, dá direito ao crédor, para exigir todas as outras, art. 742.º V. art. 743.º e § unico = se por elle o crédor aceitar qualquer cousa, o fiador fica exonerado, aindaque o crédor venha depois a perder por evicção a cousa prestada, art. 850.º = quando se não fizer, e houver cousa empenhada, se procede á venda do penhor e em que termos, art. 863.º = anulado este, renasce a hypotheca no caso do art. 1029.º = quando se pôde rescindir, art. 1039.º = feito pelo fiador, que direitos dá a este V. art. 838.º e seguintes = comprehende, e em que termos, a prestação de cousas por effeito do contracto, art. 714.º e seguintes V. art. 724.º e 725.º = o facto de se não fazer, acaba o mandato, art. 1363.º n.º 4.º = o das dividas a que o predio está hypothecado, expurga a hypotheca, art. 938.º n.º 1.º = quando se não fizer por tres annos consecutivos, pôde o crédor do censo consignativo exigir o reembolso do capital, art. 1649.º = se faz da despeza do funeral pela herança indivisa, haja ou não herdeiros legitimarios, art. 2116.º V. art. 2117.º e seguintes = como será feito nos inventarios de menores, art. 2118.º § unico e art. 2120.º =

como se fará no inventário dos maiores, art. 2119.º = dos tributos ou encargos impostos sobre o producto ou renda dos bens em usufructo, quem o faz, art. 2233.º V. *Contribuições*, V. *Retribuição*.

Pagamento do dote — em que caso, e por quem se pôde exigir, art. 1445.º

Parceiros — é-lhes applicavel o disposto nos artigos relativos aos direitos e obrigações dos locadores e arrendatarios, e em que termos, art. 1303.º

Parceria agricola — em que consiste, art. 1299.º e 1300.º = o lavrador em parceria, não pôde levantar os fructos respectivos da eira ou lugar, sem que o faça saber ao proprietario, art. 1301.º

Parceria pecuaria — o que é, e em que consiste, art. 1304.º e seguintes. V. *Parceiro*.

Parceria rural — abrange a pecuaria e agricola, art. 1289.º

Paredes meias — V. *Muros e paredes meias*.

Parente successivo — requerendo a interdicção do parente, é n'esta defensor o ministerio publico, art. 315.º e § unico.

Parentes — não podem ser promissores dos ascendentes, descendentes ou irmãos do julgador, art. 1311.º n.º 7.º = os de menor podem recorrer do que e para onde, art. 226.º = quaes os que não podem contrahir o casamento feito entre portuguezes não catholicos, art. 1071.º = quaes e em que casos preferem na successão legitima, art. 1970.º e seguintes = em que caso são considerados como herdeiros os mais proximos do testador, art. 1742.º

Parochias — são como pessoas moraes, capazes de propriedade particular, art. 382.º § unico.

Parocho — remette o acto do contracto de casamento ao official do registro civil, art. 2476.º V. § unico, idem.

Parte — quando é havida por confessa, art. 2411.º § unico.

Partilha — deve fazer-se entre maiores por escriptura publica ou auto publico, art. 2013.º = a de bens em que caso se executa, art. 1209.º § 2.º V. *Separação de bens* = na sociedade universal como se faz, art. 1248.º = entre socios, feita por terceiro, por convenção social, não pôde impugnar-se sem declaração em contrario, art. 1264.º e 1280.º = como se fará nas sociedades particulares, art. 1290.º e seguintes = quando a pôde requerer o comproprietario, art. 2180.º V. *Partilhas*.

Partilhas — não se suspendem com disputas sobre obrigações de co-herdeiros em conferir, prestando estes cação, art. 2112.º = quando se procede a ellas e em que termos, art. 2138.º e seguintes. V. art. 2145.º = entre maiores como se procede nas pensões vitalicias annuaes legadas pelo auctor da herança, art. 2148.º e seguintes = na separação de bens para pagamento de dividas so preferem os moveis, e se farão a apazimento dos interessados, art. 1251.º e 1252.º = os titulos das propriedades divididas, a quem se entregam e como, art. 2154.º e seguintes = quaes os effeitos das partilhas, art. 2158.º e seguintes = quando se podem rescindir, art. 2163.º e seguintes = antes de se proceder a ellas são ouvidos os interessados, e quando algum licitar assim o declarar, art. 2126.º = á licitação precede o acto da partilha, e n'esta como se procederá, art. 2127.º e seguintes = quando tem logar a arrematação em hasta publica, art. 2134.º e seguintes.

Passagens — é concedida por onde for menos prejudicial ao dono do predio sujeito, art. 2310.º

Pastagem — V. *Direitos de compascuo*.

Pastos communs — V. *Direitos de compascuo* = os matos e lenhas produzidos nos terrenos do estado não podem ser occupados sem permissão do governo, e em que termos, art. 472.º = os produ-

zidos nos baldios ou terrenos municipaes ou parochiaes, pertencem exclusivamente aos vizinhos respectivos, e em que termos, art. 473.º

Paternidade — esta declaração no registro civil não se admite, salvo quando o pae pessoalmente ou por seu bastante procurador fizer assignar esta declaração, art. 2467.º = perdem-se os respectivos direitos quando contestada pelos paes, e convencida judicialmente, art. 166.º

Paternidade illegitima — é prohibida a acção de investigação de paternidade illegitima, art. 130.º = exceptuam-se os casos seguintes: 1.º, existindo escripto do pae em que expressamente declare a sua paternidade; 2.º, achando-se o filho em posse de estado, nos termos do art. 45.º; 3.º, no caso de estupro violento ou de rapto, e em que termos, art. 130.º e seguintes.

Patrimonio — para ordenação, pelo pae ao filho, vem á collação, art. 2104.º V. § 2.º idem e art. 2105.º

Patrio poder — V. *Poder paterno*.

Pedreiras — não pôde abri-las de novo o usufructuario, art. 2213.º V. § unico.

Pena — sendo extincta por annullação de sentença, em que casos torna validos os actos do condemnado na sentença que motivou a revista, art. 358.º § unico.

Pena perpetua — esta condemnação legitima a separação de pessoa e bens entre conjuges, art. 1204.º

Penas — V. *Ministro da egreja*.

Penhor — o que é, e disposições respectivas, art. 855.º e seguintes = quando se pôde exigir outro do devedor, art. 860.º n.º 4.º = obrigações do crédor, art. 861.º = quando se pôde vender a cousa empenhada, art. 863.º = o credito-pignoratício tem privilegio mobiliario, e em que termos, art. 886.º = o objecto em penhor não pôde ser entregue ao devedor sem pagamento da divida, art. 870.º

Penhora — quando não pôde fazer-se na parte do producto das recitas que aos auctores de obras dramaticas pertencer, art. 597.º = em bens immobiliarios está sujeita a registro, art. 949.º n.º 6.º = em parte se pôde fazer sómente nos animaes em parceria pecuaria, art. 1317.º

Pensamento do homem — é inviolavel, art. 362.º

Pensão — vitalicia annual, sem que seja posta a cargo de alguns dos herdeiros, como será paga no inventario, art. 2148.º = sendo imposta na herança sem que os herdeiros escolham de entre si quem a deve pagar, como se procede, art. 2149.º V. art. 2150.º

Pensões — subemphyteuticas ou censiticas, quando prescrevem, art. 543.º § 1.º V. art. 544.º

Pensões emphyteuticas — quando prescrevem, art. 543.º V. art. 544.º

Percas e damnos — quando é por ellas responsavel o escrívão, art. 929.º V. *Perdas e damnos*, V. *Prejuizos*.

Perda — quando se dá, e por conta de quem corre na transferencia da propriedade por alienação, art. 717.º § 1.º V. art. 718.º V. art. 720.º V. *Risco*, V. *Perdas e damnos* = quando o risco d'ella corre por conta do socio, art. 1259.º e seguintes = a perda, e o lucro quando é proporcionada á entrada dos socios, art. 1262.º = quando por ella responde o proprietario ao usufructuario, art. 2234.º § 1.º = a total da cousa usufruida, extingue o usufructo, excepto no caso do art. 2246.º n.º 1.º e art. 2241.º n.º 6.º

Perda da cousa — não responde por ella o possuidor não a tendo motivado, art. 494.º

Perdão — se póde dar das prestações que são devidas, art. 814.º = o concedido ao devedor aproveita ao fiador, art. 816.º = o concedido a favor, não aproveita ao devedor, idem, V. art. 817.º = por este se livra o devedor, art. 751.º

Perdas e danos — nos contractos, V. art. 704.º e seguintes = por ellas responde o que se obrigou por um facto que não prestou, art. 711.º e seguintes = quando não podem exceder os juros se a prestação do contracto se limitar a certa quantia, art. 720.º = quando responde por ellas o testamenteiro nomeado, art. 1890.º V. art. 1991.º e 1992.º = quando responde por ellas o testamenteiro, art. 1909.º = em que caso por ellas responde o que não apresentar o testamento cerrado tendo-o em sua guarda e poder, art. 1937.º = no caso de dolo, alem da punição penal, perde o direito que tiver á herança — esta acção não se illide com a absolvição do réu, nos tribunales criminaes ou correccionaes, art. 2905.º = quando por ellas é responsavel o alheador de má fé, art. 1048.º = obrigação de as pagar o devedor ao seu fiador, art. 838.º = quando por ellas responde o conservador, art. 980.º § unico = é por ellas responsavel o que pretender registar algum facto sujeito a registo que não exista, art. 984.º = em que casos estão a ellas sujeitos os conservadores, art. 986.º e § unico = quando responde por ellas o depositante, art. 1451.º = quando responde por ellas o depositario, art. 1437.º = esta pena é imposta aos curadores, que não requererem a favor dos menores o que for de direito, art. 158.º = quando responde por ellas o socio, art. 1274.º e § unico = por caso fortuito, e em bens da sociedade particular, recairão sobre o proprietario d'ellas, art. 1288.º = quando por ellas responde o parceiro pecuario, art. 1306.º e 1307.º = quando por ellas responde o mandatario, art. 1336.º e 1338.º = quando a ellas está sujeito o advogado e o procurador, art. 1362.º = responde por ellas o vendeador que não entregar a cousa vendida, art. 1572.º = quando por ellas responde o vendedor de cousa litigiosa, art. 1557.º V. art. 1558.º e § unico = quando por ellas póde ser demandado o incapaz no contracto de deposito, art. 1433.º n.º 3.º = quando por ellas se responde no contracto de aprendizagem, art. 1425.º § unico = quando responde por ellas o alquilador, art. 1416.º V. art. 1417.º e 1418.º = quando por ellas é o amo obrigado ao servical, art. 1384.º n.º 2.º = quando por ellas é obrigado o servical ao amo, art. 1383.º n.º 4.º V. art. 1388.º = quando responde por ellas o commodatario, art. 1518.º V. art. 1520.º = quando as paga o dono da obra em terreno proprio, art. 2304.º V. art. 2305.º = quando responde por ellas o que não auxiliar o accellido na offensa dos direitos por este adquiridos, art. 2368.º V. art. 2369.º e 2371.º = a sua indemnisação no caso de homicidio cometido voluntariamente, em que consiste, art. 2384.º n.º 1.º e seguintes. V. art. 2392.º = quando são indemnizadas sendo feitas para evitar outros danos, art. 2396.º e 2397.º = quanto a responsabilidade de perdas e danos por executores de edificações, por donos de estabelecimentos industriaes, constructores de estradas, de obras publicas e outros, V. art. 2398.º e §§ = quanto á responsabilidade motivada por empregados publicos no exercicio de suas funções, V. art. 2399.º e seguintes = quando por ellas respondem os juizes, art. 2403.º = responde por ellas o que intervier em negocio de outro contra sua vontade, art. 1731.º = quando responde por ellas o arrendatario de predios rusticos, art. 1627.º = quando responde por ellas o senhorio, art. 1610.º e 1611.º e seguintes = quando responde por ellas o tabelião, art. 1919.º = quando por ellas responde o usufructuario para com o proprietario, art. 2240.º

Perfeito juizo — na pessoa do testador em testamento cerrado, é preciso que se declare existir no auto de approvação do testamento, art. 1922.º n.º 6.º

Perfilhação — quando póde ter lugar, art. 122.º e seguintes = quando não é admittida, idem art. 122.º n.ºs 1.º e 2.º e §§ 1.º e 2.º com seus numeros 1.º e 2.º = a posterior ao testamento de filhos illegitimos, não annulla a instituição de herdeiro, mas limita-se á terça do testador, art. 1844.º § 1.º V. art. 1815.º = é necessaria, ou o reconhecimento legalmente feito, para os filhos succederem aos paes, art. 1989.º e 1990.º V. art. 248.º e seguintes.

Perigo de extravio — motiva a exigencia de caução ao herdeiro em posse da herança, art. 2052.º

Peritos — avaliam os objectos especiaes que os louvados não sabem avaliar, art. 2093.º = são nomeados pelo juiz, salvo qualquer legitima opposição dos interessados, idem.

Perturbação de posse — V. art. 491.º

Pesca — é permitida, sem distincção de pessoas, nas aguas publicas e communs, e sob que restricções, modo e tempo, art. 395.º e seguintes = é administrativamente regulada pelas camaras municipaes quanto ao modo e tempo, idem.

Pescaria — nas aguas publicas é regulada administrativamente quanto ao modo e tempo, e multas correccionaes, art. 398.º

Pessoas inhabeis — quaes são para dispor em testamento cerrado, art. 1923.º

Pessoas moraes — quaes são, art. 32.º e seguintes = quando não têm o direito de preferencia, art. 1679.º

Petição de herança — por que tempo prescreve este direito, art. 2017.º

Pintura — V. *Auctores*.

Plantações — em terreno alheio quando produzem o direito de accessão immobiliaria, art. 2306.º

Plantas — quando se adquirem as alheias e sob que responsabilidade, art. 2305.º V. *Aguas*.

Pleitos — com elles não póde a mulher estar em juizo, sem authorisação do marido, e sob que excepção e em que casos póde pedir supplemento ao juiz, art. 1193.º § unico, V. art. 1194.º e seguintes. V. *Questões*.

Pobreza — do doador em que caso motiva a revogação da doação, art. 1488.º § 3.º

Poços — póde abri-los o proprietario no seu predio, e em que termos e limitações, art. 2321.º e seguintes.

Poder materno — conserva-o a mãe no que disser respeito ás pessoas de seus filhos, aindaque passe a segundas nupcias, art. 162.º

Poder paternal — os filhos menores illegitimos, perfilhados, estão sujeitos ao poder paternal e com que excepção, art. 166.º = os menores não perfilhados não estão sujeitos ao poder paternal, e como serão tutelados, art. 167.º = quando se suspende e termina, art. 168.º = obrigações dos paes e seu poder na constancia do matrimonio, art. 137.º e seguintes = seu poder e obrigações, dissolvido o matrimonio, art. 155.º e seguintes = seu poder e obrigações em relação aos filhos illegitimos, art. 166.º e 167.º = sobre a suspensão e termo d'este poder, V. art. 168.º e seguintes = seus effeitos, dissolvido o matrimonio por morte de um dos conjuges, art. 155.º e seguintes = obrigações do conjuge sobrevivente, idem e artigos seguintes = quanto aos filhos legitimos, V. art. 101.º e seguintes = sobre a filiação legitima e sua prova, V. art. 114.º e seguintes = quanto aos filhos legitimados,

V. art. 119.º e seguintes = quanto aos filhos perflhados, V. art. 122.º e seguintes = quanto á paternidade illegitima, V. art. 130.º e seguintes = quanto aos filhos espurios, V. art. 134.º e seguintes = durante a constancia do matrimonio, V. art. 137.º e seguintes = quanto aos filhos illegitimos, V. art. 166.º e seguintes = sobre a suspensão do poder paternal, V. art. 168.º e seguintes = sobre alimentos, V. art. 171.º e seguintes = na falta ou impedimento dos paes é suprido pela tutela, e d'esta não pôde haver escusa senão nos casos expressos na lei, art. 183.º e 186.º = supprime a incapacidade do menor, art. 100.º

Pontes — são cousas publicas, art. 380.º n.º 1.º

Portuguez — V. *Cidadão portuguez*.

Posse — quaes as cousas que sômente podem ser objecto de posse, art. 479.º = quem a pôde adquirir, art. 480.º = por ella se adquirem as cousas e direitos, art. 505.º = por ella se extinguem obrigações, por não ser exigido o cumprimento d'estas, idem = no tempo para a aquisição e para a extinção, está a prescripção, idem = n'aquella está a prescripção positiva, n'esta a prescripção negativa, idem § unico = dos direitos adquiridos prova-se pelo exercicio ou posse d'estes, art. 2173.º = está sujeita a registo, art. 949.º n.º 5.º = todas as acções que se dirigem a haver a posse do dominio, estão sujeitas a registo, art. 949.º n.º 3.º = a judicial de bens immobiliarios, em que casos e sob pena de nullidade, se não pôde dar, art. 954.º = não pôde em juizo ser invocada para prova da propriedade se não for registada, art. 952.º = é o vendedor obrigado a assegurar a posse pacifica da propriedade vendida, art. 1581.º = tem o parceiro proprietario obrigação de assegurala, bem como o uso dos animaes sobre que contractou ou parceiro industrial, art. 1307.º = na dos bens fica o conjuge sobrevivente até se ultimarem as partilhas, e sobre que excepções, art. 1222.º = a mera posse só pôde ser registada á vista da sentença passada em julgado, com audiencia do ministerio publico e dos interessados incertos por editos, constando da sentença a posse pacifica publica e continuadamente por tempo de cinco annos, art. 524.º = o que é, quaes os seus effeitos e quaes os direitos que se adquirem por mera posse, art. 474.º e seguintes = como se adquire, art. 481.º V. art. 483.º = como se perde, art. 482.º = V. art. 482.º n.º 4.º = como se mantem e em que termos, art. 484.º e seguintes = é havido como nunca perturbado nem d'ella esbulhado, o que foi restituído e mantido judicialmente, art. 491.º = effeitos e formas d'esta restitução, art. 492.º e seguintes. V. *Possuidor*. — passa por virtude da lei como os mesmos effeitos da posse efectiva, aos herdeiros e successores do possuidor finado, art. 483.º V. art. 484.º e seguintes. V. *Possuidor*. — é melhor a que se abona com titulo legitimo, art. 488.º § unico = na falta de titulo, ou na presenca de titulos iguaes é melhor a posse mais antiga = sendo iguaes as posses prefere a actual; se ambas forem duvidosas é a cousa posta em deposito, enquanto se não decidir a quem pertença, art. 488.º § unico = se tiver durado por mais de um anno, é n'ella mantido o possuidor, enquanto não for convencido na questão de propriedade = as acções de manutenção e a de restitução de posse, por quem podem ser intentadas, e em que termos, art. 504.º = quando prescrevem, idem § unico = para effeito de prescripção, o que deve conter, art. 517.º § unico = qual a que se chama titulada, art. 518.º = a posse fixa, é a que se adquire sem violencia, art. 521.º = a continua qual é, art. 522.º = a publica qual é, art. 523.º = a mera posse em que termos pôde ser registada, art. 524.º e 525.º = da herança não a pôde tomar o estado sem sentença que a decreta, art. 2044.º = com o dominio da herança, passa para os herdeiros

instituidos ou legitimos, desde o momento da morte do auctor da herança, art. 2011.º = sem dependencia d'esta ou da tradição, a transferencia da propriedade alienada por contracto, se opera por mero effeito do contracto, art. 715.º V. art. 717.º

Posse da herança — se o herdeiro beneficiario não estiver na posse d'ella, o juiz provará sendo requerido sobre a guarda e administração da mesma, art. 2052.º § unico = em ella é mantido o herdeiro beneficiado, art. 2053.º = pertence ao herdeiro beneficiado, art. 2044.º = e é este mantido n'ella, art. 2052.º e § unico.

Posse de estado — como provada, e quando prova a filiação legitima, art. 114.º = em que consiste esta posse, art. 115.º V. art. 116.º V. art. 130.º

Possessor — este nome é o que se dá ao comproprietario, a quem o predio está encabeçado, art. 2190.º §§ 1.º e 2.º = só este é o competente para administrar e arrendar, art. 2191.º = tem preferencia quando os respectivos predios se quizerem vender, art. 2195.º e §§. V. art. 2196.º e seguintes.

Possuidor — o de boa fé quando pôde levantar as bemeitorias e quaes, art. 500.º e seguintes = o possuidor de má fé perde aquellas bemeitorias, art. 502.º = quando pôde implorar a intervenção da justiça, e para que fim, art. 485.º = sendo perturbado ou esbulhado, como pôde manter-se e restituír-se, art. 486.º = qual o seu direito sendo esbulhado violentamente, art. 487.º e 488.º = em caso de duvida, presume-se que possui em seu proprio nome, e que a posse continua, em nome de quem a começou, art. 481.º §§ 1.º e 2.º = como perde a posse, art. 482.º = tem direito a ser mantido ou restituído á sua posse contra qualquer turbação ou esbulho, art. 484.º

Possuidor de boa fé — direitos e protecção legitima ao possuidor de boa fé, art. 494.º e seguintes, V. art. 498.º, 499.º, 500.º e 501.º

Possuidor de má fé — responde por perdas e damnos, e com que excepção, art. 496.º = é obrigado a restituír os fructos, art. 497.º V. art. 498.º, 499.º e 502.º

Postura municipal — deve prova-la quem a tiver allegado, art. 2406.º

Praso — findo o do mandato, este acaba, art. 1363.º n.º 5.º = do arrendamento de predios rusticos, quando não for declarado no contracto, qual o direito respectivo, art. 1628.º e 1629.º V. *Prazos*.

Prazos — são hereditarios, e não podem dividir-se, em que termos e com que excepção, art. 1662.º = no caso de verificar-se esta excepção e divisão cada gleba fica constituindo um prazo diverso, idem, § 4.º V. § 5.º e seguintes = quando se devolvem ao senhorio, art. 1663.º e 1689.º V. *Emprazamentos* = de livre nomeação, são exceptuados da communhão de bens, enquanto não tomarem a natureza de fatusins hereditarios, art. 1109.º n.º 1.º

Prazos fatusins — todos se declararam hereditarios, puros o como transmitidos, art. 1696.º = os de livre nomeação ficam de natureza fatusins hereditarios puros em poder dos emphyteutas ao tempo da promulgação do codigo, art. 1697.º = quanto aos prazos que se acharem nomeados, quando terão a natureza de fatusins, art. 1698.º e seguintes.

Preço — quando se deve declarar em partilhas, e sob que preço se pôde arrematar, art. 2132.º e seguintes = o da arrematação em partilhas quando entra na massa partivel, art. 2137.º = o das retribuições no serviço salariado como se presume, art. 1393.º § unico = se consistir parte em dinhelro e parte em outra cousa, o maior em di-

nheiro constitue o contracto de venda, sendo maior o da cousa temos um contracto de troca ou escambo, art. 1545.º V. § unico, idem.

Preço da arrematação — é depositado no mesmo acto, ou se presta caução ao prompto pagamento, art. 2137.º e § unico = qual, e em que caso, por elle, e não pelo da arrematação, se regulará a partilha, art. 2133.º

Preço da venda — quando o pôde pedir o vendedor, art. 1573.º

Preço determinado — nas obras de empreitada não pôde exigir-se maior, ainque augmente o preço dos materiaes e salarios, art. 1401.º

Predio commum — não pôde ser hypothecado sem consentimento de todos, salvo sendo divisivel, art. 913.º

Predios — quando se julgam livres pela expurgação da hypotheca, art. 946.º V. art. 947.º e 948.º = as servidões activas ou passivas são d'elles inseparaveis, art. 2269.º V. art. 2270.º e seguintes = rusticos e urbanos, por quem e como são avaliados, art. 2001.º = em todo o caso se deve declarar a base tomada para a avaliação, idem = predios rusticos, V. *Dividas*. = predios urbanos, V. *Dividas*.

Preferencia — quando perde o credor o direito de preferencia, art. 663.º = qual a do possessor, e como, art. 2195.º e §§ = tem o senhor directo na venda do dominio util, e o senhor util na venda do dominio directo, art. 1677.º e 1678.º V. art. 1680.º, 1681.º e seguintes = não é admittida nas expropriações voluntarias por utilidade publica, art. 1678.º § 3.º V. art. 1679.º = a quem pertence na venda do predio subemphyteutico, art. 1703.º e seguintes = téem os credores da sociedade contra o credor do socio, art. 1274.º e § unico = e n'este caso quaes os direitos do credor do socio, idem = constitue o penhor sobre todos os mais credores do devedor, art. 860.º n.º 1.º V. *Dividas*. = quando a tem o credor sobre o subrogado, art. 782.º V. § unico, idem, V. *Dividas*.

Preferencias — téem logar com os competentes protestos no caso de execução de algumas dividas ou legados da herança, durante a formação do respectivo inventario, art. 2057.º V. art. 2058.º e seguintes = em estas, o privilegio da direito de preferencia independente do registro, e a hypotheca é causa de preferencia sendo registada, art. 1006.º V. *Creditos*, V. *Hypothecas*.

Prejuizo — é por elle, e em que termos responsavel, o que falta ao cumprimento do contracto, art. 705.º = a indemnisação em que pôde consistir, art. 706.º e seguintes = o mantido ou restituído na posse, é d'elle indemnizado, e em que termos, art. 492.º e seguintes = sua graduação proveniente de factos criminosos, art. 255.º e seguintes = quando respondem por elle o juiz e curador dos orphãos, art. 190.º e seguintes = a obrigação de reparar os prejuizos resultantes de delictos correccionaes, ou de... = quaesquer multas judiciais, prescreve, e em que tempo, art. 111.º § 3.º = responde por elles o credor do penhor, art. 861.º n.º 1.º = não responde por elle, quem usa de um direito que a lei lhe concede, art. 13.º V. art. 14.º e 15.º = para com a sociedade, é responsavel o socio pelo que causou por culpa ou negligencia, art. 1258.º = havendo-o para o constituinte, no caso de renuncia do mandatario, é este obrigado a continuar a gerencia, e até que tempo, art. 1368.º = qual os que pôde haver o mandatario, e quando, art. 1344.º = quando por elle é responsavel o mutuante, art. 1511.º = quando por elle responde o commodante, art. 1521.º n.º 2.º = é obrigado a indemnisa-lo quem o promove, art. 2361.º = quando por elle respondem os estalajadeiros, art. 2381.º

V. Responsabilidade. = quando se paga por servidão obrigatoria, art. 2344.º = quando responde por elle o arrendatario, art. 1068.º n.º 2.º e n.º 5.º = quando responde por elle o senhorio, art. 1606.º n.º 5.º = quando por elle é responsavel o cabeça de casa, art. 2080.º e 2081.º

Prejuizo de terceiro — quando se dá, tem logar a rescisão, e em que termos, art. 1030.º e seguintes.

Premio de seguro — V. *Dividas*.

Prescripção — extingue o usufructo, art. 2241.º n.º 4.º = da acção de evicção entre herdeiros, quando tem logar, art. 2162.º = como é applicavel nos prazos, art. 1686.º = quando corre nas servidões descontinuas e nas continuas, art. 2280.º, § unico = quando é impedida, art. 2281.º = não existe por ser imprescriptivel o direito de exigir demarcação, art. 2345.º = por ella, unica excepção, se não podem adquirir as servidões e quaes, art. 2273.º = não existe nos immoveis dotaes, art. 551.º e art. 1531.º = existe nos moveis dotaes, mas responde por estes o marido, art. idem = na acção de soldadas, V. art. 1387.º § unico = é de um anno a da acção de revogação de doação por ingratidão, e como contado, art. 1490.º = da acção em doação inofficiosa, quando tem logar, art. 1503.º = quando existe na acção de perdas e damnos na cousa emprestada, art. 1522.º = da acção de rescisão quando tem logar, art. 1045.º = não existe para os filhos legitimos vindicarem o estado que lhes pertence, art. 141.º = da acção de filiação, art. 109.º = V. art. 112.º § unico = quando tem logar na acção de nullidade de testamento, art. 1967.º = por ella se extingue o privilegio, art. 1026.º n.º 3.º = quando for fundamento para o cancelamento, quando pôde verificar-se, art. 994.º = de cousas immoveis, e dos direitos immobiliarios, V. art. 517.º e seguintes = a posse por effeito de prescripção não tem excepção que não seja expressa na lei, art. 517.º § unico = quando a ha nos immoveis, e nos direitos immobiliarios, art. 520.º V. art. 527.º e seguintes = sobre os direitos que por sua natureza se exercem, idem, V. art. 531.º = a de petição de herança, quando tem logar, art. 2047.º = o que pôde ser objecto d'ella, e a quem aproveita, art. 506.º e 507.º V. art. 508.º e 509.º = por ella não pôde adquirir a que possue em nome de outro e com que excepção, art. 510.º e § unico = quando aproveita a todos os commodatarios, art. 511.º V. art. 512.º = a que se adquire por um com-devedor solidario, aproveita aos outros, e com que excepção, art. 513.º = sempre aproveita aos fiadores a que adquiriu o devedor principal, art. 513.º § unico = como meio de defeza, só pôde ser allegada por via de excepção, art. 514.º = não sendo invocada pelas partes não pôde ser supprida pelo juiz ex-officio, art. 515.º V. *Posse*. = das acções de manutenção e de restituição, art. 504.º § unico = a interrupção d'esta contra o devedor principal, produz igual effeito contra o seu fiador, art. 537.º = a sua interrupção aproveita a todos os credores, art. 539.º V. art. 564.º e seguintes = de cousas moveis quando tem logar, art. 532.º e seguintes = não pôde have-la na novação, art. 803.º

Prescripção negativa — o que é, quando tem logar, e desde quando se conta, art. 535.º e 536.º = não téem prescripção as obrigações que correspondem a direitos inalienaveis, ou que não estão sujeitos a limitação do tempo, art. 537.º = diferentes prescripções, tempo, e disposições respectivas, art. 538.º e seguintes, V. art. 544.º, 545.º, 546.º e 517.º V. *Prescripções*.

Prescripção positiva — é a aquisição de cousas e direitos pela posse = *Prescripção negativa*, se diz desoneração de obrigações pela

não exigencia do seu cumprimento, art. 505.º § unico V. art. 506.º e seguintes.

Prescripções — aquelle a quem forem oppostas as prescripções referidas no art. 535.º e seguintes, pôde requerer que a pessoa que a oppõe, declare sob juramento, se a divida foi ou não paga, e n'este caso se julgue conforme o juramento com que este possa ser referido, art. 542.º = quando não correm, e se interrompem, art. 548.º e seguintes = quando se interrompem, art. 552.º e seguintes = como se deve contar o tempo para o effeito da prescripção, art. 560.º e seguintes = as que tiverem começado a correr antes da promulgação do codigo, são reguladas pelas leis anteriores, com as modificações prescriptas no art. 561.º e seguintes.

Prestação de cousas — por effeito de contracto, em que consiste, seus effeitos, e como deve ser feita, art. 714.º e seguintes. V. *Pagamentos*.

Prestação periodica — sendo legada, desde quando se deve, art. 1848.º e § unico.

Prestações — a falta de pagamento de uma, dá direito ao crédor de exigir todas as outras, art. 743.º = não sendo o tempo d'ellas determinado, serão satisfeitas quando o crédor as exigir, e sob que excepção, art. 743.º e § unico. V. art. 744.º e seguintes, art. 747.º e seguintes = as incertas dos fóros, quando podem ser reduzidas a prestações certas, art. 1692.º

Presumpção — a da legitimidade dos filhos, quando pôde ser illudida, art. 101.º e 404.º = o que é, art. 4546.º = quem tiver a legal, escusa provar o facto que n'ella se funda, art. 2517.º = sendo estabelecida por lei, pôde todavia ser illudida pela prova em contrario, menos quando a lei o prohibir, art. 2518.º = a prudencia do julgador, é invocada pela lei, quando por esta, a presumpção não é estabelecida, art. 2519.º = existe a legal nocivel em presença do caso julgado executorio no crime, art. 2520.º = é um dos meios de prova, art. 2407.º n.º 7.º

Prioridade — do registo e inscripções, como se conta e determina, art. 956.º §§ 1.º e 2.º

Prisão — V. *Menor*.

Privilegio — dá direito de preferencia, independentemente de registo, art. 1006.º = o que é, e suas diversas especies, art. 878.º = quaes os creditos que gosam do privilegio mobiliario especial nos fructos dos predios rusticos constituindo uma classe, art. 880.º = quaes os creditos que gosam de privilegio especial mobiliario, nas vendas dos predios urbanos respectivos, constituindo uma classe, art. 881.º = quaes os creditos que gosam de privilegio especial mobiliario constituindo uma classe, art. 882.º = quaes os creditos que gosam tambem de privilegio mobiliario, constituindo uma classe, art. 883.º = quaes os creditos que gosam de privilegio geral sobre os moveis, art. 884.º e seguintes. V. *Dividas*.

Privilegio creditorio — V. *Preferencias*, o que é e quaes as duas especies em que se divide, e com que subdivisões, art. 878.º e 879.º V. 880.º e seguintes. V. *Privilegios*.

Privilegios — como se extinguem, art. 1026.º — V. *Concurso*.

Privilegios creditorios — art. 878.º e seguintes.

Privilegios dos inventores — art. 613.º e seguintes. V. art. 615.º, 632.º e seguintes.

Procreação — logoque o individuo é procreado, fica debaixo da protecção da lei, e para os effeitos declarados no codigo, art. 6.º

Procuração — como acaba, art. 1363.º = como se revoga,

art. 1364.º e 1365.º = por ella, e em que termos, se pôde fazer o termo de deposito do testamento, art. 1928.º § unico = pôde dar-se para consentimento para casamento, e em que termos, art. 1068.º = o que é, por quem pôde ser feita, e de que forma se deve fazer, art. 1318.º e seguintes = só por esta se pôde constituir o mandato judicial, art. 1355.º = pôde conferir-se com os mesmos poderes a diferentes pessoas simultaneamente, art. 1356.º = quando recusada pôde o juiz nomear procurador, e sob que pena, art. 1357.º V. *Procurador*.

Procuração geral — só pôde auctorisar actos de mera administração, art. 1325.º = a publica, qual é, e quando é necessaria, art. 1320.º e 1322.º V. art. 1327.º

Procurações — quando por ellas for celebrado o acto, e n'este não se declarar a existencia das procurações, o acto é nullo, art. 2495.º n.º 7.º V. § unico, idem.

Procurador — quaes as pessoas que o não podem ser, art. 1354.º = quando é nullo o contracto que fizer com a parte, art. 1358.º = como é punido realisando esse contracto, idem § unico = não pôde procurar contra a parte de quem aceitou o mandato, aindaque deixe a anterior procuração, e com que pena, art. 1360.º e § unico = em que casos é para sempre prohibido de procurar, art. 1361.º = não pôde abandonar a procuradoria sem aviso ao constituinte, e sob que pena, art. 1362.º V. *Mandatario*, V. *Procuradores*.

Procuradores — quando não podem comprar, art. 1362.º n.º 4.º

Procuradoria — V. *Mandato*, V. *Procuração*.

Produção — V. *Trabalhos*.

Productos naturaes — communs ou não apropriados. V. *Ocupação*.

Professores — a sua retribuição, quando prescreve, art. 539.º n.º 1.º V. art. 541.º § 1.º

Profissão — os que por este motivo ou estado são obrigados a segredo em negocios relativos ao mesmo estado, não podem ser testemunhas, art. 2511.º n.º 5.º

Profissões litterarias — quanto aos serviços prestados, V. art. 1409.º

Projecto do codigo civil — foi approvado, e faz parte da carta de lei de 1 de julho de 1867, art. 1.º

Promessa — da compra e venda, que effeitos produz, art. 1548.º

Promulgação — V. *Publicação*.

Proporção — deve have-la, e qual, na prestação de alimentos, art. 178.º V. art. 181.º

Propriedade — existe e se rege pelas leis relativas á propriedade em geral, salvo excepção expressa em contrario, o producto ou valor do trabalho, e industria licita, art. 569.º = a dos filhos, em que termos pertence aos paes enquanto estão na companhia d'estes, art. 144.º = adquire-se pela occupação, e em que termos, art. 383.º e seguintes = a assegura-la ao comprador com a posse pacifica, é obrigado o vendedor, art. 1584.º = sómente a propria se pôde vender, e com que responsabilidades em acto contrario, art. 1555.º § unico = suas restricções em defeza da propriedade alheia, art. 2317.º e seguintes = tudo quanto por effeito da natureza ou casualmente lhe acrescer, pertence ao dono do predio, art. 2290.º V. art. 2291.º = a que pelo titulo da sua constituição não pôde ser revogada, senão a consentimento do proprietario, é absoluta, salvo no caso de expropriação em publica utilidade, art. 2171.º e 2172.º = os effeitos da sua resolução se declararam nos titulos da sua constituição, art. 2174.º = a dos direitos adquiridos como se manifesta, art. 2173.º = quanto a propriedade sin-

gular e propriedade commum e seus devidos effeitos, V. art. 2175.º e seguintes = a propriedade perfeita consiste na fruição de todos os direitos, art. 2187.º = a imperfeita consiste na fruição de parte dos direitos, V. art. 2188.º e 2189.º = é conferida ao herdeiro nos bens que lhe couberam em partilha, art. 2158.º = sobre a sua alienação e transferência por contracto, V. art. 714.º e seguintes = tem o exposito ou abandonado, de tudo o que adquirir durante a sua menoridade, art. 290.º = este direito se presume pela posse, art. 477.º = a immobiliaria de portuguezes situada no reino, quanto aos actos que devem produzir n'elle os seus effeitos, V. art. 24.º V. *Direito de propriedade*, V. *Predios*, V. *Direito de apropriação*.

Propriedade dos inventos — seus effeitos e direitos do inventor, art. 613.º e seguintes = os que são relativos a indústrias ou objectos illicitos, não são susceptíveis de autenticação, art. 615.º = esta propriedade conta-se da data da concessão do privilegio, art. 616.º = é limitada e só por lei concedida, art. 617.º e 618.º = sobre as addições aos primeiros inventos, V. art. 619.º e seguintes = como se auctorisa e assegura esta propriedade, art. 623.º = como se transmite esta propriedade e como se publica, art. 626.º e seguintes = sobre a nullidade e perda do privilegio e competentes acções, V. art. 632.º e seguintes = responsabilidades dos contrafactores dos inventos, art. 636.º e seguintes.

Propriedade litteraria — como é considerada e regida, art. 590.º = é imprescriptivel, art. 592.º = não é reconhecida a propriedade dos escriptos prohibidos por lei, o que por sentença se mandaram retirar da circulação, art. 593.º V. art. 594.º e seguintes, V. art. 602.º e seguintes, V. art. 607.º e seguintes, art. 603.º, 604.º e 606.º.

Proprietario — V. *Compropriedade*, V. *Propriedade*. = quando é obrigado a pagar as despesas da cultura ao usufructuario, art. 2203.º § 1.º = qual o seu direito não prestando caução o usufructuario, art. 2222.º V. art. 2232.º e seguintes = seus direitos no caso do usufructo pesar sobre a sua propriedade, art. 2245.º e seguintes = em que caso pôde exigir a entrega da cousa sujeita ao usufructo, art. 2249.º = pôde ser privado da sua propriedade por obrigações contrahidas para com outrem ou por expropriação por utilidade publica, art. 2360.º § unico = quando responde pela perda que tiver o usufructuario, art. 2234.º § unico = quando responde pela contribuição da propriedade em usufructo, art. 2231.º e seus §§ = quaes os direitos de sua exclusão e defeza, art. 2331.º, 2354.º e 2355.º = sobre seus direitos de demarcação, V. art. 2340.º e seguintes = sobre seus direitos de tapagem, V. art. 2346.º e seguintes = sobre seus direitos de restituição e indemnisação, V. art. 2331.º = sobre seus direitos de alienação, V. 2357.º e seguintes.

Proprietario singular — exclusivamente exerce seus direitos, art. 2175.º e 2176.º = o proprietario em commum, como exerce os seus, art. 2175.º e 2176.º.

Protesto judicial — interrompe a prescrição, e em que termos, art. 552.º n.º 4.º

Protestos — V. *Preferencia*.

Protutor — além de outras, quaes as suas attribuições, art. 258.º = pôde assistir e tomar parte nas deliberações do conselho de familia, mas não pôde votar, art. 259.º = pôde exigir do tutor uma nota do estado da administração dos bens do menor, art. 260.º = não pôde aceitar procuração do tutor, em objecto da gerencia d'este, art. 261.º = quaes as mais disposições que lhe são applicaveis, art. 262.º = em todos os casos da tutela haverá um protutor, e por quem nomeado

art. 205.º = não pôde ser nomeado na mesma linha que tenha o tutor, salvo sendo irmão germano, art. 206.º = quando pôde ser nomeado de entre os estranhos, art. 206.º § unico = pôde recorrer, do que e para onde, art. 226.º = sua escusa, e quando não tem logar a mesma, art. 229.º V. art. 230.º = assiste ao arrendamento dos bens dos menores quando se faz por mais de tres annos, art. 265.º V. art. 266.º = é necessario para a tutela dos filhos legitimos e illegitimos, art. 187.º = é nomeado em conselho de familia, art. 224.º n.º 4.º V. *Protutores*.

Protutores — pessoas que o não podem ser, art. 234.º = quando podem ser removidos, art. 236.º e seguintes = sendo removidos não podem ser vogaes do conselho de familia, art. 242.º = dão ao curador todos os esclarecimentos que se lhe exijam a bem dos menores, art. 221.º

Prova — quanto á do contracto de usura, V. art. 1643.º = dos empenzamentos anteriores á promulgação do código, V. art. 1690.º = o que é, e a quem incumbem fazer-la, art. 2405.º = quando se invocar algum estatuto, postura municipal ou lei estrangeira, cuja existencia seja contestada, é obrigado á prova aquella que allegar o estatuto, postura ou lei, art. 2406.º = sobre os meios de prova admittidos, V. art. 2407.º = a da posse da propriedade, é improcedente em juizo, emquanto a posse se não mostrar registada, art. 952.º V. § unico, idem = como se faz a do mandato, art. 1331.º = como se faz a do escripto, art. 1325.º V. art. 1329.º = como se pôde fazer no contracto de deposito, art. 1434.º e §§ 1.º e 2.º = a do mutuo como se faz, art. 1534.º = como se faz a do casamento, art. 2441.º e seguintes = como se faz a do nascimento e a do obito, idem = quando se faz com os documentos anteriores ao século XVI, art. 2497.º e § unico = a escripta ou testemunhal, pôde oppor-se á vindicação do estado, art. 148.º = da filiação legitima como se faz, art. 144.º e seguintes = a do casamento civil como cumpre fazer-se, art. 1083.º e 1084.º = como se deve dar na fiança e na exoneração d'ella, art. 826.º = por vistoria ou exame, a que é applicavel, e como será avaliada pelo julgador, art. 2418.º e 2419.º = qual a que resulta dos documentos, art. 2420.º e seguintes, V. art. 2430.º, 2432.º e seguintes = fazem os traslados e certidões extrahidas dos documentos authenticos originaes, art. 2498.º e 2499.º = a do caso julgado só pôde ser invocada, e sob que condições, art. 2503.º = não existe no escripto particular contra o proprio que o escreveu e assignou, estando este sempre na posse do escripto, art. 2437.º = existe a favor do devedor, a nota escripta pelo credor á margem, ou nas costas de qualquer escriptura ou obrigação, ainda que não seja datada nem pelo credor assignada, art. 2438.º = quando não existe a favor do auctor nos assentos, registros ou quaesquer outros escriptos domesticos, e quando e pelo contrario fazem prova contra ella, art. 2439.º V. art. 2440.º = como será avaliada, art. 2514.º = quando prevalece a produzida pelo réu, art. 2515.º = existe quando existir a presumpção legal, art. 2517.º e seguintes.

Prova de servidão — resulta dos respectivos predios, e quando, art. 2274.º = a que nasce do contracto ou testamento em que houver falta de declaração, como será resolvida, art. 2275.º e seguintes.

Prova testemunhal — é admittida em todos os casos em que não seja expressamente defeza, art. 2506.º = em que casos especies é admittivel, art. 2507.º e 2508.º = quaes as pessoas habéis para serem testemunhas, e quaes as que o não podem ser, art. 2509.º e seguintes, V. *Provas*.

Provas — sobre as que houver na separação entre marido e mu-

Her. conhece e resolve o conselho de família, e sobre que pontos, art. 1207. — a da sociedade, quando se faz por factos, art. 1244.

Provincias ultramarinas — auctorisação ao governo a tornar extensivo a estas provincias o codigo civil, C. L. do 1.º julho 1867, art. 9.º

Publicação — quem a fizer de qualquer manuscrito, sem permissão do auctor ou de seus herdeiros, é responsável por perdas e danos, art. 610.º = se faz, e em que termos, das sentenças de interdição, art. 319.º = a do código civil portuguez e as suas disposições principiam a ter vigor seis mezes depois da publicação da carta de lei de 1 de julho de 1867, art. 1.º e 2.º

Publicação dos inventos — V. art. 629.º e seguintes.

Publicações litterarias — é lícito ao auctor publica-las pela imprensa, independente de censura prévia, de coacção ou de restrição alguma, art. 570.º = é permitido a todos publicar as leis e regulamentos, e quaesquer outros actos publicos officiaes, conformando-se pontualmente com a edição authentica, se esses actos já tiverem sido publicados pelo governo, art. 571.º V. art. 580.º = quaes as publicações que não podem ser reproduzidas por outrem, art. 572.º e seguintes = o auctor de escriptos publicados, goza da propriedade durante a sua vida, e do direito exclusivo de produzir e negociar a sua obra, art. 576.º V. §§ 1.º e 2.º, idem = este direito se transmite para seus herdeiros, e em que termos, art. 577.º = differentes ontras providencias, art. 578.º e seguintes = responsabilidades dos contrafactores ou usurpadores da propriedade litteraria e artistica, art. 607.º e seguintes, V. art. 603.º, 604.º e 605.º



Questões — as de servidão, serão resolvidas summariamente na forma prescripta no codigo do processo, art. 2278.º § unico = quando sobre direitos e obrigações, não poderem ser resolvidas, nem pelo texto da lei, nem pelo seu espirito, nem pelos casos analogos prevenidos em ontras leis, são decididas pelo direito natural, conforme as circumstancias do caso, art. 16.º

Quinhão — é propriedade imperfeita, art. 2189.º n.º 3.º V. art. 2190.º = repnta-se onus real, e é sujeito a registro, art. 949.º § 2.º n.º 4.º V. *Quota parte*.

Quinhoeiros — para todos estes podem ser iguaes as quotas de rendas, ou maiores para uns ou para outros, conforme o direito que tiverem ao predio indiviso, art. 2190.º § 2.º = quando têm direito a pedir o arrendamento do predio, art. 2194.º = sobre o augmento de rendas proveniente de bemfeitorias, quando reverterem em proveito do possessor, art. 2192.º = e quando reverterem em favor dos quinhoeiros, art. 2192.º e seguintes = podem onerar o seu quinhão, art. 2194.º; mas não pôde ser onerado o predio indiviso sem consentimento de todos os quinhoeiros, art. 2195.º = têm o direito de alhear a sua parte, art. 2195.º V. § 1.º e seguintes = é o nome que se dá aos comproprietarios do predio encabeçado a outros, art. 2190.º §§ 1.º e 2.º

Quinhões — não se podem instituir de futuro, art. 2196.º V. *Dote*, V. *Dividas*.

Quitação — quando o credor se nega a da-la tem logar o pagamento com deposito, e em que termos e em que casos, art. 759.º e seguintes.

Quota parte — quando significa quinhão, art. 2190.º



Recebimento — quando se recusa, dá direito ao devedor para depositar, e em que termos, art. 759.º e seguintes.

Recebimentos — em que casos não pôde o credor ser compellido a verifica-los, art. 747.º e § unico.

Reconhecido — é apresentado ao official do registro civil para se fazer o respectivo assento, art. 2459.º V. § unico, idem = quaes, e por quem se fazem as declarações respectivas, art. 2460.º e § unico = quanto á declaração da existencia dos expostos, como e por quem se fará, art. 2461.º = sobre competencia do registro, e solemnidades com que se deve fazer, V. art. 2463.º, 2464.º e 2465.º = apresentado o cadaver de algum reconhecido, como se procede, art. 2466.º

Recibos — são precisos para legitimação das contas do tutor, art. 249.º

Reclamação — de aceitação de herança, não se pôde fazer, e com que excepção, art. 2036.º

Reclamações — quando se podem fazer em partilhas, art. 2144.º

Reconhecimento — quando faltar o da assignatura dos titulos particulares apresentados a registro, motiva a recusa do registro, e como deve proceder o conservador, art. 981.º e §§ = quando o da identidade dos outorgantes, se não reconhece no acto, é este nullo, art. 2195.º n.º 6.º V. § unico, idem.

Reconhecimento authentico — se diz o feito por tabellião na presença das partes, e de duas testemunhas, art. 2436.º § unico = é havido como datado no dia do reconhecimento, idem n.º 1.º

Reconhecimento de filhos — V. art. 119.º e seguintes = se o pae ou mãe fizerem em separado o reconhecimento do filho, não podem ali revelar o nome da pessoa de quem houveram o filho, art. 121.º V. art. 125.º = sem consentimento do filho maior, não pôde ser perilhado, art. 126.º = o reconhecimento do menor pôde por este ser impugnado e em que tempo, art. 127.º = o reconhecimento e a impugnação podem ser contestados, art. 128.º = quaes os direitos que adquirem os perilhados, art. 129.º = o de filho, é necessario para este succeder a seu pae, art. 1989.º e 1990.º V. art. 2488.º

Reconhecimento do testador — deve o tabellião declara-lo no acto de approvação do testamento cerrado, escripto e apresentado pelo testador, art. 1912.º n.º 5.º V. *Assignatura*.

Reconhecimento dos filhos illegitimos — feito por escriptura publica, testamento ou qualquer outro acto solemne, será notado á margem dos respectivos assentos, precedendo despacho do juiz que assim o determine, art. 2181.º V. § 3.º idem.

Recovagem — em que consiste este contracto, como é regulado em seus respectivos direitos e obrigações, entre recoveiros, barqueiros e alquiladores, art. 1440.º e seguintes. V. *Dividas*.

Recoveiro — seu direito a haver o preço convencionado, art. 1443.º e 1444.º

Recoveiros — quando são havidos como depositarios para todos os officios, art. 1442.º = quando respondem por perdas e danos, art. 1445.º

Recurso — sobre a rescisão dos contractos, V. art. 699.º e § unico = não se admite, da concessão, ou denegação da licença do menor para casar, art. 1062.º = não o ha, e com que excepção, das decisões do conselho de família sobre separação de pessoa e bens entre marido e mulher, art. 1208.º e 1209.º

Recurso de revista—não suspende a execução da sentença da interdição, art. 317.º n.º 9.º

Recursos—competem do juiz para a relação dos districtos, nos processos de tutela dos filhos espúrios, art. 282.º — das decisões do conselho de família, por quem, e para onde se recorre, art. 226.º e §§ — das deliberações do conselho de família, quando não suspendem os seus efeitos, V. art. 918.º e seguintes, art. 923.º

Redução — a das doações inofficiosas como se fará, art. 1493.º e seguintes.

Regedor de parochia — em que caso procede à publicação e abertura do testamento cerrado, art. 1933.º § unico. V. 1934.º e seguintes.

Registro — sobre o que se acha sujeito a registro, V. art. 940.º — aonde se deve fazer, art. 950.º — a falta de registro dos títulos e direitos a elle sujeitos, e com que excepções, em que casos não impede que sejam invocados em juizo entre as proprias partes ou seus herdeiros, art. 951.º V. § unico idem art. 955.º — o da posse, é preciso para prova da propriedade e que effects produz, art. 952.º — sem registro, e sob pena de nulidade, não pôde dar-se a entrega e posse dos bens immobiliarios, art. 954.º — a inscripção no registro do titulo translativo da posse envolve a transmissão da posse, art. 953.º — sem registro são nulos os actos de que resulta modificação ou transmissão da propriedade, art. 955.º — sobre a prioridade das inscripções respectivas, V. art. 956.º — para se levar a effecto, que livros deve haver em cada conservatoria alem do diario, e qual o destino d'aquelles livros, art. 957.º — como será lavrado o registro, art. 958.º e seguintes. V. *Domínio*, V. *Registro provisório*. — o da mera posse só pôde verificar-se nos termos prescriptos no artigo 524.º V. art. 525.º, 528.º e seguintes — é preciso e quando da venda de bens immobiliarios, art. 1719.º — deve fazer-se de todas as transmissões de bens ou direitos immobiliarios e como regulado, art. 1722.º — tem obrigação de o fazer o senhorio directo do onercio emphyteutico e para que effects, art. 1670.º — como se fará dos titulos de credito predial, art. 933.º — como se fará o de tornas, art. 934.º — o dos legados é feito em relação aos bens respectivos, art. 935.º — quem pretender registrar algum dos factos sujeitos a registro, sem que elle exista juridicamente, é responsavel por perdas e damnos, art. 984.º — e se o fizer dolosamente incorre nas penas de falsidade, art. 984.º — quando feito em paiz estrangeiro, só pôde ser feito no reino se estiver devidamente legalizado, art. 977.º V. art. 980.º — quando é preciso nas doações, art. 1459.º § unico — sem este, o contracto de compra e venda nos bens immoveis, não produz effecto em relação a terceiro, art. 1591.º — sem elle, o privilegio da direito de preferencia, e só com elle a hypotheca é causa de preferencia, art. 1006.º — quando sem elle, e em que termos, a lei concede preferencia a certos credores o quaes, art. 877.º e seguintes. V. *Dividas*. — quando pôde ser feito em relação a todos os bens do devedor e qual o direito d'este em tal caso, art. 909.º — de creditos que têm privilegio que effects produz, art. 907.º § unico — em que casos são n'este responsaveis os conservadores, art. 986.º § unico — é um facto publico e se deve apresentar a quem o quizer ver, com as certidões que se pedirem, art. 933.º V. art. 986.º § unico — o respectivo titulo para registro, será em duplicado apresentado ao conservador e sobre que excepção, art. 983.º — sobre cancellamentos do registro provisório e definitivo, V. art. 938.º e seguintes — se faz da sentença da interdição no livro das tutelas e em que termos, art. 319.º — como se deve verificar o das tutelas, art. 300.º e seguintes — sem

elle não produz effecto o alvará de emancipação em relação a terceiro, art. 308.º § unico — do testamento e em que praso tem obrigação de o fazer o testamentario, art. 1899.º n.º 2.º — da hypotheca dos bens do tutor, V. art. 224.º n.º 9.º — de hypotheca de dote, V. art. 925.º e seguintes, V. art. 927.º — de hypotheca sobre alimentos, V. art. 932.º e § unico. — das hypothecas voluntarias, V. art. 936.º — quando será cancelado, art. 946.º — das doações, V. art. 1458.º e 1459.º § unico.

Registro civil — quaes os differentes registos que abrange, e como que numero de ordem, art. 2445.º e 2446.º — como será realizado e como se farão as declarações, emendas, rectificações e alterações posteriores, art. 2450.º, 2451.º e seguintes — não se admite ali a declaração de paternidade ou avoenga dos filhos illegitimos, salvo quando as pessoas respectivas fizerem pessoalmente, ou por seu bastante procurador, as declarações competentes, art. 2467.º V. art. 2468.º e 2469.º — todos os actos do estado civil feitos fora do domicilio das partes, como podem ser transcriptos no registro civil dos seus domicilios, art. 2454.º — podem e quando ser lavrados na residencia das partes interessadas, art. 2455.º — os dos estrangeiros residentes no reino podem ser lavrados no registro civil a seu requerimento, art. 2456.º — quanto á parte organica das repartições dos registos, obrigações respectivas e forma de registro, penas e transgressões, V. art. 2457.º e 2458.º — haverá um dos reconhecimentos e das legitimações, seus respectivos assentos e quaes, art. 2485.º e 2489.º — o que devem conter estes assentos, art. 2490.º

Registro de casamentos — é uma das obrigações constituídas no registro civil, e como se procede n'este caso, art. 2445.º n.º 2.º, V. art. 2475.º e seguintes.

Registro definitivo — quaes os titulos que a elle são admittidos, art. 978.º V. art. 980.º

Registro de dote — V. *Consentimento*, V. *Nulidade*, V. *Menores*, V. *Registos*, V. *Prova*.

Registro de obitos — é uma das obrigações constituídas no registro civil, e como se procede n'este caso, art. 2445.º, 2481.º e seguintes — V. *Assentos de obitos*.

Registro de reconhecimento — e legitimação de filhos, é uma das obrigações constituídas no registro civil, e como se procede n'este caso, art. 2445.º e seguintes, V. art. 2488.º e seguintes.

Registro hypothecario — sobre o respectivo cancellamento por parte do tutor, V. art. 925.º — em que termos se pôde fazer das hypothecas anteriores á promulgação do código civil, art. 1000.º e seguintes.

Registro provisório — haverá um, aonde laçado, em que objectos pôde recair, para que é obligatorio (sendo em todos os outros casos facultativo) art. 966.º e 968.º — como pôde ser feito em differentes casos, e quando se converte em definitivo, art. 970.º e 971.º — o dos dotes, hypothecas dotaes e alinetes, só pôde ser feito á vista dos traslados dos respectivos contractos e pelo averbamento da certidão do casamento se torna definitivo, art. 971.º — por que disposições se rege e como conserva a ordem de prioridade que teve como provisório, art. 972.º e 973.º — quando fica extincto, e caso em que pôde ser renovado, art. 974.º e 975.º — para que mais casos é permitido este registro, com que effects e sobre que forma, art. 976.º e 977.º

Registos — os das obras litterarias, dramaticas e artisticas, fazem presumir a propriedade da obra, e em que termos, art. 606.º, V. 603.º e seguintes. V. *Libros para registos*. — são lavrados por extracto

no livro competente, e em que termos, art. 958.º V. art. 959.º e seguintes — os seus efeitos existem enquanto não forem cancelados, art. 965.º

Registos de nascimento — por elles se prova a filiação legítima, art. 114.º = e na sua falta, como se suppre, idem, V. art. 117.º, V. art. 119.º e seguintes = é um dos encargos do registo civil, e como se procede n'este caso, art. 2445.º, 2459.º e seguintes, V. art. 2470.º e seguintes.

Regras — quaes as estabelecidas para supprir a falta de estipulação expressa na sociedade particular, art. 1271.º e 1271.º

Regueiras — V. *Vallados*.

Regulamentos — para a execução do código civil, serão feitos pelo governo. C. L. do 1.º julho 1867, art. 8.º

Reivindicação — dos bens dotaes alheados, passa este direito para os herdeiros da mulher, art. 150.º § 2.º — da coisa legada, art. 1847.º

Religiosas professoras — não podem testar, art. 1764.º n.º 4.º, V. art. 1773.º

Remissão — em que consiste, e como se pôde fazer a dos censos consignativos de preterito, art. 1650.º e seguintes.

Remissão de penhor — d'ella não resulta presumpção da remissão da dívida, art. 872.º

Renda — quando se não paga, dá direito ao senhorio para despedir o arrendatário, art. 1607.º n.º 1.º e 2.º = em caso algum tem logar a sua diminuição a não ser o estipulado no contracto, art. 1630.º, V. art. 1631.º V. *Censo consignativo*.

Rendas — quando prescrevem, art. 543.º § 1.º, V. art. 544.º — em que caso pertencem ao usufructuario, art. 2224.º, V. *Dívidas*, V. *Pensoes*.

Rendeiro — V. *Proprietario*.

Rendimento — o dos predios rusticos e urbanos, é a base (bem como as circumstancias da respectiva localidade, seus encargos e despesas) para se avaliarem, declarando-se em todo o caso a base que se tomou para a avaliação, art. 2094.º

Rendimentos — este contracto de consignação de rendimentos, quando e como se dá, art. 873.º, V. art. 874.º, art. 876.º e seguintes = dos bens dos socios, abrangem a sociedade familiar, art. 1251.º = sobre o contracto de consignação de vencimentos, V. art. 873.º e seguintes = communicam-se os dos bens incommunicaveis, art. 1409.º § unico = os de bens dotaes, como se dividem entre os respectivos herdeiros, art. 1462.º = quando são devidos os dos bens dotaes, art. 1444.º = os do interdicto, e os seus bens, se for necessario, serão com preferencia applicados ao melhoramento do seu estado, art. 332.º = com todos os bens se devem entregar aos filhos depois da sua maior idade, ou emancipação, art. 154.º = direito do legatario a estes, e quando, art. 1840.º

Renovação — quando se entende existir nos arrendamentos de predios urbanos, art. 1626.º

Renuncia — a do dono do predio dominante acaba a servidão, art. 2271.º n.º 3.º = do direito de registrar, ou de qualquer outro que provenha do registo, é nulla, art. 928.º = a do usufructuario extingue o usufructo, art. 2241.º n.º 5.º = mas esta pôde ser rescindida pelos credores do usufructuario, sendo feita em prejuizo dos seus direitos, art. 2242.º = não a pôde fazer o doador do seu direito de revogação por superveniencia de filhos, art. 1486.º = não tem logar da revogação da doação por ingratidão, art. 1490.º = pela do mandatario acaba o mandato, art. 1363.º n.º 2.º = pela de algum dos socios

se extingue a sociedade particular, art. 1275.º n.º 5.º V. art. 1278.º e 1279.º = pela do crédor se extingue o privilegio, art. 1026.º n.º 2.º = não a pôde haver antecipadamente do direito de adquirir, ou de se desonerar pela prescrição, pôde porém renunciar-se ao direito adquirido por meio d'ella, art. 508.º = se pôde fazer do direito, art. 815.º = e em que termos, art. 816.º e 817.º = não se pôde fazer da successão de pessoa viva, art. 2042.º

Reparação de direitos — V. art. 2361.º e seguintes = quando se transmite com a herança, art. 2366.º

Reparações — quaes as que deve fazer o usufructuario nos bens receptivos, art. 2229.º = quando cessa essa obrigação, art. 2229.º e 2230.º

Reparos de conservação — quando a estes é obrigado o usufructuario ou morador usufructuario, art. 2259.º e seguintes.

Repartições publicas — V. *Código civil*.

Repudio da herança — feito pelo herdeiro em primeiro grau, como aproveita aos herdeiros substituidos e aos herdeiros *ab intestato*, art. 2062.º = os seus efeitos retrotrahem-se ao dia da abertura d'ella, art. 2043.º = do que provém por um lado, não prejudica o que tocar por outro, art. 2020.º = é um acto livre, art. 2021.º = em parte e conditionalmente não se admite, art. 2022.º = quem a pôde aceitar ou repudiar, art. 2023.º e 2024.º = quando deixado a menores ou interdictos, por quem pôde ser aceito e de que forma, art. 2025.º = quando deixado a surdos-mudos, como se procede, art. 2026.º V. art. 2048.º e 2049.º = como deve ser feito, art. 2034.º V. art. 2035.º e 2037.º e seguintes.

Rescisão — quando e em que termos tem logar nos actos e contractos, art. 1030.º V. art. 1038.º e seguintes = quando cessa e em que casos, art. 1044.º e seguintes, V. art. 1044.º = quando prescreve, art. 1045.º = quando existe, e quando não tem logar dos actos praticados pelos menores, art. 297.º e seguintes = quando tem logar no contracto de aprendizagem, art. 1425.º V. art. 1426.º = tendo logar na doação por superveniencia de filhos, são restituídos os bens doados ao doador, ou o seu valor, estando alienados, art. 1484.º = quando tem logar no contracto de empreitada, art. 1403.º e § unico, V. art. 1404.º = quando tem logar a favor dos credores do usufructuario, art. 2242.º = tem logar no contracto de serviço domestico por toda a vida, art. 1371.º = não tem logar nas transacções por erro de direito, mas tem logar por erro de facto, havendo dolo ou violencia, art. 1719.º = quando tem logar nas partilhas extrajudicialmente feitas, art. 2163.º = quando tem logar nas que judicialmente se fizerem, art. 2164.º e seguintes. V. *Rescisão do contracto*.

Rescisão do contracto — quando a pôde requerer o comprador, art. 1442.º = não a pôde requerer o vendedor, art. 1574.º = outro caso em que a pôde requerer o comprador, art. 1576.º V. art. 1577.º e seguintes, e art. 1581.º e 687.º e seguintes, e art. 700.º e 701.º

Responsabilidade civil — disposições preliminares, art. 2361.º e seguintes = quanto a responsabilidade civil commexa com a criminal, V. art. 2367.º e seguintes = quanto a proveniente de factos criminosos, V. art. 2382.º e seguintes = quanto a responsabilidade meramente civil, V. art. 2393.º = quanto a proveniente da não execução de obrigações, V. art. 2393.º = quanto a que provém dos prejuizos causados por animais, V. art. 2394.º e 2395.º = quanto a que provém de perdas e damnos, e por diferentes outras origens, V. art. 2396.º e seguintes.

Responsabilidades — dos contrafactores dos inventos, art. 636.º

e seguintes = dos contrafactores ou usurpadores da propriedade literaria, art. 607.º e seguintes. V. art. 603.º, 604.º e 606.º = do mandatário para com o constituinte, art. 1369.º § unico = quaes as do albergueiro, art. 1420.º e seguintes. V. art. 1422.º = dos juizes, V. art. 2401.º e seguintes = em que caso a tem o empreiteiro, art. 1399.º V. art. 1408.º = sua gradação proveniente de factos criminosos, art. 2382.º e seguintes = a criminal e civil, em que consistem = aquella é sempre acompanhada de reparação civil, art. 2364.º e 2365.º = V. art. 2367.º e seguintes.

Restituição — a do direito usurpado com perdas e danos, e em que termos, é proveniente dos factos criminosos, art. 2392.º e seus §§ = é um dos direitos que resulta da propriedade, art. 2169.º n.º 4.º = quanto a dos direitos violados, V. art. 2356.º = quando tem lugar, e sob que penas, a dos animaes ou a do seu valor, art. 401.º § unico. V. art. 406.º, 410.º, 414.º e 422.º = a do deposito se deve fazer, selado e cerrado como se recebeu, art. 1438.º V. art. 1439.º e seguintes e art. 1445.º = é feita, e quando, da coisa empenhada, art. 861.º n.º 2.º = da coisa empenhada presuppõe a remissão do direito ao mesmo penhor, art. 571.º = a do deposito e como, é obrigado o depositario, art. 1435.º V. 1436.º n.º 1.º e 2.º

Restituição de posse — esta acção por quem póde ser intentada e contra quem, art. 504.º = quando prescreve, idem § unico.

Restituição por inteiro — não a gosa o estado nem quaesquer outras corporações ou estabelecimentos publicos, art. 38.º

Restrições da propriedade — estas, e em defeza da propriedade alheia, quando têm lugar, art. 2317.º e seguintes.

Retenção — esta, ou fruição de qualquer coisa ou direito, se diz posse, art. 474.º = enquanto dura conserva-se a posse, idem § 1.º V. **Direito de retenção**. = d'este direito sobre os objectos conduzidos gosam os recoveiros e barqueiros, art. 1414.º

Retribuição — quando a perde o testamenteiro, art. 1903.º § 3.º = quando acresce á dos outros testamenteiros, art. 1907.º = na falta de convenção, sobre o que se deve pagar ao servçal em trabalho rustico, V. art. 1374.º

Reunião — a de dois predios dominante e serviente, acaba a servidão, art. 2279.º n.º 1.º

Revelia — quando existe para os credores ao predio que da hypotheca se pretende expurgar, art. 944.º

Reversão da coisa doada — quando e em que termos tem lugar, art. 1473.º, 1474.º e 1475.º

Revogação — não a póde haver da emancipação, art. 310.º = por ella acaba o mandato, art. 1363.º n.º 1.º = a das doações entre conjuges, a todo o tempo póde ser revogada pelos conjuges, e deve ser expressa, art. 1181.º e §§ V. art. 1182.º e 1183.º V. **Acção**.

Revogação de doações — quando póde ter lugar, art. 1482.º = quando não tem lugar no caso de superveniencia de filhos, art. 1483.º = rescindida a doação por superveniencia de filhos, quaes os respectivos effeitos, art. 1484.º e seguintes = quando e com que effeitos póde ter lugar esta revogação por ingratidão, art. 1488.º e seguintes = quando, e em que termos, póde ter lugar a revogação ou redução das doações inefficacias, art. 1492.º e seguintes.

Revogação do testamento — póde realizar-se pelo testador, art. 1754.º, 1755.º e 1756.º V. art. 1757.º e seguintes.

Rios — são cousas publicas, art. 380.º n.º 2.º

Risco — quando fica a coisa depositada a risco do credor, art. 761.º V. art. 762.º = nos contractos em que a prestação da coisa não in-

volve transferencia da propriedade, por conta de quem corre, art. 719.º = o da perda, em que caso obriga o socio por elle, art. 1250.º e 1260.º = quando por elle responde a sociedade, art. 1260.º e 1261.º = o da coisa vendida, como se regula, art. 1550.º = da obra, quando corre por conta do empreiteiro, art. 1397.º = e quando por conta do dono, art. 1398.º V. art. 1399.º

Rubrica — que se fez no testamento por quem o assignou, se deve declarar no auto de approvação do testamento cerrado, art. 1922.º n.º 3.º



Salarios — dos procuradores judiciaes e adiantamentos por elles feitos, prescrevem e quando, art. 540.º § unico, V. **Dividas**.

Saldo — o das contas do tutor, como será pago, art. 254.º

Sebes — sobre esta qualidade de tapagens, e direito respectivo, V. art. 2351.º e seguintes.

Segundas nupcias — das mães, e quanto ao seu poder materno, usufructo e administração dos bens dos filhos, V. art. 162.º e seguintes = obrigações da viuva que a ellas se referem, e sobre que perda de lucros, art. 1233.º e 1234.º = havendo filhos ou dependentes successivos, quando não communicam com o segundo conjuge casado com viuvo ou viuva, art. 1233.º, 1234.º e 1239.º = as da mulher, depois de cincoenta annos, lhe veda a alienação das duas terças dos bens emquanto tiver filhos ou descendentes, que os possam haver, art. 1237.º

Seguro — V. **Dividas**.

Sementeiras — em terreno alheio quando produzem o direito de accessão immobiliaria, art. 2306.º

Sementes — Serão deduzidas do quinhão do cultivador, quando outra coisa não for estipulada, art. 1301.º § 3.º = quando se adquirem o sob que responsabilidade, art. 2305.º V. **Dividas**.

Senhorio — suas obrigações e direitos, art. 1608.º e seguintes = seus direitos, art. 1653.º e seguintes, V. art. 1660.º e seguintes, V. art. 1663.º e 1670.º e seguintes, V. art. 1689.º

Senhorio directo — na falta de pagamento, não tem outro direito alem de haver os fóros em divida e os juros, art. 1671.º = quando póde recobrar o predio, art. 1672.º V. art. 1678.º e seguintes.

Senhorio util — V. **Foreiro**.

Sentença — a proferida no juizo ecclesiastico sobre a nullidade de casamento, é executada no juizo civil, art. 1088.º = a que annullou o casamento será averbada ao lado do assento do casamento, e de que forma, art. 2480.º = não se dá contra o ausente sem citação edital, art. 65.º = quando tiver passado em julgado sobre a prescrição, é então, e com ella, que se póde requerer o cancelamento do registo definitivo, art. 994.º = passada em julgado, por effeito d'ella se extingue a hypotheca, art. 1027.º n.º 2.º = os que por ella foram prohibidos, não podem ser procuradores, art. 1354.º n.º 6.º = sobre cancelação de hypothecas, não será proferida sem a solemnidade do art. 947.º = legitima os filhos, art. 119.º n.º 2.º V. § 1.º, idem = a criminal penal que passar em julgado, torna interdito o condemnado, dos seus direitos civis, e se lhe dá curador e em que termos, art. 235.º e seguintes, V. **Sentenças**.

Sentenças — são admittidas a registo definitivo, art. 978.º n.º 1.º V. art. 980.º = as proferidas em tribunales estrangeiros sobre direitos civis, entre portuguezes e estrangeiros, podem ser executadas perante os tribunales portuguezes, nos termos prescritos no código do pro-

cesso, art. 31.º = as que passam em julgado, e sobre que pontos e acções estão sujeitas a registo, art. 949.º n.º 3.º = todas as de filiação, e em que termos, serão averbadas à margem dos respectivos assentos do nascimento, art. 2469.º § 1.º V. § 4.º, idem. V. *Questões*.

Separação — entre casais por dote, este se restitue à mulher, ou a seus herdeiros, art. 1151.º V. art. 1157.º e 1158.º = a dos conjuges, em pessoa e bens, em que caso é legitimada, e por quem é requerida e como, art. 1204.º, 1206.º e seguintes = o interesse nesta separação em algum dos vogaes do respectivo conselho de família, motivada a substituição de vogaes, art. 1206.º § 3.º n.º 2.º V. art. 1207.º e 1209.º § 2.º

Separação de bens — quando se entende existir no casamento contrahido por menor não emancipado ou por maiores sob tutela, art. 1060.º § 3.º = entre marido e mulher, por quem pôde ser requerida, a quem compete a sua decisão e em que termos, art. 1204.º e seguintes = d'ella resultam as partilhas e o respectivo inventário, art. 1211.º V. art. 1214.º e seguintes = quando a pôde requerer a mulher casada, tenha ou não communhão de bens, art. 1219.º e seguintes = esta declaração de esposos, não exclue a communhão sem expressa declaração da exclusão da communhão de bens, art. 1125.º V. art. 1126.º e seguintes.

Separação judicial — quando por culpa do conjuge existe, não pôde este succeder ao conjuge finado, art. 2003.º V. art. 165.º V. *Sociedade conjugal*.

Serventia — V. *Direito de accesso ou transitio*.

Servçal — não sendo justo para certo e determinado serviço, entendendo-se sujeito a qualquer serviço conforme as suas forças, art. 1375.º = contractado por certo tempo, a que obrigações se liga e que direitos tem, art. 1376.º e seguintes = quando perde o direito às soldadas, art. 1379.º = quando tem direito às soldadas, art. 1382.º = quaes as suas obrigações, art. 1383.º

Serviço domestico — o que é, art. 1370.º = é nullo, sendo contractado por toda a vida, art. 1371.º = é regulado com aprazimento das partes, com salva de diferentes preceitos e quaes, art. 1372.º e seguintes = este contracto como se resolve, art. 1385.º = sobre a respectiva acção de soldadas, e sua prescripção, V. art. 1387.º e 1388.º = o contracto do serviço de menores, com quem deve fazer-se, art. 1389.º V. *Servçal*.

Serviço publico — em que casos termina o contracto de aprendizagem, art. 1430.º

Serviço rustico — na falta de convenção expressa, entende-se ser justo por anno, art. 1373.º V. *Servçal*.

Serviço salariado — V. art. 1391.º e seguintes = o que é, qual a obrigação do servçal assariado, qual a obrigação do servido, preço de retribuição, deveres e obrigações reciprocas, art. 1391.º e seguintes = quaes suas obrigações e direitos, art. 1391.º e seguintes.

Serviços — quanto aos prestados no exercicio das artes e profissões liberaes, V. art. 1409.º = sobre o contracto de prestação de serviços, sua qualidade e denominação, e disposições respectivas, V. art. 1370.º e seguintes.

Servidão — reputa-se onus real, e é sujeita a registo, art. 949.º § 2.º n.º 1.º = é propriedade imperfeita, art. 2189.º n.º 6.º = V. *Direito de accesso ou transitio* = como é regulado este encargo, art. 2312.º = quando cessa, art. 2313.º = nos reparos indispensaveis em edificios quando se torna obrigatória pelos predios alheios com indemnização de prejuizos, art. 2314.º = o que é, o predio sujeito a servidão,

se diz serviente, e o que d'esta se utiliza, se diz dominante, art. 2267.º e seguintes. V. *Servidões*.

Servido — quaes seus direitos e obrigações, art. 1391.º e seguintes

Servidões — em que casos lhes não são applicaveis as acções pre-scriptas no art. 484.º e seguintes, V. art. 490.º = são applicaveis dos predios a que activa ou passivamente pertencem, art. 2266.º = são indivisiveis, e como affectam o predio serviente e o dominante, sendo este dividido, art. 2269.º = podem ser continuas ou descontinuas, apparentes ou não apparentes, e quaes são ellas, art. 2270.º = quaes as que podem ser constituídas pelo facto do homem, ou pela natureza das cousas, ou pela lei, art. 2271.º, 2272.º e seguintes = sobre as constituídas pela natureza da cousa ou pela lei, V. art. 2282.º e seguintes = quando acabam, art. 2279.º = quanto as servidões denominadas de interesse publico ou de interesse particular, são verdadeiras restricções do direito de propriedade, e como tal reguladas no logar competente, art. 2286.º V. *Propriedade*, V. *Direito de propriedade*, V. *Proprietario*. = as denominadas de interesse publico ou de interesse particular são verdadeiras restricções do direito de propriedade, art. 2286.º = gosa d'ellas o usufructuario, art. 2206.º = quando pela divisão do predio se tornem indispensaveis novas servidões, d'estas se fará a devida declaração, art. 2143.º = quando acabam, art. 2279.º

Seteiras — pôde abrir o proprietario, art. 2325.º e §§.

Servicias — e graves injurias, legitimam a separação dos conjuges, em pessoa e bens, art. 1204.º n.º 4.º

Simulação de contractos — V. art. 1031.º e seguintes.

Socorro — a ajuda reciproca é uma das obrigações dos conjuges, art. 1184.º n.º 3.º

Sociedade — quando é responsavel para com o socio, art. 1261.º = sociedade familiar, é expressa ou tacita, e quando se dá, art. 1261.º e 1282.º = como se rege na falta de convenção expressa, art. 1261.º e seguintes = como se partilham os bens, art. 1261.º e seguintes. V. *Corporação ou sociedade*.

Sociedade conjugal — como e em que termos procede o conjuge, que pretender a separação, art. 1206.º e §§ = da separação de pessoas deriva necessariamente a separação de bens, com que excepção e com que consequencias, art. 1210.º e § unico = no caso de separação, se procede a inventario e partilhas, como se dissolvido estivesse o casamento, art. 1211.º = quanto aos filhos e outros effectos da separação, V. art. 1212.º e seguintes = restabelece-la é sempre licito aos conjuges, art. 1218.º

Sociedade familiar — quando se dá, e como se rege na falta de convenção expressa, art. 1261.º e seguintes = em que termos se partilham os bens, art. 1289.º e seguintes.

Sociedade particular — qual é, e como se deve constituir, art. 1261.º = direitos e obrigações dos socios, art. 1261.º e seguintes = responsabilidades da sociedade, art. 1261.º = a falta de estipulação expressa sobre a fôrma da administração, por que regras é supprida, art. 1270.º V. art. 1272.º, 1275.º e seguintes.

Sociedade universal — de bens e industria, no todo ou em parte com repartição de proveitos ou rendas, V. art. 1240.º e seguintes.

Socio — sua responsabilidade na sociedade particular, art. 1261.º e 1262.º = quando responde pelos juros, art. 1263.º = e pelos lucros e de que proveniencia, art. 1261.º = quaes as obrigações do socio administrador quanto ao que receber por credito seu e da sociedade, art. 1266.º

Sogro — não pôde ser testemunha nas causas do genro ou da nora, art. 2511.º n.º 3.º V. § unico.

Soldada — V. *Retribuição*.

Soldadas — as dos creádos de servir quando prescrevem, art. 538.º n.º 3.º e art. 539.º n.º 5.º V. § 3.º, idem — não se entende que seja por conta d'estas, o que o amo deixa ao serviço em testamento, salva a expressa declaração, art. 1386.º — na acção por soldadas devidas, em falta de prova, a questão se resolve por juramento do amo, art. 1387.º V. *Serviço domestico*, V. *Dividas*.

Subemphyteuse — ou subemprazamentos, foram prohibidos para o futuro, art. 1701.º — providencias quanto ás subemphyteuses existentes, art. 1702.º e seguintes — é propriedade imperfeita, art. 2189.º n.º 1.º V. *Pensões*, V. *Emphyteuse*.

Suborno — serve de fundamento para se requerer, e em que caso, a substituição dos membros do conselho de familia, art. 1206.º § 3.º n.º 1.º

Subrogação — em que termos transmitta os direitos do credor, para o que paga pelo devedor, art. 775.º e 779.º V. art. 780.º e seguintes — não pôde dar-se a parcial em dividas cuja solução é indivisível, art. 783.º V. art. 784.º

Subrogado — exerce todos os direitos que competem ao credor tanto contra o devedor como contra os seus fiadores, art. 781.º V. art. 782.º e seguintes.

Substancias vegetaes terrestres — disposições respectivas, art. 472.º e 473.º

Substituição — a directa ou vulgar, o que é, quando e a quem se pôde fazer, o quando expira, art. 1853.º — a puramente o que é, quando se pôde fazer o quando fica sem effeito, art. 1854.º e seguintes — quaes os effeitos que produz, art. 1864.º e 1865.º — qual é a fideicommissaria, art. 1866.º — em que caso é esta prohibida no futuro, art. 1867.º — respectivos direitos e nullidade d'esta substituição, art. 1868.º e seguintes. V. *Substituições*.

Substituições — as fideicommissarias são para o futuro prohibidas e com que excepções, art. 1867.º

Successão — desde quando a adquiere o fideicommissario e qual o seu effeito para seus herdeiros, art. 1868.º — dos filhos illegítimos perflhados ou legalmente reconhecidos, art. 1889.º e seguintes — tem logar ou pela lei ou por disposição testamentaria, e assim ella se dá, ou como successão testamentaria ou como successão legitima, art. 1735.º de irmãos e dos seus descendentes, art. 2000.º e seguintes — do conjuge sobrevivo e dos transversaes, art. 2003.º e seguintes — dos ascendentes do segundo e seguintes graus, art. 1996.º — o que tiver direito a succeder ao interdito não pôde ser encarregado do cuidado e guarda da pessoa do interdito, art. 320.º n.º 4.º — da fazenda nacional, V. art. 2006.º e seguintes — qualquer convenção que altera a ordem legal da successão dos herdeiros legitimarios, ou os direitos e obrigações paternas e conjugaes consagradas por lei, ter-se-ha como não escripta, art. 1403.º

Successão dos ascendentes — succedem os paes a seus filhos, fallecendo estes sem descendentes, como e com que excepção, art. 1993.º e § unico.

Successão dos descendentes — os filhos legitimos e seus descendentes, sem distincção de sexo nem idade, posto que de diferentes casamentos, succedem aos paes e mais ascendentes, art. 1985.º — succedem por cabeça os que estiverem no primeiro grau em partes iguaes, art. 1986.º — e por stirpes no caso do art. 1987.º V. art. 1988.º

Successão dos paes illegítimos — art. 1994.º e 1995.º — dos paes legitimos, art. 1993.º e § unico.

Successão legitima — diferentes disposições respectivas, art. 2009.º e seguintes — quando se dá, ordem como se defere, graus de cada geração e linhas de parentesco, e disposições respectivas, art. 1968.º e seguintes — tem logar a favor dos filhos do incapaz de succeder, como se tal incapacidade não existisse, art. 1979.º

Successão testamentaria — diferentes disposições respectivas, art. 2009.º e seguintes. V. *Successões*.

Successões — diferentes disposições preliminares, art. 1735.º e seguintes.

Successor — sua obrigação quanto á collação dos bens não partiveis, art. 2113.º e 2114.º

Suicídios — só podem abranger a terça da terça do testador, art. 1775.º — pela alma do fallecido não os paga a herança, salvo quando são ordenadas em testamento, art. 2116.º

Superveniencia de filhos — sendo legitimos, e sendo casado o doador ao tempo da doação, motiva a revogação da doação, art. 1482.º n.º 1.º V. art. 1843.º V. art. 1485.º e seguintes — quando não annulla as doações entre esposos, art. 1469.º

Surdo — forma de fazer o seu testamento, art. 1917.º — surdo-mudo, em que termos pôde fazer testamento cerrado, art. 1924.º e § unico. V. *Surdos*.

Surdos — não podem ser testemunhas, art. 1966.º n.º 5.º

Surdos e mudos — sua tutela, limites e termos d'estes, art. 337.º e seguintes.

Surdos-mudos — em que casos a herança que lhes for deixada deve ser aceita por curador nomeado em conselho de familia, art. 2026.º

Suspensão da prescrição — V. art. 548.º e seguintes.

T

Tabellião — deve reconhecer o testador, certificar-se de se achar este em juizo perfeito e livre de toda a coacção, art. 1943.º — deve certificar o cumprimento do todas as solemnidades testamentarias, art. 1948.º — não pôde haver bens do testador, art. 1772.º V. art. 1773.º — suas obrigações nos testamentos cerrados, art. 1922.º

Tapar — murando, vallando ou de qualquer forma vedar, é direito do proprietario, art. 2346.º e seguintes.

Tempo — o do legado em usufructo, quando se entende por toda a vida, art. 1833.º — sendo corporação perpetua, o legatario, se-lo-ha por tempo de trinta annos, art. 1834.º — antes de tempo marcado, não pôde o menor receber o legado, art. 1835.º — findo o da sociedade particular, acaba o contracto social, art. 1576.º n.º 1.º — o da prescrição como se conta, art. 560.º e seguintes — quanto ao da prescrição em testamentos, V. art. 1967.º — qual, em que deve pagar o cedente a responsabilidade que na cessão contrahi pelo devedor, art. 795.º — a designação do tempo em que deve começar ou cessar o effeito da instituição de herdeiro, ter-se-ha como não escripta, art. 1717.º

Tempo de arrendamento — nos predios urbanos qual é, e quando se não estipular no contracto como se entenderá o tempo por que foi feito, art. 1623.º e § unico.

Terça — quando se entende que nas doações se reserva a terça

dos bens, art. 1462.º = quando se entende que o doador reserva a terça da terça, art. 1463.º V. art. 1464.º e § unico.

Termo—quando chega, extingue o usufructo, art. 2241.º

Terrenos—os baldios, municipaes e parochiaes são *communis*, art. 381.º n.º 1.º V. *Propriedade*.

Terrenos do estado—V. *Pastos*.

Terrenos encravados—V. *Direito de accesso ou transitio*.

Terrenos municipaes—V. *Pastos*.

Terrenos parochiaes—V. *Pastos*.

Testador—pode escrever e assignar o testamento cerrado, art. 1920.º = assignando-o, pode ser escripto por outra pessoa a seu rogo, declarando no mesmo, não poder assignar-lo, idem § unico = declaração que deve fazer perante o tabellião e obrigações d'este, art. 1921.º e 1922.º = pode conservar o testamento, entrega-lo á pessoa de sua confiança, ou deposita-lo e onde, art. 1927.º V. art. 1928.º e seguintes = sobre as variadas formas de testar, dispor, e em que termos, V. art. 1791.º, e seguintes = tem direito a instituir herdeiros, e a nomear legatarios, em que termos, e com que direitos e obrigações em relação ás instituições, heranças e legados, art. 1791.º e seguintes = pode substituir uma ou mais pessoas ao herdeiro, ou aos legatarios, em que forma, e sob que consequências, art. 1858.º e seguintes = desde a sua morte se transmite a successão ao fideicommissario, art. 1868.º = pode nomear uma ou mais pessoas para cumprirem seu testamento, art. 1868.º V. *Auctor da herança*.

Testamentaria—quando caduca, e n'este caso a quem passa, art. 1904.º § unico = este encargo não se transmite a herdeiros nem pode ser legado, art. 1906.º

Testamenteiro—o seu encargo é gratuito, salva a retribuição do testador, art. 1892.º = quando perde o que lhe foi deixado por testamento, art. 1780.º = quando encarregado de fundar, ou applicação de parte da herança, em obra pia, ou de publica utilidade, como deve proceder, art. 1902.º e 1903.º = sua nomeação quando o testador o não nomeia na herança que distribuir em legados, art. 1839.º = quando mais que um tiver aceitado a testamentaria, abstendo-se d'esta algum ou alguns, depois, se absterem de tomar parte na execução do testamento, valerá o que os restantes fizerem, e todos com obrigação solidaria, art. 1904.º = é obrigado a dar conta da sua gerencia e a quem, art. 1905.º = sua responsabilidade havendo-se com dolo ou má fé, art. 1909.º V. *Testamenteiros*.

Testamenteiros—quaes as pessoas que podem ser, art. 1886.º e seguintes = suas attribuições, art. 1894.º, 1899.º e seguintes. V. art. 1905.º e seguintes = o seu encargo nem se transmite a herdeiros, nem pode ser delegado, art. 1906.º = as despesas que fizerem são abonadas pelas heranças, art. 1908.º e § unico = quando são responsaveis por perdas e danos, art. 1909.º V. *Testamenteiro*, V. *Testamentaria* = quando não podem comprar, art. 1562.º n.º 2.º

Testamento—o que é, e por elle se pode commetter a terceiro a repartição da herança, art. 1740.º V. art. 1741.º = a disposição a favor de parentes sem designação como se reputará, art. 1742.º = liberdade de disposição com condições, menos as impossiveis que a lei considera como não existentes, e em que termos, art. 1743.º e seguintes = quando é nullo, e disposições respectivas, art. 1751.º e seguintes = pode revogar-se, e em que termos e com que effectos, art. 1753.º e seguintes = quando caduca quanto ás suas disposições, art. 1759.º = caso em que vale sómente quanto á terça, art. 1760.º = sua interpretação em caso de duvida, art. 1761.º = disposições quanto ao tes-

tamento de data anterior á promulgação do codigo, art. 1762.º V. *Testar* = sendo nullo depois do pagamento do legado, em que termos se considera quite o herdeiro nomeado para com o verdadeiro herdeiro, art. 1763.º § unico = se o auctor da herança fallecer com elle, deve o cabeça de casal declara-lo e apresenta-lo existindo, art. 2072.º n.º 3.º = a condição de que o herdeiro ou legatario faça em seu testamento igual disposição a seu favor ou de outrem, é nullo, art. 1809.º quando se suspender a sua execução temporariamente, não impede ao herdeiro ou legatario o direito á herança, art. 1810.º = é um meio de perflilhação, art. 2489.º e seguintes = o do ausente deve ser aberto, antes de se proferir a sentença sobre a curadoria definitiva do ausente solteiro, art. 63.º = por effecto d'elle nada pode receber o tutor, ou seu descendente, que casar com a pessoa tutelada, art. 1063.º V. § unico idem, V. art. 1064.º = legitima os filhos, art. 149.º n.º 1.º V. § 1.º idem, V. art. 123.º = n'elle pode o pae nomear um ou mais conselheiros, que dirijam e aconselhem a mãe em certos casos, ou em todos aquellos em que o bem dos filhos o exigir, art. 159.º = o que por elle deixa o amo ao servical, não se entende que seja por conta das soldadas, art. 1386.º = consitue a hypotheca dos legados, art. 935.º

Testamento cerrado—como se faz, art. 1920.º e seguintes = os que não souberem, ou não poderem ler, são inhaibéis para dispor em d'esta forma, art. 1923.º = quando o pode fazer o surdo-mudo, art. 1924.º = é nullo faltando-lhe alguma das solemnidades prescritas, e com que responsabilidade do tabellião, art. 1925.º V. art. 1926.º e seguintes = como será aberto e publicado, art. 1933.º e seguintes = apparecendo aberto, viciado, ou dilacerado, do forma que não possa ler-se a primitiva disposição, tem-se como não escripto, e sob que respectiva comminação, art. 1940.º e seguintes = solemnidades com que deve ser feito, art. 1920.º e seguintes = quaes as pessoas inhaibéis para dispor em testamento cerrado, art. 1923.º = como o pode fazer o surdo-mudo, art. 1924.º e § unico = quando fica sem effecto, art. 1925.º = sob a sua entrega e guarda, deposito e forma d'este, V. art. 1926.º e seguintes = sob a sua abertura ou publicação, V. art. 1932.º e seguintes = quem o tiver em seu poder e o não apresentar é responsavel, e em que termos, art. 1937.º e 1938.º = no caso de se achar aberto, V. art. 1939.º e seguintes = quando se acha aberto, ou seja no espolio do testador, ou em poder de terceiro, mas sem viciamento algum, não é por isso annullado, art. 1939.º = n'este caso se apresentará na administração do concelho, e para que fim, idem, § unico = achando-se aberto e viciado, como se procederá e quaes os resultados, art. 1940.º = este viciamento por quem se presume feito, art. 1941.º = em que caso não é nullo, e em que caso se ha de haver como não escripto, art. 1942.º e 1943.º = como será aberto e publicado, art. 1932.º e seguintes.

Testamento marítimo—qual é, e como se faz, art. 1944.º e seguintes = onde deve ser depositado e em que termos, art. 1945.º e seguintes = quando produz effecto sómente, art. 1958.º e 1959.º = quando não produz effecto algum, art. 1960.º

Testamento militar—qual é, e como se faz, onde será depositado, e como se procede depois da morte do testador, art. 1944.º e 1945.º = quando fica sem effecto, art. 1945.º § 5.º = sabendo escrever o testador pode testar por escripto e de que forma, art. 1946.º = quando não produz effecto algum, art. 1947.º

Testamento publico—como deve ser feito, art. 1911.º, 1912.º e seguintes = fica sem effecto na falta de alguma das solemnidades, art. 1919.º

Testamentos — disposições communs ás diferentes fórmulas de testamentos, art. 1996.º e 1997.º — suas diferentes fórmulas, denominações e respectivas disposições de dir. p.º, art. 1910.º e seguintes — são admitidos a registo definitivo, art. 1978.º n.º 4.º V. art. 980.º = feito em paiz estrangeiro por portuguezes, produzem effeito sendo formulados em conformidade da lei do paiz onde forem celebrados, art. 1961.º e 1965.º — a sua approvação pôde ser feita, e em que termos, pelos consules ou vice-consules portuguezes, art. 1962.º e seguintes.

Testar — todos aquelles a quem a lei expressamente o não prohibe, podem testar, art. 1763.º = quaes as pessoas a quem é prohibido testar, art. 1764.º e seguintes.

Testemunha — o seu depoimento destituido de qualquer outra prova, não faz fé em juizo, art. 2512.º V. art. 2513.º e seguintes.

Testemunhas — ciuco, o idoneas, são precisas para o testamento publico, art. 1912.º = devem conhecer o testador, certificarem-se de estar este em juizo perfeito e livre de toda a coacção, art. 1913.º = quaes as pessoas que o não podem ser nos testamentos, art. 1966.º e § unico = quando provam a filiação legitima, art. 114.º = quando estas não assignam o acto feito por official publico, existe nullidade, art. 2495.º n.º 5.º V. § unico idem = quaes as pessoas que o podem ser e quaes as inhabéis para o serem, art. 2509.º e 2510.º = quaes as pessoas inhabéis por disposição da lei, art. 2511.º

Testemunhas instrumentarias — em actos entre vivos, não o podem ser aquellas pessoas a quem o não podem ser em actos de ultima vontade, art. 2492.º V. art. 2111.º e seguintes.

Theatro — nenhuma obra dramaticaahi pôde ser representada sem consentimento do auctor, ou de quem o represente, e de que forma, art. 2511.º e seguintes.

Thesouro — descoberto pelo usufructuario no predio usufruido, está no caso das disposições do codigo acerca dos que acham thesouro em terreno alheio, art. 2216.º

Thesouros — obrigação de quem os achar, e seus direitos, art. 422.º e seguintes — quando perde, e em beneficio de quem, a parte que tem o achador do thesouro, art. 427.º

Titulo — não se presume, deve a sua existencia ser provada por aquelle que o invoca, art. 519.º

Titulo de propriedade — torna esta absoluta, e sob que excepção, art. 2171.º = este direito existe enquanto o contrario se não provar, art. 2172.º

Titulo justo — não se presume, o qual é elle, art. 518.º = é posse titulada a que n'elle se funda, idem — não se presume a sua presença, deve ser provada por aquelle que o invoca, art. 519.º

Titulo promissorio — V. *Hypotheca a favor da viúva*.

Titulos — de estabelecimentos de credito predial, são admitidos a registo definitivo, art. 978.º n.º 5.º V. art. 980.º = quaes os admitidos a registo definitivo, art. 978.º V. art. 980.º = quaes os que se admitem a registo, art. 978.º = quando pôde o conservador recusar-se a registá-los, art. 981.º e §§. V. art. 982.º, 983.º e 984.º, V. art. 923.º = o das propriedades divididas em parcellas, a quem se entregam, art. 2154.º e seguintes. V. *Concursos*.

Titulos simulados — falsos ou falsificados de direitos, encargos ou creditos, pelo cabeça do casal apresentados, motivam reparação e penas, nos termos do art. 2080.º e 2081.º

Tornas — em que termos têm direito com hypotheca legal, os respectivos co-herdeiros, art. 906.º n.º 7.º V. art. 934.º = como se fará o seu registo, art. 934.º = é constituída pelo titulo da parcella, idem

= quando não têm logar, e como deve proceder-se, art. 2146.º e 2447.º

Tornas a dinheiro — Evitam-se, quanto possivel for, art. 2182.º

Torre do Tombo — pertence-lhe, e de que fórmula, o reconhecimento de authenticidade dos documentos anteriores ao seculo XVI, art. 2497.º e § unico.

Trabalho — é a todos lícito applicar o seu trabalho e industria, a applicação á transformação e ao commercio de quaesquer objectos, art. 367.º = como pôde ser limitado este direito, idem § unico = mas se n'este exercicio lesar os direitos de outrem, fica responsavel pelos danos que causar, art. 568.º = constitui propriedade os productos do trabalho, art. 569.º = disposições sobre o trabalho literario, e publicações pela imprensa, art. 570.º = permitem-se as publicações das leis e regulamentos, e de quaesquer actos publicos officiaes, art. 571.º = quaes as limitações nas referidas disposições, art. 572.º e seguintes, V. art. 607.º e seguintes, V. art. 603.º e 611.º = quando interrompido por caso fortuito, V. art. 1395.º = o seu producto abrange entre socios a sociedade familiar, art. 1284.º

Tradição — V. *Posse*.

Transacção — entre o fiador, e o credor, não abrange o devedor principal, art. 834.º = nem a transacção entre o devedor principal e o credor abrange o fiador, e sobre que excepção, art. 834.º = o que é, como pôde ser feita, a quem obriga, e em que termos, quando não prejudica e quaes os seus effeitos, art. 1740.º e seguintes.

Transferencia — a de coisas certas e determinadas por contracto, se opera por mero effeito do contracto, sem dependencia de tradição ou de posse, art. 715.º V. art. 717.º

Transformação — é um direito que resulta da propriedade, art. 2169.º n.º 2.º V. *Trabalhos*.

Transmissão — de propriedade dos inventos, V. art. 626.º e seguintes. V. *Arrematação*, V. *Transmissões*. = de todos os bens ou direitos immobiliarios, está sujeita a registo, e como será este regulado, art. 1722.º = a da propriedade não rescinde o arrendamento, e sobre que excepções, art. 1619.º e seguintes.

Transmissão de herança — a do dominio e posse se dá desde o momento da morte do auctor da herança, art. 2011.º

Transmissões de propriedade immovel — estão sujeitas a registo, art. 949.º n.º 4.º = por effeito de contracto têm registo provisorio, art. 967.º n.º 3.º V. art. 969.º V. *Livros*.

Transversaes — quando á herança são estes chamados, art. 2014.º = e quaes constituem a quinta ordem de successão, art. 1969.º n.º 5.º

Traslados — e certidões devidamente extrahidos, têm a força probatoria, art. 2498.º e 2499.º = quando serão concertados e confrontados, art. 2500.º = quando têm fé, art. 2501.º

Trespasse — do seu direito, não o pôde fazer o usuario ou morador usuario, art. 2258.º V. art. 2260.º

Tributos — e quaesquer outros encargos annuaes impostos sobre o producto ou renda dos bens usufruidos, quem os paga, art. 2238.º V. *Contribuições*.

Troca — caso em que se dá, art. 1545.º V. § unico. idem = o que é, e providencias respectivas, art. 1592.º e seguintes.

Tutela — quem d'ella se pôde escusar, art. 127.º e seguintes = em que casos não é admittida a escusa, art. 228.º e seguintes = quem d'ella pôde ser removido, art. 235.º = como se dará aos filhos menores não perfilhados, art. 167.º e 279.º = supprime a incapacidade do menor, art. 400.º = tambem se dá aos surdos e mudos, e sob os limites e

termos d'ella. V. art. 337.º e seguintes — em que penas incorre o tutelado casando sem a respectiva licença, art. 1060.º — *a dos filhos perfeitados* como se rege, art. 275.º e seguintes. V. art. 276.º e seguintes — *na dos filhos espúrios*, como se procede, art. 279.º e seguintes — *dos filhos legítimos ou illegítimos*, supprime o poder dos pais, na sua falta ou impedimento, art. 185.º — quem d'ella pôde ser escuso, art. 186.º — por quem é exercida, art. 188.º e §§. V. art. 189.º e seguintes — *dos filhos de pessoas miseráveis*, foi entregue ao cuidado e protecção da respectiva municipalidade para os fazer criar e educar á custa das rendas do conselho até á idade em que possam ganhar a sua vida, art. 294.º V. art. 295.º e 296.º — *a dos conjuges, dos ascendentes ou dos descendentes*, durará enquanto durar a interdicção, art. 331.º — dos menores e expostos abandonados com pais desconhecidos, fica a cargo das camaras municipaes até á idade de sete annos, ou das pessoas que voluntaria ou gratuitamente se houverem encarregado da sua educação, art. 284.º V. § unico — depois dos sete annos a quem fica pertencendo a tutela, e sob que providencias no exercicio d'esta, art. 285.º e seguintes — *sobre a sua emancipação e direitos*, V. art. 289.º e seguintes — *a confiada pela mãe em testamento ao segundo marido*, é confirmada pelo conselho de familia, art. 224.º n.º 3.º — *as suas contas, exame e approvação*, pertence ao conselho de familia, art. 224.º n.º 2.º — *a do interdicto* se dá a quem e em que ordem, art. 320.º — *no caso de interdicção, e de recair a da mulher no marido ou a tutela d'este na mulher*, se providenciou e em que termos, art. 323.º — *como se procede se esta tutela recair em outras pessoas*, art. 328.º

Tutela dativa — supprime, na falta dos tutores testamentarios c legítimos, art. 202.º — em conselho de familia, são nomeados os seus tutores, e estes tutores dativos não são obrigados a servirem por mais de tres annos, art. 203.º e 204.º

Tutela legítima — em que casos existe, a quem pertence, em que termos, art. 199.º e seguintes — deve ser confirmada pelo conselho de familia, art. 201.º § 2.º V. *Tutela testamentaria*, V. *Tutela dativa*.

Tutela testamentaria — a que pessoa compete, e em que termos, art. 193.º e seguintes. V. *Tutela legítima*, V. *Tutela dativa*, V. *Conselho de tutela*, V. *Tutelado*, V. *Tutor*, V. *Tutelas*.

Tutelado — o maior de quatorze annos tem direito de assistir ás deliberações do conselho de familia, e de ser ouvido e convocado, art. 212.º

Tutelados — entre elles, e administrados, e seus tutores e administradores, não pôde começar, nem correr a prescripção, art. 551.º n.º 2.º

Tutelas — são registadas em todos juízos orphanologicos, e em que termos, e sob que responsabilidades no caso de omissão, art. 300.º e seguintes.

Tutor — quando serve de cabeça de casal, 2069.º — pôde recorrer o tutor, do que e para onde, art. 226.º — qual o que será dado ao menor quando a presumpção da sua legitimidade como filho lhe for impugnada, art. 113.º e § unico — por este, por um protutor, um curador, e um conselho de familia, é exercida a tutela dos filhos legítimos, e illegítimos, art. 187.º — pôde o pae e mãe nomear aos filhos, e em que termos, art. 193.º e seguintes. V. art. 196.º e 197.º — se dá aos menores, em conflicto com seus pais, art. 153.º — não pôde ser nomeado ao menor, mais que um, art. 225.º — não pôde exigir do menor, pagamento do que este lhe dever, sem ter declarado no inventario a dívida, e sob que excepção, art. 246.º — tem direito a ser grati-

ficado, o em que termos, art. 247.º — é responsavel, e em que termos pelos prejuizos que causar ao pupillo, art. 248.º — o testamentario, ou legítimo, quando pôde ser removido da tutela, art. 235.º — os seus descendentes, não podem casar com a pessoa tutelada, nos casos prescriptos ao art. 1058.º n.º 2.º V. art. 1063.º — quando responde, e como, pela entrega do rendimentos ou bens ao menor, art. 930.º — unico — *quaes os que não podem ser compellidos á tutela*, art. 228.º V. art. 230.º — *quaes as suas obrigações*, art. 243.º e seguintes — o que lhe é absolutamente defezo, art. 244.º V. art. 245.º — tem direito a uma gratificação, o em que termos, art. 247.º — é responsavel pelos prejuizos que por dolo, culpa ou negligencia, motivou ao pupillo, art. 248.º — faz os arrendamentos dos bens dos menores, e em que termos, art. 264.º — os de mais de tres annos se fazem em hasta publica, com assistencia do protutor e do curador, art. 265.º — a sua remoção pertence ao tutor, e em que casos, art. 224.º n.º 6.º

Tutor testamentario — quando perde o direito ao que lhe foi deixado em testamento, art. 232.º V. *Tutela*, V. *Curador*, V. *Tutores*.

Tutores — como procedem nos cancelamentos dos menores, art. 993.º — tem sómente o voto consultivo nos conselhos de familia, art. 215.º — *pessoas que o não podem ser*, art. 234.º — quando podem ser removidos da tutela, art. 235.º e seguintes — sendo removidos não podem ser vogaes do conselho de familia, art. 242.º — dão ao curador todos os esclarecimentos que este lhes exigir a bem dos menores, art. 221.º — os testamentarios duram enquanto durar a menoridade ou interdicção, art. 198.º — a falta dos tutores testamentarios é supprida pela tutela dativa, art. 202.º

Tutores dativos — são nomeados pelo conselho de familia, art. 224.º n.º 3.º

Tutores legítimos — são confirmados pelo conselho de familia, art. 224.º n.º 2.º

Tutores ou protutores — quando não podem comprar, art. 1562.º n.º 2.º

U

Ultima vontade — por ella se pôde constituir o usufructo, art. 2198.º

Uso — reputa-se onus real e é sujeito a registo, art. 949.º § 2.º n.º 2.º — é um dos direitos que abrange a sociedade familiar, art. 1284.º — o da coisa arrendada não pôde embaraçar o senhorio, e com que excepção, art. 1606.º n.º 3.º — qual é o unico que pertence ao arrendatario, art. 1608.º n.º 3.º — o da propriedade commum e administração da mesma, como será regulada, art. 2179.º — é propriedade imperfeita, art. 2189.º n.º 4.º — em que consiste, art. 2277.º — os direitos do uso e habitação, como se constituem e extinguem, art. 2255.º e seguintes — o da servidão constituída não se pôde estorvar, e quando se pôde esta mudar, art. 2278.º — o não uso, pelo tempo necessario para a prescripção, acaba a servidão, art. 2279.º n.º 2.º

Uso e costume — não prejudica a aquisição das servidões por aquella forma feitas, art. 2273.º § unico.

Usuário ou usufruario — é obrigado a inventario e a prestar caução, art. 2277.º — o dos fructos de um predio, em que termos e até que ponto os pôde gosar, art. 2257.º — não pôde ventilar, alugar nem trespassar por qualquer modo o seu direito, art. 2277.º — quando é sujeito ás despesas de cultura, aos reparos de conservação, pagamento de contribuições, art. 2289.º e 2260.º

Usufructo — é consequência do direito de propriedade, art. 2169.º n.º 1.º — é propriedade imperfecta, art. 2189.º n.º 4.º — o que é e como pôde ser constituído, art. 2171.º e 2174.º — pôde dar-se em favor de uma ou mais pessoas, e como, art. 2199.º — como pôde ser constituído, art. 2200.º — como são regulados os direitos e obrigações do usufructuario, art. 2201.º — constituído em um rebanho de animais, a que obrigações liga o usufructuario, art. 2221.º V. art. 2221.º e seguintes, V. art. 2202.º e seguintes — quando acaba, art. 2244.º — até que tempo se pôde estabelecer a favor de qualquer estabelecimento, art. 2244.º — concedido até certa idade de terceira pessoa, durará pelos annos prefixos, postoque antes falleça essa terceira pessoa, e sob que excepção, art. 2245.º — constituído em edificio, destruido este, em que termos cessam os direitos do usufructuario, art. 2246.º V. §§ 1.º e seguintes — como se procede no caso de indemnisação do usufructo, expropriado por utilidade publica, art. 2248.º — não se extingue, mas em que caso tem o proprietario acção contra o usufructuario, art. 2249.º — acaba pela morte do ultimo dos usufructuarios, art. 2250.º e 2251.º — quanto á venda dos fructos e morte do usufructuario, antes da colheita dos fructos, V. art. 1253.º e seguintes — perdendo-se em parte a coisa usufruida, continua no restante o usufructo, art. 2243.º — qual o que pôde ser hypothecado, art. 890.º n.º 2.º — reputa-se onus real, e é sujeito a registro, art. 949.º § 2.º n.º 2.º V. *Dote* — dos bens dos fillos perfilhados, não gosam os paes, art. 166.º

Usufructo dos bens dos fillos — quando e em que termos pertence aos paes, art. 144.º V. art. 145.º — quando lhes não pertence aos paes, nem o usufructo nem a administração dos bens dos fillos, V. art. 147.º e §§ — dos bens dos fillos menores perde-o a mãe que passar a segundas nupcias, art. 162.º — tornando esta a enviudar recobra aquella administração, art. 164.º

Usufructuario — seus direitos e obrigações, art. 2202.º e seguintes, V. *Fructos*. — fallecendo antes de colher os fructos que tiver vencido, subsiste a venda, mas em que caso a favor do proprietario, art. 2232.º e 2253.º — o universal da herança paga por inteiro o legado de alimentos, art. 231.º e seguintes — gosa pessoalmente da coisa, e pôde arrendá-la, emprestá-la, e alienar o seu usufructo emquanto este durar, art. 2207.º — sua obrigação quanto aos objectos em usufructo, art. 2208.º § unico, e art. 2209.º e seguintes — seus meios para ser mantido no usufructo, art. 2219.º — quanto a outros seus direitos e obrigações, V. art. 2222.º e seguintes.

Usura — se diz o emprestimo que é retribuido, art. 1508.º — em que consiste este contracto, art. 1636.º e seguintes — a retribuição respectiva é do arbitrio dos contrahentes, art. 1640.º V. art. 1641.º e 1642.º — na falta de convenção, os juros serão de 5 por cento, idem — como se distracta este contracto, art. 1641.º e 1642.º

Usurpação — d'esta nasce a resituição e a indemnisação, quando por ella se offende o direito de propriedade, art. 2169.º n.º 4.º

Usurpadores — os das propriedades litterarias ou artisticas, que publicarem obras ineditas, ou reproduzirem obra publicada, ou em via de publicação, como serão punidos, art. 607.º e 608.º V. art. 609.º e seguintes.

Utilidade propria — n'esta conversão, e uso, ou producto da coisa alheia, consiste o usufructo, art. 2197.º

Utilidade publica — o testamentario encarregado da applicação ou fundação de obra pia ou de utilidade publica, como deve proceder, art. 1902.º e seguintes.



Valla — de que forma a deve fazer o proprietario, tapando a sua propriedade, art. 2346.º e seguintes.

Vallados — ou regueiras entre predios de diferentes donos, quando se presumem communs, art. 2348.º V. art. 2349.º e seguintes.

Vallas — V. *Fossos*.

Valor — como proceder para constituir hypotheca no valor dos bens, havendo duvida n'este valor, art. 937.º — como se dá aos predios rusticos e urbanos, art. 2094.º — em todo o caso se deve declarar a base tomada para a avaliação, idem — a do dominio util como será calculada, art. 2095.º — a do dominio directo, como será reputada, art. 2096.º V. § unico, idem — dos bens doados, como se procede excedendo elle a porção legitimaria do donatario, art. 2111.º e §§ — se deve declarar, e como, de todos os bens em usufructo, art. 2221.º n.º 1.º — em relação aos objectos confundidos, V. art. 2299.º e seguintes — o dos materiaes alheios adquiridos pelo constructor da obra em terreno proprio, é pago pelo dono do terreno com as perdas e danos respectivos, art. 2304.º e seguintes — o da coisa usurpada ou esbulhada, quando o repará o aggressor, art. 2392.º § 1.º — se este valor se não poder liquidar, a declaração jurada do lesado, supprime a liquidação, idem, § 2.º — quando por elle responde o usufructuario quanto aos bens ou quaesquer objectos em usufructo, art. 2209.º — qual o legal dos bens doados, a favor do doador, no caso de rescisão de doação, art. 1484.º § 2.º

Valor do deposito — quando é obrigado a prova-lo o depositante, art. 1440.º § unico.

Varanda — quando a não pôde fazer o proprietario, art. 2325.º

Velhice — não pôde servir de fundamento quando ella é allegada para impugnar a legitimidade do fillo, art. 405.º

Vencimento — só depois de vencida a divida paga ao credor pelo fiador, é que este a pôde exigir do devedor, art. 843.º

Vencimentos — dos trabalhadores e de quaesquer officiaes mechanicos, que trabalhem por jornal, prescrevem por seis mezes, art. 538.º n.º 2.º

Venda — feita a da mesma coisa a diferentes pessoas, e pelo mesmo vendedor, qual prevalece, art. 1578.º — a de coisa indivisivel não podem os comproprietarios fazê-la a estranhos, se o consorte quiser tanto portanto a respectiva parte e com que preferencia, art. 1566.º § unico — quando é de nenhum effeito, art. 1567.º — não a podem fazer os paes ou avós, a fillos ou netos, senão consentindo os outros fillos ou netos, art. 1565.º V. § unico — quando a não podem fazer os comproprietarios, art. 1566.º — quando se entende feita por interposta pessoa, art. 1567.º § unico — a de coisa que não existe, é nulla, e sob que penas, art. 1567.º V. § unico, idem — quaes as pessoas que a podem realizar, art. 1559.º — quaes as que não podem vender, art. 1565.º e seguintes — quando é nullo este contracto, e sob que responsabilidade, art. 1555.º § unico, idem — a de coisa ou direito litigioso, quando por ella responde o vendedor e em que termos, art. 1557.º — o contracto de compra e venda quando se realisa, e quando é escambo ou troca, art. 1545.º e § unico — convenções sobre o preço, especificação e escolha da coisa vendida, art. 1546.º e 1547.º — esta, e simples promessa de venda, que effectos produz, art. 1548.º e 1549.º e seguintes — sobre os objectos de venda e compra, V. art. 1553.º e seguintes — pôde ser feita pelos quinboeiros, e como,

art. 2195.º — quando, e do que tem logar nas partilhas, art. 2145.º e 2146.º — na do domínio do predio sui-empyientico, a quem pertence o direito de preferencia, art. 1703.º §§ 1.º e 2.º V. art. 1704.º — quanto ao laudemio, V. art. 1705.º — pôde faze-la o foreiro do predio e dá-lo em pagamento, e em que termos, art. 1678.º — o que a fizer de qual-quer obra litteraria ou artistica, fraudulentamente, e impressa, é solidariamente responsavel com o editor, e em que termos, art. 609.º V. *Publicação*, V. *Usurpadores*. — sobre a venda da propriedade, sua transferencia e seus efeitos, e mais disposições de direito respectivas, V. art. 714.º e seguintes — quando, e em que termos, se procede á venda do objecto em penhor, art. 863.º V. art. 864.º e seguintes.

Venda a retró — foi prohibida com disposição sobre qualquer contracto anterior quanto ao praso, art. 1586.º e seguintes. V. *Contracto de compra e venda*.

Venda de bens — quando se deve fazer em hasta publica, art. 2119.º § unico. V. art. 2120.º

Venda dos bens dos menores — como se deve fazer, art. 267.º e seguintes — á dos bens dos menores, ausentes ou interdictos é feita em hasta publica, art. 1898.º § unico — para a dos moveis do menor, e quaes, e para a respectiva applicação pelo tutor, é necessaria a autorisação do conselho de familia, art. 224.º n.º 1.º — de todos os objectos, e com que excepção, se pôde fazer, art. 1553.º — a dos bens dos menores, dos bens dotaes, dos bens nacionaes e municipaes e dos bens penhorados, só tem logar nos termos prescriptos na lei, art. 1554.º

Venda dos bens dotaes — a podem fazer os paes para dotar os filhos, ou para seus estabelecimentos, art. 1149.º n.º 4.º V. § 1.º e seguintes — tambem se pôde fazer para alimentos do familia, para pagamento de dividas da mulher ou de quem a dotou, para reparação de outros bens dotaes, e pelos outros motivos declarados nos §§ e números do art. 1149.º

Venda dos bens hereditarios — é feita em hasta publica e sob que excepção, art. 2055.º

Vendas — a contento, quando se consideram sobre condição suspensiva, art. 1551.º

Vendedor — não é obrigado a entregar a cousa vendida, sem que se lhe pague o preço do contracto, art. 1574.º — como deve fazer a entrega, art. 1575.º — quando responde pelo preço e por perdas e danos, art. 1579.º e 1580.º — suas obrigações, art. 1558.º V. art. 1559.º e seguintes — os gastos da entrega da cousa vendida correm por sua conta, art. 1570.º V. *Alheador*. — quando não pôde rescindir o contracto por falta de pagamento de preço, art. 1585.º

Vender — o seu direito, não pôde o usuario ou morador usuario, art. 2258.º

Ventre — quando se nomeia curador ao ventre em proveito do nascituro, art. 157.º, e § unico.

Vestuario — é comprehendido no legado de alimentos, art. 1831.º

Viaductos — construidos e mantidos a expensas publicas, municipaes ou parochiaes, são cousas publicas, art. 380.º n.º 1.º

Violação de datas — contextu ou assignaturas do documento, annulla este, art. 2496.º n.º 4.º

Vícios — quaes os que podem illidir a força probatoria dos documentos, art. 2493.º e seguintes.

Vinhas — e outros arbustos, obrigações respectivas do usufructuario, art. 2226.º

Violação — d'ella nasce a restituição, e a indemnisação, quando por ella se offende o direito de propriedade, art. 2169.º n.º 4.º

Violação de honra e virgindade — em que consiste, e sua indemnisação, art. 2391.º

Violencia — justifica a reclamação de aceitação de herança, art. 2036.º n.º 1.º — motiva a rescisão nas transacções, art. 1719.º — quando annulla o testamento, art. 1748.º — motiva, e quando, a acção penal, art. 1749.º V. art. 1750.º

Violencias — quando auctorisam a repellir a força com a força, art. 2367.º V. art. 2370.º e seguintes.

Victorias e exames — disposições respectivas quanto a provas, art. 2418.º e 2419.º

Viuva — a que passar a segundas nupcias antes de findos os trezentos dias posteriores á morte do marido, é obrigada a fazer verificação se está grávida e sob que pena, art. 1233.º e 1234.º

Viverem juntos — É uma das obrigações dos conjuges, art. 1184.º n.º 2.º

Vogaes — do conselho de familia, sobre suas escusas. V. art. 233.º — quaes os que o não podem ser, art. 234.º — quaes os nomeados para o conselho de familia não havendo parentes do menor, art. 207.º §§ 1.º e 2.º V. art. 208.º e 209.º — são obrigados a comparecer, e sob que pena, art. 213.º e 214.º

Vogal — de conselho de familia, não o pôde ser o tutor ou protutor que for removido, art. 212.º

Volta — a do ausente, extingue a curadoria, art. 78.º n.º 1.º

Vontade — não comprehendendo a dos contrabentes nos contractos, nullo são estes, art. 684.º V. art. 685.º

Vontade do testador — quando é superior ao equivoco, a respeito da pessoa do legatario, art. 1837.º

Voto nos conselhos de familia — sómente o têm consultivo, os curadores dos orphãos, art. 215.º — não o têm o juiz que preside, art. 216.º — nem o vogal que sobre o negocio, elle ou seus ascendentes ou descendentes ou consorte, tenham interesse opposto ao do menor, art. 218.º

Votos — com menos de tres se não pôde deliberar nos conselhos de familia, art. 217.º V. art. 219.º

ERRATAS

Pag.	Lin.	Onde se lê	Leia-se
4	36. ^a	podem ser admittidas	póde ser admittida
3	45. ^a	artigo 4466. ^o	artigo 4466. ^o V. artigo 4478. ^o
5	50. ^a	de reivindicar	a reivindicar
6	20. ^a	no caso de pena	no caso da pena
6	49. ^a	se diz o commodato	se diz commodato
9	2. ^a	em casas especiaes	em cousas especiaes
40	43. ^a	objectos de oiro e prata	de objectos de oiro e prata
31	22. ^a	dos socios	aos socios
31	24. ^a	por estes	por estas
33	50. ^a	interessados,	interessados, serão attendidas
46	22. ^a	quaes as causas	quaes as cousas
51	23. ^a	respondem	responde
60	26. ^a	ds doações	as doações
65	46. ^a	por esta	presta
66	48. ^a	artigo 394. ^o	artigo 393. ^o
74	43. ^a	que tiver á herança	que tiver á herança. Idem
76	27. ^a	ou parceiro	ao parceiro